

IMPRESSO

Latino-americanos e europeus contra a mercantilização do ensino

Projeto Columbus debate em Lima, no Peru, intenção da OMC de transformar o ensino superior em mercadoria. PÁGINA 3

*Três prédios históricos
recuperados serão
entregues em agosto*



*Museu, Observatório e Rádio estão
sendo devolvidos,
de roupa nova, à comunidade*

PÁGINAS 4 e 5



Renato Janine Ribeiro

“Universidade não está a serviço do mercado”

Professor de Ética e Filosofia Política da USP diz que a universidade tem um tempo básico que não pode ser efêmero.

PÁGINAS 8 e 9

Clínicas testa nova droga contra a aids

Cinco pacientes submetem-se a tratamento com o T-20, droga apresentada durante a 14ª Conferência Internacional de Aids, realizada em Barcelona, Espanha, de 7 a 12 de julho.

PÁGINA 11

Risco-Brasil? Que risco?

O “perigo” está no Brasil, mas as sucessivas fraudes contábeis e o presidente e seu vice envolvidos em escândalos financeiros estão nos EUA.

PÁGINA 7

OPINIÃO

Não estamos sós

Depois do alerta feito durante a III Cumbre, realizada na UFRGS, em abril, começa a ampliar-se na América Latina e na Europa a discussão sobre a comercialização de serviços de educação superior proposta pela Organização Mundial do Comércio. Cerca de 60 reitores de universidades latino-americanas e europeias reuniram-se em Lima, no Peru, no dia 5 de julho, para opinar sobre o tema durante a convenção do projeto Columbus. E a opinião unânime foi de que a educação, sendo um bem público, não pode ser tratada como mercadoria. A reportagem está na página 3 desta edição.

Também já começam a aparecer os resultados da campanha pela recuperação dos prédios históricos da UFRGS. Dos 12 prédios que compõem o patrimônio histórico da Universidade, três já estão prontos e serão entregues neste mês de agosto: o prédio do Observatório Astronômico, o prédio da Rádio da Universidade e o prédio Cortumes e Tanantes, agora sede do Museu da Universidade. Essa entrega – símbolo de conscientização, colaboração e solidariedade, tanto de pessoas quanto de órgãos públicos e privados – não teria sido possível se não houvesse a compreensão da importância da obra, não apenas para a Universidade, mas para toda a sociedade gaúcha e por extensão, à sociedade brasileira. Páginas 4 e 5.

Uma nova droga contra o aids está sendo testada em cinco pacientes no Hospital de Clínicas, em Porto Alegre. É o T-20, apresentado durante a 14ª Conferência Internacional de Aids, realizada de 5 a 12 de julho, em Barcelona, Espanha. Leia na página 11.

Entre as palavras e expressões que vêm se popularizando nos últimos meses, está o neologismo risco-Brasil. Mas, será que é tão arriscado mesmo investir em nosso país? Leia matéria sobre o assunto na página 7.

Em 1950, a parcela da população brasileira com mais de 65 anos representava 6,2%. No ano 2000 esse percentual já era de 19,6%. O que vem acontecendo no Brasil também está acontecendo em outros países. Tanto que, em nível mundial, desde 1988 o percentual de idosos supera o de crianças. Esse assunto esteve entre os temas discutidos na 54ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Goiânia de 7 a 12 de julho. Leia na página 10.

Muita gente não sabia, mas antes de chegar ao mercado externo, amostras de muitos produtos alimentícios devem passar por laboratórios especializados, onde são submetidos a análise de radioatividade. Desde 1989 o Departamento de Biofísica da UFRGS mantém um laboratório de análise que realiza esse tipo de procedimento, favorecendo mais de 50 empresas brasileiras. Página 12.

O entrevistado desta edição é o professor titular de Ética e Filosofia Política da USP Renato Janine Ribeiro, que esteve em Porto Alegre durante o III Salão de Extensão da UFRGS. Nas páginas centrais, ele fala sobre o papel da universidade na produção e difusão da cultura humanística, critica a programação de TV e sugere o uso da Internet para a informação dos cidadãos. Na última página, o perfil do arquiteto e professor Nelson Souza. Boa leitura.

ESPAÇO DA REITORIA

Uma construção coletiva

●WRANA MARIA PANIZZI

Reitora

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é uma construção coletiva, é *res publica*, é obra que atravessa governos e gerações. Esta definição, que para alguns pode parecer uma sentença vaga, tem para nós a maior importância e orienta nossas ações à frente da reitoria.

Temos dito e repetido que a universidade é obra realizada por estudantes, técnicos-administrativos e professores. Trata-se entretanto de obra jamais concluída, porque, por natureza, está em permanente construção.

Nossa universidade deita suas raízes no século XIX, época em que foram criadas a Escola de Engenharia e as Faculdades de Farmácia, Medicina e Direito. Em 1908, quando o Brasil ainda não contava com universidades, era inaugurado o Observatório Astronômico da Escola de Engenharia. Anos depois, pertencentes a mesma Escola, dois novos edifícios se integravam à paisagem da cidade, um destinado à sessão de Meteorologia do Observatório Astronômico, outro ao Laboratório de Ensaio de Materiais – prédios que um pouco mais tarde abrigariam a Rádio da Universidade e o curso de Curtumes e Tanantes. Chegou então o dia em que estes edifícios tornaram-se parte do patrimônio da Universidade do Rio Grande do Sul. E esta, por falta de recursos ou por descaso, ou porque eram considerados prédios “antigos”,

parecia condená-los ao abandono.

As construções coletivas são, entre todas, as de mais difícil execução. São também as mais sólidas e duradouras. E isto não por causa da imponência dos prédios que cada geração pode erguer, mas precisamente pelo que existe de “construção coletiva” em cada edifício que sabe construir e conservar.

E então chegou também o dia em que uma geração de estudantes, técnicos-administrativos e professores soube valorizar e recuperar prédios que pareciam destinados à demolição. Esta geração, além de procurar os recursos financeiros indispensáveis para a realização de tal empreitada, pode fazer muito mais. Ela soube mostrar à sociedade que a Universidade Pública não pertence apenas aos que freqüentam suas salas de aula, laboratórios e bibliotecas. E assim todos compreendemos melhor que, como as gerações que nos precederam, somos modestos artesãos desta formidável construção que chamamos Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A entrega à comunidade universitária e à cidade de Porto Alegre dos primeiros prédios recuperados no contexto do Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, testemunha o nosso respeito pela obra das gerações que nos precederam. E é também um momento de reafirmação de nosso compromisso com a Universidade Pública, esta construção coletiva que atravessa governos e gerações.

EDGAR VASQUES



A proposta da OMC em debate

●JOSÉ RUBENS REBELATTO

Ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos
Representante brasileiro na direção do Columbus

Perguntar se a educação superior é um bem comum ou uma mercadoria já é, em si, uma provocação e tende a suscitar argumentos fortes destinados a defender posições geralmente antagônicas, tanto de indivíduos, exposto sua posições pessoais, quanto de autoridades investidas de suas respectivas representações institucionais.

A polêmica implícita no tema não só é legítima como também adquire característica contemporânea por conta das propostas apresentadas no texto do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços, gerado no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC. Ao lado da intenção de liberar em escala planetária o comércio de todos os tipos de serviços, há também ações destinadas a defender a tese de que os governos devam aceitar o princípio de que a educação, em especial a educação superior, pode ser tratada como um serviço comercial. Tal entendimento implicaria que o desenvolvimento da educação superior poderia ser regulamentado no contexto da OMC, com todas as decorrências que tal ato usualmente gera a todos e a cada um dos países membros.

A simples remissão à definição estabelecida na Conferência Mundial sobre Ensino Superior, realizada pela Unesco em Paris, em outubro de 1988, já elucida a magnitude das divergências entre as concepções existentes sobre o assunto. Nessa ocasião, a Declaração de Paris explicitava seus compromissos “com o conhecimento como patrimônio social, com a educação como serviço público, com a qualidade, a liberdade e a autonomia acadêmicas, com a diversidade cultural, com a investigação como fator essencial para o progresso do conhecimento, com a cooperação internacional, com a busca da pertinência entre a educação e as demandas sociais”.

Divergências postas, o caminho lógico é a implementação de fóruns legítimos nos quais os diversos pontos de vista possam ser debatidos e as diferentes posições sejam objeto de um exame acurado. Nesse contexto, o Columbus, uma associação de universidades da Europa e da América Latina, promoveu em 5 de julho de 2002, um en-

contro em Lima (Peru) com a finalidade de que reitores e representantes governamentais pudessem expor as posições de governos e de instituições sobre a questão.

O Columbus, na realidade, se constitui em uma ponte entre universidades europeias e latino-americanas, criado em 1987, caracterizando um programa de cooperação universitária entre instituições de educação superior. É hoje composto por 58 universidades da Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, França, Itália, México, Países Baixos, Peru, Portugal, Reino Unido, Uruguai e Venezuela sendo uma rede de redes que promove a organização de grupos de universidades que atuam conjuntamente para a consecução de seus objetivos.

O evento organizado em Lima, além de ter sido uma oportunidade privilegiada para a discussão do tema, evidenciou não só uma relativa homogeneidade na reação dos representantes universitários, na direção de não concordarem com o enfoque comercial dado às questões educacionais pelo AGCS, como também fez emergir a necessidade de tomada de posições em relação aos aspectos educacionais afetos ao inevitável processo de internacionalização. Um outro fator que saltou aos olhos foi o desconhecimento que as instituições universitárias têm da posição de seus governos em relação ao problema. Mesmo os representantes governamentais presentes foram extremamente reticentes nas suas falas e exposições, cabendo destaque para o fato de que, muitos governos, embora convidados, não tenham enviado representantes para o debate.

Em síntese, dois aspectos parecem merecer destaque. O primeiro é que o Columbus foi um agente importante e cometeu um inegável acerto ao reunir todas essas instituições em torno de um assunto que urge estar em pauta, se as universidades não quiserem ser surpreendidas em pouco tempo. O segundo se refere à constatação de que a importância daquilo que é produzido pela instituição universitária e a sua própria atuação como agente privilegiado na determinação da evolução social de cada país, são aspectos que gradativamente vêm sendo desconsiderados em nome de uma visão economicista das relações internacionais.

CARTAS

Prioridade

Este leitor sentiu-se honrado com a publicação de matéria remetida (carta) na edição de junho-2002. Em que pese ser, hoje, um professor aposentado e mal remunerado da rede estadual de ensino, como todos os demais professores, só permaneceu em sua escola porque conseguiu formar-se advogado, exercer a profissão e outros bicos.

Se fosse continuar apenas um docente estadual, estava “ralado”. Tudo porque, em nosso país, educação nunca foi prioridade, embora em períodos eleitorais aqui, ali e acolá, os candidatos afirmam-se como tal. Prioridade de

palanque, portanto. No ensino universitário, ficamos estarecidos com a informação da reitora Wrana Maria Panizzi: “No ano 2000 o investimento realizado em nossas universidades, representou apenas 55% do total investido em 1995” (Jornal da Universidade-2000, in “Vencendo o desafio de melhorar e crescer, mas...”). Para não ser demasiado extenso: fatos como os citados, explicam o “mar de lama” no qual estamos chafurdados. Lamentável, mas verdadeiro.

DJALMA BEYER
Porto Alegre

Seleção

Gostaria de saber os critérios para prova de seleção do DAD. Falo isto porque algumas pessoas fazem o teste, passam num e no outro rodam. Espero esclarecimentos.

CARLOS SOUZA LIMA
Porto Alegre

Nota do editor - Segundo o Departamento de Arte Dramática, os aspectos a serem considerados na avaliação das provas de interpretação e entrevista são: presença cênica, imaginação, clareza e objetividade, expressividade corporal, expressividade vocal, percepção espaço-temporal.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Jornal da Universidade

Publicação da Coordenadoria
de Comunicação Social da UFRGS

Conselho Editorial - Christa Berger, Flávio Oliveira, Geraldo Huff, Ivo Stigger, Luís Augusto Fischer e Maria Helena Weber

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar
Fone/fax: (051) 3316-3368/3316-3176
e-mail: jornal@vortex.ufrgs.br
homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>

Editor-chefe - Clóvis Ott

Editora executiva - Ida Stigger

Editores assistentes - Ademar Vargas de Freitas e Juarez Fonseca

Redação - Arlete R. de Oliveira Kempf, Carla Felten e Jacira Silveira

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Anibal Bendati

Homepage - Marcelo da Silveira

Fotografia - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim

Colaboraram nesta edição - Eliana Raffaelli, Edgar Vasques e José Rubens Rebelatto

Circulação - Luiz Ricardo de Andrade
cadinho@ufrgs.br

Apoio - Rita Silveira e Rosâne Vieira

Serv. gerais - Antônio Carlos dos Santos

Fotolitos e impressão - Companhia
Riograndense de Artes Gráficas

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil
CEP 90.046-900
Fone: +55 51 3316-7000
Fax: +55 51 3316-3176
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>
e-mail reitoria: reitoria@vortex.ufrgs.br

ADMINISTRAÇÃO

Reitora

Wrana Maria Panizzi

Vice-reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

Pró-reitor de Ensino

José Carlos Ferraz Hennemann

Pró-reitor Adjunto de Graduação

Norberto Hoppen

Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação

Jaime Evaldo Fensterseifer

Pró-reitor de Pesquisa

Carlos Alexandre Netto

Pró-reitor de Extensão

Fernando Setembrino Cruz Meirelles

Pró-reitora de Planejamento

e Administração

Maria Alice Lahorgue

Pró-reitor de Infra-estrutura

Hélio Henkin

Pró-reitor de Recursos Humanos

Sérgio Nicolaiewski

Secretaria de Desenvolvimento

Tecnológico

Maria Alice Lahorgue

Secretário do Patrimônio Histórico

Christoph Bernasiuk

Secretaria de Assuntos Estudantis

Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga

Procurador-geral

Armando Pitrez

Apoio - Agência Universidade Federal do Banco do Brasil

Reitores querem educação fora do acordo mundial sobre comércio

●ARLETE R. DE OLIVEIRA KEMPF
Jornalista

Em seminário promovido pelo Projeto Columbus, em Lima, Peru, universidades latino-americanas e européias debatem as implicações do acordo que enquadra a educação superior nos regulamentos do comércio internacional de mercadorias

Começa a ampliar-se na América Latina a discussão desencadeada em abril, em Porto Alegre, sobre a comercialização de serviços de educação superior, proposta no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Cerca de 60 reitores europeus e latino-americanos, convidados e participantes da convenção do *Projeto Columbus*, reuniram-se em Lima, Peru, no último dia 5 de julho, para debater o tema e adotar posições.

“Nesse encontro registrou-se uma opinião unânime de que a educação, como bem público, não pode ser tratada conforme as regras do comércio internacional de mercadorias”, afirmou o reitor Rodolfo Pinto da Luz, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), umas das três universidades brasileiras membros da entidade. Durante a convenção, o reitor Rodolfo foi eleito presidente da junta diretiva do *Projeto Columbus* para os próximos dois anos. A organização – que tem apoio da Unesco e da Comissão Européia, dentre outras – é uma associação de 72 universidades européias e latino-americanas, fundada em 1987, com escritórios em Paris e Genebra, cujo objetivo é promover o desenvolvimento institucional e a cooperação multilateral.

“Os reitores são favoráveis à colaboração internacional entre instituições, que envolve mobilidade acadêmica, aproveitamento de estudos, projetos conjuntos, mas não querem mercantilização, não querem a uniformidade da formação, não querem que a educação se transforme em um instrumento de aculturação dos povos”, disse o reitor Rodolfo, resumindo o consenso manifestado no encontro.

Ele considerou a reunião importante porque ampliou a repercussão do tema, do âmbito do Cone Sul (foi lançado na III Reunião Ibero-Americana de Reitores de Universidades Públicas, em Porto Alegre, na UFRGS), para toda a América Latina. No encontro de Lima, os dirigentes universitários decidiram identificar as posições dos respectivos governos sobre o assunto e adverti-los para as consequências de eventuais compromissos na OMC. A opinião dos reitores é no sentido de que os governos mantenham a sua soberania e não aceitem a inclusão da educação entre os serviços regulamentados pela OMC.

DESAFIOS

Convidada ao encontro de Lima como representante da Associação das Universidades do Grupo Montevideo (AUGM), a reitora da UFRGS, Wrana Maria Panizzi, apresentou aos participantes das mesas de discussão um resumo dos debates travados em Porto Alegre sobre o tema. No contato com os demais participantes, pôde perceber que a preocupação com a mercantilização da educação superior não é algo que só ocorre entre um grupo de dirigentes universitários latino-americanos, mas perpassa universidades de países tanto da Europa, quanto da América do Norte. Também observou a surpresa dos representantes desses países com a discussão e a mobilização desencadeada a partir da reunião de reitores ocorrida em Porto Alegre.

Em sua manifestação, a reitora Wrana afirmou que a inclusão da educação entre os serviços objeto de regulação comercial coloca as universidades frente a um novo desafio. “Não está em questão, nesse caso, a formação de redes de investigação, a mobilidade docente e estudantil e outras formas de intercâmbio científico e cultural sempre valorizadas por nós. O que está em questão é o que interessa a quase todos, em quase todos os países do mundo é o destino do conhecimento como *patrimônio social* e da educação como *bem público*”, declarou. “Subjacentes à iniciativa da OMC, estão em jogo, portanto, além de nossa concepção de universidade, nossas convicções sobre a importância da pesquisa para o ensino superior e do papel da colaboração internacional para as universidades e inclusive de seu papel para o desenvolvimento social e econômico de nossos povos e para a afirmação de nossas identidades culturais. A iniciativa da OMC contraria tudo o que construímos, pacientemente, nos últimos anos em diferentes foros internacionais”, acrescentou Wrana.

A reitora da UFRGS também considerou o encontro de Lima como positivo por oportunizar uma reafirmação dos princípios estabelecidos pela Declaração de Paris, durante a Conferência Mundial da Unesco sobre Educação Superior, em 1998. Dentre os marcos fundamentais da Declaração, Wrana lembrou a concepção de conhecimento como patrimônio social e da educação como serviço público; os compromissos com a qualidade, a liberdade e a autonomia acadêmicas, com a diversidade cultural, com a cooperação internacional, com a pesquisa como motor do avanço do conhecimento, com a busca de pertinência entre educação e as demandas sociais. Por isso, reafirmando a visão da AUGM, disse que a comunidade acadêmica ibero-americana, com base nos compromissos firmados por seus dirigentes políticos em Paris, deve mobilizar-se contra a proposta de comercialização da educação defendida pela OMC, “porque ela é uma ameaça à nossa concepção de universidade”.

A proposta de regulamentação dos “serviços educacionais” feita pela OMC deve ser amplamente debatida, considerou ainda a reitora. Para tanto, o debate deve sair dos muros da universidade e envolver não apenas estudantes, professores e dirigentes universitários, mas também governan-

tes, parlamentares e empresários comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa. Esta discussão, entretanto, não deve impedir o avanço da chamada “internacionalização acadêmica”, outro grande desafio que as universidades latino-americanas precisam enfrentar: “As universidades que não trabalham em redes, que não promoverem a mobilidade acadêmica, estão condenadas a ficar distantes do que acontece nas fronteiras do conhecimento”, observou.

IMPLICAÇÕES

O programa da reunião foi organizado com o objetivo de oferecer aos participantes informação básica sobre o funcionamento do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da OMC, antecipar o impacto do acordo sobre as instituições e a educação superior em geral e identificar as questões de políticas, para posterior diálogo com os governos. Uma das palestras de grande interesse foi a da professora Jane Knight, especialista em internacionalização e educação superior, da Universidade de Toronto, Canadá. Ela procurou responder, com base em argumentos levantados tanto por opositores quanto por defensores do acordo, a questão: *O que está em jogo para a educação superior?* Para tanto, ela abordou, entre outros aspectos, as implicações do GATS sobre as políticas educativas dos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Para a professora canadense, o GATS pode levar a um uso mais amplo da educação eletrônica (ou a distância) e pode contribuir para a expansão de enfoques em educação mais orientados ao comércio ou ao mercado, embora não se deva responsabilizar o acordo pelo surgimento dessas tendências, ressalva. A crítica ao GATS, diz ela, enfatiza os riscos associados ao aumento do comércio, por acreditar que este gera mais provedores com intenção de lucro, programas de qualidade questionável e um enfoque orientado pelo mercado. Tudo isso representa um desafio à visão tradicional da educação superior como bem público.

A liberalização do comércio dos serviços educativos promovida pelo GATS também afeta o papel do governo, diz Jane Knight. Tradicionalmente, em países onde predominam um sistema público ou um sistema misto público/privado, os governos têm responsabilidades no financiamento, regulamentação, monitoramento ou oferecimento da educação superior, senão diretamente ou através de instituições designadas. O advento de uma maior oferta educativa além-fronteiras por parte de provedores estrangeiros fará com que os governos tenham de estabelecer procedimentos para autorização e regulamentação de provedores estrangeiros; dar segurança sobre a qualidade e reconhecimento (acreditação) dos serviços educativos importados; prever protocolos de financiamento, como concessões de operação, empréstimos e subsídios; e instituir sistemas de reconhecimento de qualificação e transferência de créditos.

Outra implicação diz respeito ao acesso de estudantes ao ensino superior. Os defensores da liberalização do comércio sustentam que os estudantes/consumidores terão acesso a uma gama mais ampla de oportunidades de educação em casa e no exterior. Ao contrário, os críticos dizem que o acesso poderá de fato se restringir, uma vez que o comércio mercantilizará a educação, elevará os custos e poderá levar a um sistema de duas categorias. Se a educação é vista como uma função pública – pergunta Jane Knight – provedores privados ou estrangeiros poderão ajudar a cumprir essa função? Provedores estrangeiros interessados no lucro poderiam ser brindados com as mesmas concessões, subsídios e incentivos tributários dados aos provedores públicos – como exige a cláusula de tratamento nacional do GATS? Se os fundos tivessem de ser distribuídos a um grande número de instituições, as universidades públicas não teriam reduzido seu apoio financeiro?

Perguntas semelhantes, segundo a professora canadense, podem ser feitas quanto se aborda a questão do financiamento do ensino superior. O comércio internacional poderia trazer fontes alternativas de financiamento? Ou será que diante das cláusulas do GATS de *nação mais favorecida* e de *obrigação de tratamento nacional* os recursos públicos não se pulverizariam entre um maior número de provedores nacionais e estrangeiros? Outra dúvida levantada por Jane Knight é no sentido de que, com a presença de provedores estrangeiros, os governos poderiam diminuir o financiamento público para a educação superior e de adultos, colocando em risco as instituições nacionais sustentadas com recursos públicos.

Para ela, a liberalização do comércio dos serviços educacionais seria vantajosa para alguns países – aqueles com uma capacidade bem desenvolvida para a exportação – e danosa a outros, em termos de financiamento e acesso. Em suma, seria uma faca de dois gumes em relação ao financiamento, seja público ou privado, o ensino superior e as atividades de pesquisa.

Quando se trata da criação de um marco regulador para abar-

car a diversidade de provedores e formas de educação além-fronteiras, afirma a pesquisadora canadense, é necessário que os governos adotem regras coerentes e exaustivas, que sirvam aos interesses nacionais e protejam os interesses de todos os envolvidos, especialmente os estudantes. Jane Knight lembra que marcos reguladores nacionais – em cenário de maior liberalização do comércio – tendem a harmonizar-se com marcos reguladores internacionais. Nesse caso, ela questiona o eventual risco de enfraquecimento das funções reguladoras e de definição de políticas dos países.

Jane Knight menciona também os riscos de grande confusão na questão relacionada ao reconhecimento de qualificações e transferências de créditos acadêmicos, pelo aumento do comércio de serviços em educação além fronteiras. Lembra que há algumas soluções regionais, como a Convenção de Lisboa, o Sistema Europeu de Transferência de Créditos (para a Europa) e acordo sobre Mobilidade Universitária no Pacífico Asiático, como exemplos que poderiam levar a um enfoque internacional.

A garantia de qualidade e a acreditação dos provedores educacionais é outra tarefa que terão que enfrentar os governos, salienta Jane Knight. Para ela é imperativo que os especialistas em educação discutam e determinem quais são os mecanismos reguladores mais apropriados a nível nacional e internacional e que esse assunto não fique nas mãos do mercado.

A pesquisadora canadense alerta ainda para as implicações de um maior comércio educativo em relação à pesquisa desenvolvida nas universidades, tendo em vista outro acordo de comercialização, distinto do GATS, conhecido como Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS, sigla em inglês). Esse acordo trata de patentes, marcas registradas e direitos de autor, questões importantes nas funções de pesquisa e ensino na educação superior. Alguns críticos, tanto do GATS quanto do TRIPS, apontam a crescente ênfase dada à comercialização e mercantilização da produção do conhecimento, diz ela. Um enfoque de educação superior orientado exclusivamente para nichos do mercado, pode ser a consequência do crescente comércio educativo e de acordos como o GATS e TRIPS, afirma.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Jane Knight aponta outros possíveis resultados da liberalização do comércio sobre as atividades tradicionais de internacionalização da educação superior, não voltadas para obtenção de lucro. Ela imagina que muitas estratégias de internacionalização das relações acadêmicas entre instituições e países poderão ficar comprometidas por um enfoque puramente comercial. A pressão para o comércio poderá fazer diminuir a participação das instituições em programas de desenvolvimento internacional ou de assistência técnica, que geram benefícios mútuos para ambos participantes e mudanças importantes na pesquisa, desenvolvimento curricular e ensino.

Além disso – pergunta – o que aconteceria ao intercâmbio estudantil e outras formas de mobilidade acadêmica que não geram renda e não têm objetivo de lucro? Ela também questiona se haverá recursos para as atividades de internacionalização que gerem valor acadêmico agregado. Preocupa-se ainda com a possibilidade de que o comércio possa determinar as relações bilaterais e redes multilaterais entre instituições, às custas da pesquisa, desenvolvimento curricular e outras atividades acadêmicas. Na sua opinião, é preciso demonstrar os benefícios e a importância da internacionalização acadêmica sem objetivo de lucro e destinar recursos para aplicação e conservação da dimensão internacional da docência, da pesquisa e da extensão.

Outra questão levantada pela pesquisadora canadense reflete as preocupações dos críticos do GATS à homogeneização das culturas nacionais pela oferta de educação superior e de adultos oriunda do estrangeiro. Sem minimizar a questão, ela observa a existência de outras opiniões no sentido de que uma espécie de fusão cultural já vem acontecendo há décadas.

Por fim, Jane Knight relata o temor dos críticos do GATS à possibilidade de que o fator comercial domine a agenda da política educacional. Eles sustentam que o domínio do tema na agenda sacrificará outros objetivos e motivações importantes da educação superior, como o desenvolvimento social, cultural e científico e o papel que desempenha na promoção da democracia e da cidadania. A pesquisadora admite que, embora os desafios domésticos referentes à oferta de educação centralizem a atenção da maioria dos países, atualmente, a polêmica sobre o comércio internacional de serviços educacionais tenderá a crescer.

Para Jane Knight, é fundamental que o setor educativo não fique de fora das discussões que estão ocorrendo, buscando conhecer e influenciar a posição dos governos nas negociações do GATS relativas à etapa de solicitação e oferta de serviços. Especialmente não ignorando as implicações, riscos e oportunidades existentes.



Projeto Columbus reúne 72 universidades européias e latino-americanas

Três prédios históricos serão entregues em agosto

● JACIRA CABRAL DA SILVEIRA
Jornalista

Quase três anos após o lançamento da campanha de recuperação dos 12 prédios históricos da UFRGS, três já foram recuperados e estão sendo entregues à comunidade no dia 15 de agosto: o da Rádio da Universidade, o do Observatório Astronômico e o do Curtumes e Tanantes, onde está sendo instalado o Museu da Universidade. O montante investido nessas obras foi de menos de 10% do total previsto para a restauração de todos os edifícios.

Dia 15 de agosto a UFRGS devolve ao centro de Porto Alegre parte de sua memória. Serão entregues à comunidade os prédios do Observatório (1908), do Curtumes e Tanantes (1910) e da Rádio da Universidade (1920). É a primeira etapa de uma importante campanha de reconstituição do patrimônio histórico da Universidade que tem recebido apoio financeiro de pessoas físicas e jurídicas através do beneficiamento de leis como a Rouanet, e a Lei de Incentivo à Cultura (LIC).

A Campanha que teve início em 1999 é coordenada pela Secretaria de Patrimônio Histórico (SPH), especialmente criada para executar a tarefa de recuperar os prédios da Universidade. Treze edifícios fazem parte do patrimônio considerado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como um dos maiores conjuntos arquitetônicos do País. A maioria deles está localizada no centro da cidade, junto ao Campus Central.

Além dos três que estão sendo entregues à comunidade, há os prédios da Escola de Engenharia, Château, Castelinho, Faculdade de Direito, Instituto Parobé, Faculdade de Medicina, Instituto Eletrotécnico, Instituto de Química e Reitoria. Este último, embora seja uma construção mais recente (1954/1957), foi incluído no patrimônio histórico pela sua importância para a instituição. Há também o prédio da Faculdade de Agronomia que fica no Campus do Vale.

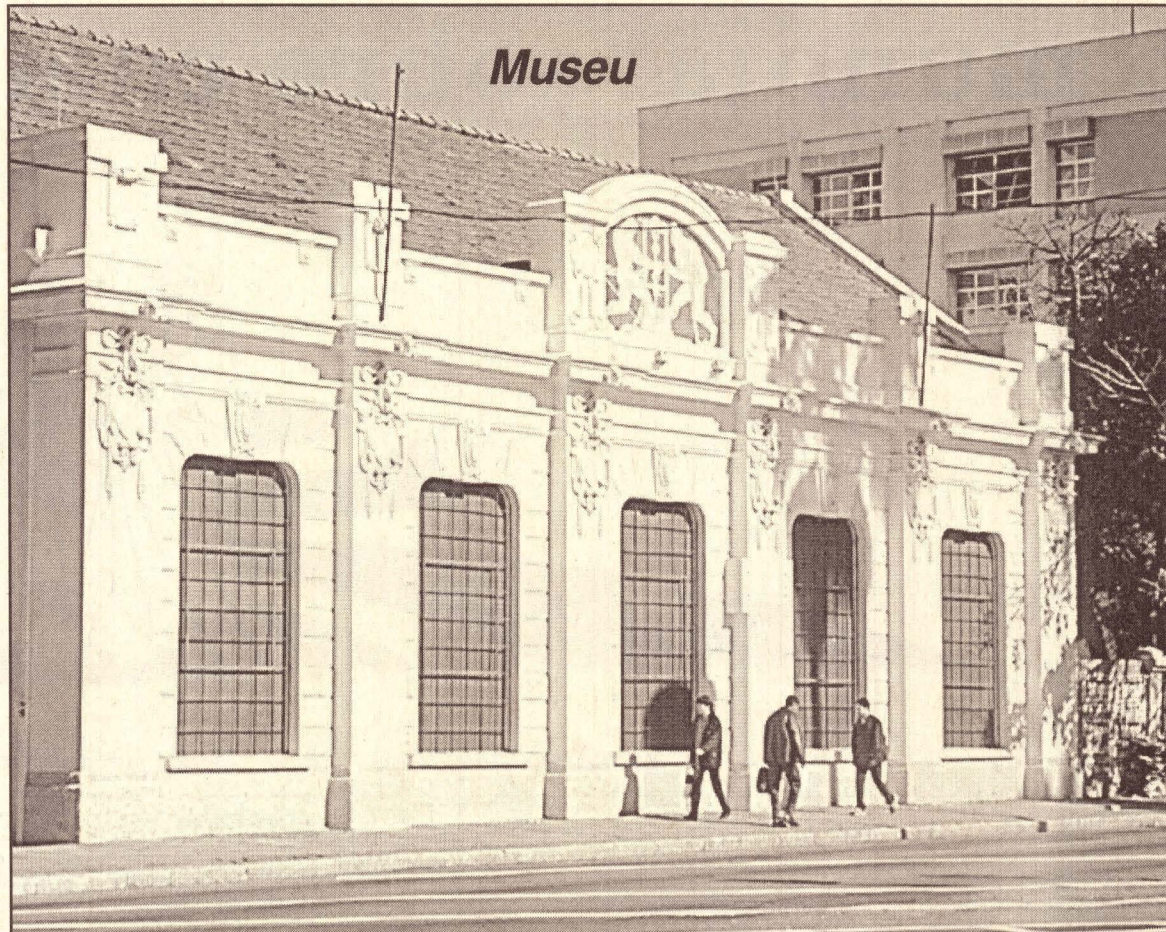
O pré-projeto da Campanha foi apresentado em 1998, mas levou quase um ano em tramitação no Ministério da Educação e Cultura até ser aprovado. Em setembro do ano seguinte, depois de muito trabalho da Secretaria de Patrimônio Histórico a UFRGS recebeu a liberação de verbas, dentro das atuais leis de incentivo (Lei 10.846 ICMS e Lei 8-313191, a Lei Rouanet). A próxima tarefa, então, foi colocar a campanha "na rua".

A idéia deu certo. As contribuições vieram de imediato e foram possíveis através de contatos pessoais dos integrantes da Secretaria junto às instituições ou empresas e através da divulgação do site www.ufrgs.br/predioshistoricos onde os interessados podem escolher sua forma de contribuir para a campanha.

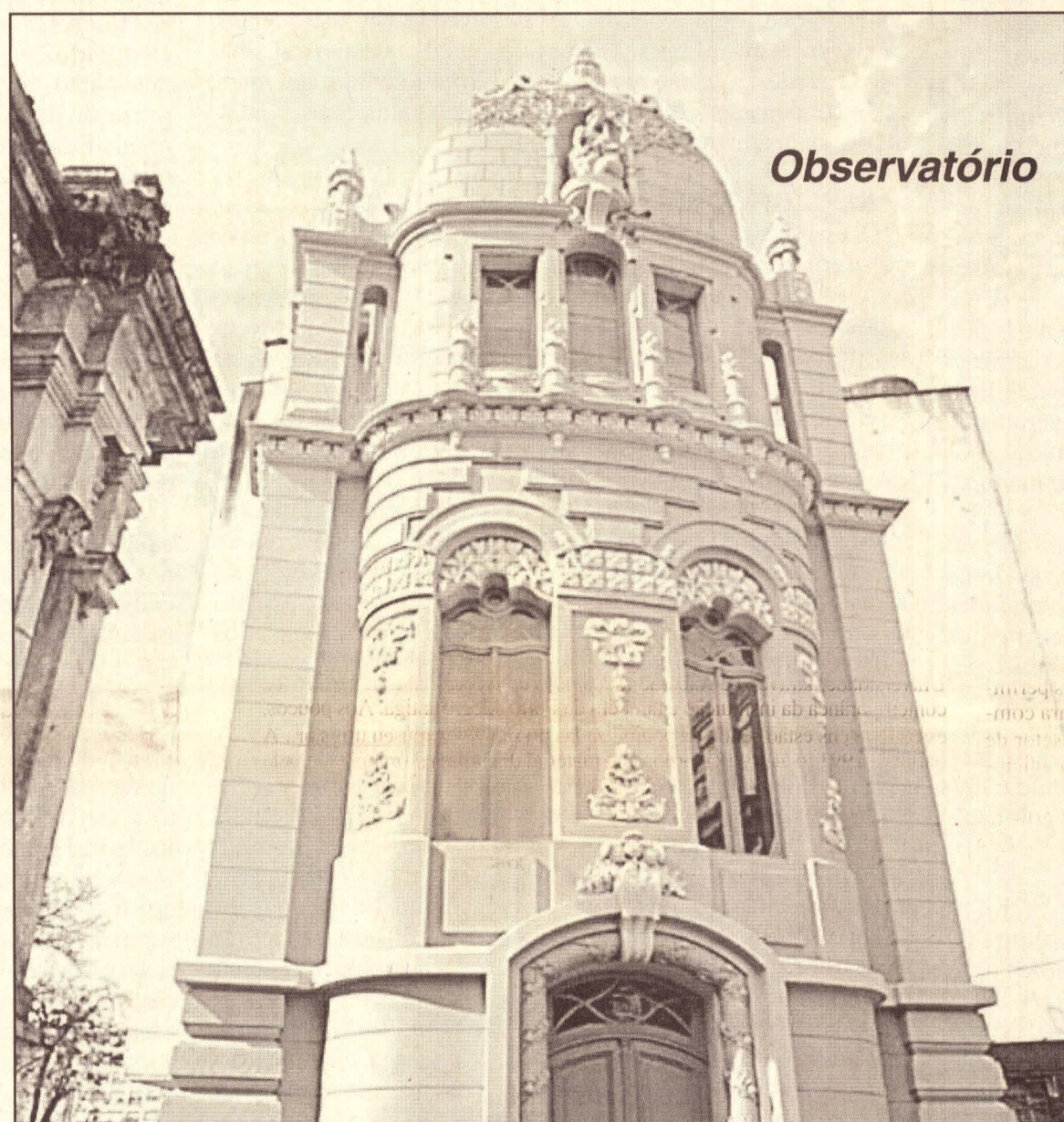
Há, entretanto, uma certa mobilidade nas estimativas dos recursos previstos. Caso não sejam suficientes, poderá ser solicitada uma verba adicional. Como se trata de restauração de prédios antigos, podem aparecer imprevistos à medida em que vão ocorrendo os desmontes parciais como, por exemplo, vigas de madeira afetadas por cupins ou pela umidade, o que tem se revelado como um dos maiores problemas dos prédios históricos.

Para dar início ao projeto de restauração foi necessária muita pesquisa por parte da equipe de técnicos da SPH. Sob a coordenação de Christoph Bernasiuk, minuciosos estudos têm sido realizados para apurar detalhamentos como texturas, cores e tons originais do material empregado nas construções que remontam ao início do século XX. O objetivo é o de preservar ao máximo os aspectos originais dos projetos arquitetônicos, inspirados na *art-nouveau*, marcante na época.

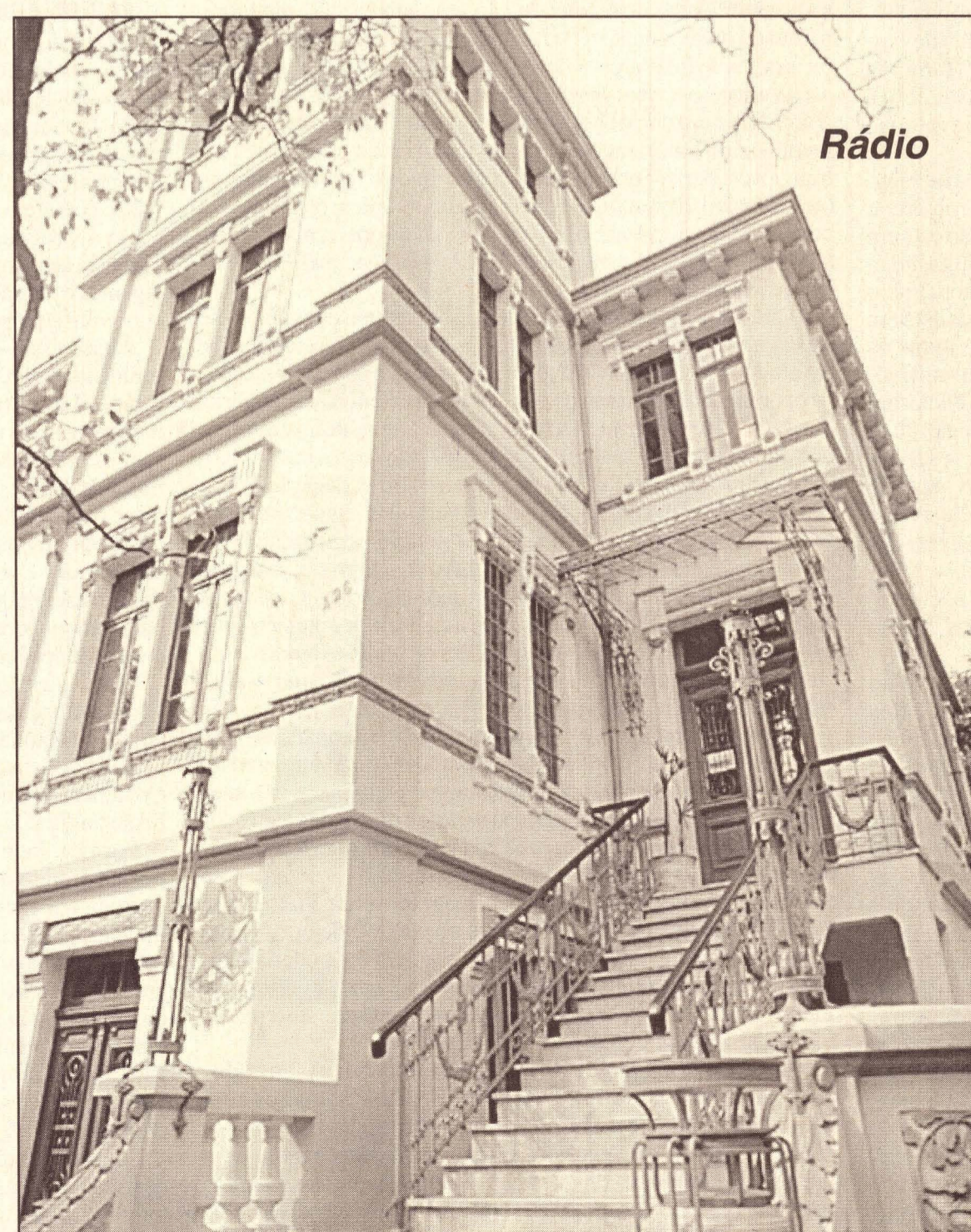
Desde seu lançamento a campanha tem evidenciado a preferência dos doadores pelos prédios que fazem parte do Campus Central, porque a proximidade do dia-a-dia da cidade proporciona aos contribuintes físicos o acompanhamento das obras de sua adoção. O próximo prédio a ser entregue à comunidade é o da Faculdade de Direito que dá frente para a Avenida João



Museu



Observatório



Rádio

Pessoa. A doação veio da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) que escolheu este prédio para homenagear aquele que dá nome à empresa. Pasqualini formou-se em Direito pela UFRGS, em 1929.

Considerando o número de doadores, o Château, onde antigamente funcionava a marcenaria da Universidade, também está com o início das obras de restauração marcado para breve. O projeto já foi aprovado no Sistema Estadual de Financiamento de Incentivo às Atividades Culturais.

Entretanto, em razão das suas precárias condições, o prédio da Agronomia deveria estar entre os primeiros a serem recuperados. Projetado e construído em 1911 por Manoel Barbosa Assumpção Itaquí e reformado em 1952, é um prédio imponente com aberturas ogivais na fachada. Tanto a criação do curso como a construção do prédio da Agronomia da UFRGS têm importância fundamental na história do preparo de profissionais em um Estado, à época, essencialmente agropecuário.

A comunidade universitária, como o público em geral, poderá conhecer mais sobre a história de Porto Alegre através de uma de suas instituições responsáveis pelo desenvolvimento sócio-cultural-científico do Estado. O prédio Curtumes e Tanantes dará lugar ao Museu Universitário; no Instituto Parobé será reinstalada a Biblioteca Central e o atual Instituto de Química será o Centro Cultural, abrigando diferentes setores.

Ao entregar à comunidade os três primeiros prédios que fazem parte do patrimônio histórico da UFRGS, a Universidade não só preserva sua memória como a da própria cidade. O trabalho em sintonia com a iniciativa privada é fator importante para viabilizar este propósito, até porque os recursos próprios não têm permitido a conservação necessária.

E, ao trabalhar pela disseminação de um espírito novo, a campanha de recuperação deste patrimônio histórico gaúcho não só ressalta a importância da conservação, mas também da manutenção daquilo que foi preservado. "A tarefa é difícil, e exige até uma postura nova de todos nós, desde prevenir as pichações", lembra a reitora Wraña Maria Panizzi.

INÍCIO DO SÉCULO XX

Doações ajudaram a construir os prédios

O secretário do Patrimônio Histórico, Christoph Bernasiuk, diz que a construção dos primeiros prédios da Universidade – a Engenharia (1898/1900), o Direito (1908) e a Farmácia (1913), que incluía o curso de Medicina – só foi possível devido às doações promovidas em quermesses. "É mais ou menos o que a Campanha de Preservação de Prédios Históricos faz hoje pela Universidade", diz ele. "Só que naquela época não existiam leis de incentivo."

Bernasiuk lamenta que ainda não se tenha desenvolvido no Brasil uma cultura de preservação da história, como acontece em países da Europa ou nos Estados Unidos, onde diversos canais viabilizam doações, e as pessoas contribuem até para a restaurar instituições particulares. Mas fala com entusiasmo do empenho de sua equipe de trabalho e de cada novo colaborador. E fica sensibilizado especialmente com aqueles que contribuem por razões sentimentais.

Recentemente, um funcionário demonstrou interesse em fazer doação mensal para ajudar a recuperar o prédio onde havia começado a trabalhar, há 20 anos. Outro chegou a oferecer colaboração mensal bastante elevada em proporção a seu salário. Também há jovens que vêm fazer doação para a Universidade onde desejam estudar.

O secretário de Patrimônio Histórico, Christoph Bernasiuk recorda que foi na Superintendência do Espaço Físico que teve origem o projeto de recuperação do patrimônio histórico, durante a primeira gestão da reitora Wraña Maria Panizzi. Para comportar as necessidades da Universidade, era necessário construir prédios e finalizar a construção de outros. Como não havia recursos suficientes para realizar, começou-se a estudar a possibilidade de reformar os prédios mais antigos. E quando foi reeleita, a reitora criou a Secretaria de Patrimônio Histórico para que o projeto pudesse se desenvolver.

A memória de cada um

Observatório

Uma luz vermelha brilhante vinda do torreão do Ginásio Júlio de Castilhos (localizado onde hoje está o prédio da Faculdade de Economia) anunciou o primeiro sinal de hora certa, quando foi acesa às 19h55min e, após cinco minutos, se apagou. Eram, precisamente, 20 horas do dia 19 de novembro de 1912, ano em que foi construído o Observatório da UFRGS, que, além de cumprir sua função de ensino junto à Escola de Engenharia, prestava serviços ao Estado através do então Instituto Astronômico e Meteorológico, tendo como uma de suas principais funções a divulgação da hora certa. Mais tarde, foram colocadas mais duas lâmpadas em outros prédios centrais como forma de complementar o trabalho do Observatório, que, com o apoio financeiro do Unibanco, no próximo dia 15 de agosto será devolvido à cidade completamente restaurado.

Desde o final do século XX a Escola de Engenharia tinha um sonho: construir um pequeno laboratório. Com a doação do terreno e destinação de verbas, o Estado contribuiu para que o Instituto Astronômico e Meteorológico fosse fundado, em 18 de setembro de 1906. Além dos serviços de astronomia, eram também divulgadas informações sobre o tempo, através de quatro serviços básicos: climatologia, previsão, meteorologia agrícola e hidrométrica. Em 1921, as atividades de meteorologia passaram a ser desenvolvidas no prédio onde agora funciona a Rádio da Universidade. Até hoje o Observatório é considerado o mais antigo remanescente das construções planejadas para estudos astronômicos no território brasileiro.

A estrutura do prédio é composta por duas torres em alvenaria para dar sustentação aos seus dois equipamentos principais: uma torre dupla interna sustenta a Luneta Equatorial enquanto outra, mais baixa, é a base para o Círculo Meridiano. A construção do prédio obe-



DIVULGAÇÃO

deceu rigorosamente a posição dos pontos cardeais. O Château e o Castelinho foram construídos formando uma perspectiva cujo ponto focal é o Observatório. Como cobertura, a grande cúpula giratória, construída em ferro e revestida de madeira, dá destaque à construção.

Na fachada, a imagem de Urânia, a musa da Astroномia, se sobressai entre planos retos e linhas orgânicas, onduladas e assimétricas. São abundantes os motivos de inspiração vegetal, animal e nos signos do zodíaco. Especialistas avaliam como sendo o mais completo exemplar de *art-nouveau* existente em Porto Alegre. Internamente, na sala do Círculo Meridiano, pode-se apreciar uma requintada pintura mural com a imagem de Saturno, o Deus do Tempo.

A primeira etapa de recuperação foi de 25 de abril a 28 de julho de 2001 e consistiu de restauração da pintura mural existente no terceiro pavimento; recuperação da cúpula giratória em ferro revestida de madeira; impermeabilização dos terraços; reforma do sanitário; impermeabilização da alvenaria, no térreo, para contenção de umidade ascendente; e substituição de calhas e condutores pluviais.

Na segunda etapa houve execução de drenagem periférica do prédio; recuperação das cimalkas e frisos; recuperação de esquadrias, escadas, forros e pisos de madeira; adaptação das instalações elétricas, telefônicas e rede de dados; estudo de cores; pintura interna e externa.

Atualmente o Observatório está vinculado ao Instituto de Física, sob a coordenação do professor Kepler de Souza Oliveira. Depois das reformas o prédio continuará aberto para visitação do público às terças e quintas-feiras. Nestes dias os visitantes poderão assistir a palestras previamente agendadas. A atividade principal realizada no Observatório são as aulas de Astronomia para os cursos de graduação e extensão. Durante o dia, são feitas observações solares, e nas aulas noturnas são observados os planetas.

Curtumes e Tanantes

Com a construção do Laboratório de Resistência dos Materiais da Escola de Engenharia, entre 1910 e 1913, o Rio Grande do Sul passou à frente no setor de pesquisa de novas tecnologias, tendo a Universidade se constituído em órgão de vanguarda em mais uma área do conhecimento. De 1977 a 1996, o prédio deu lugar à instalação do primeiro curso latino-americano em Tecnologia do Couro, passando a ser chamado de Curtumes e Tanantes. Depois da restauração, quase totalmente financiada pelo Banco Santander, o prédio será reaberto como Museu da Universidade.

Antes de abrigar o curso de tecnologia do couro, o edifício, ligado à Escola de Engenharia em dezembro de 1942, foi ocupado pelo recém-criado Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul (Iters). Ali eram realizadas pesquisas de interesse, tanto para a indústria como para a construção civil. Até 1966 o Instituto mantinha no local a Sala de Máquinas, depois chamada Laboratório de Metalurgia. O Curtumes e Tanantes esteve interdito de 1996 até 1999, quando começaram as primeiras reformas.

O prédio, com uma área de 550 m², tem seu projeto atribuído também a Manoel Barbosa Assumpção Itaquí. Na fachada, rica em detalhes ornamentais, a porta principal leva a um salão com pé direito altíssimo, onde ficavam as máquinas para trabalhar o couro. As grandes aberturas permitiam claridade e ventilação constantes. Em 1919 foi ampliado para comportar seções de preparação dos proventes e oficina mecânica, setor de ensaios físicos, sala de aula, museu e arquivo. Esta construção adicionou um segundo volume ao prédio, à direita de sua entrada.

Na fachada norte, o ritmo é marcado por seis pilastras, decoradas com medalhões e monogramas em relevo. A simetria é assinalada pelo frontão central, cimbrado e em arco, decorado com uma pintura de autor desconhecido, simbolizando o trabalho. Esta fachada destaca-se pela treliça *polonceau* e os arcos abatidos. O prédio, de concepção simples, localiza-se na esquina da avenida Osvaldo Aranha com a avenida Paulo Gama, próximo ao túnel da Conceição, local privilegiado para ser apreciado pelos turistas que chegam a Porto Alegre passando por ali.

A primeira etapa de sua restauração teve início no dia 24 de agosto de 1999 e foi concluída em 12 de junho de 2000. Nesse período houve recuperação integral da cobertura (estrutura e subtelhado, entelhamento e forros, calhas e algerozes), restauração de parte das aberturas e de ornamentos das fachadas, restauração da pintura mural do frontão e implantação de mezanino, com estrutura metálica suspensa, o que duplicou a área de exposições.

A segunda etapa, que iniciou em 2001 e se estendeu até este ano, consistiu de impermeabilização das bases das paredes, com a cristalização das alvenarias; recuperação total das paredes; complementação das aberturas e vedações (isolamento térmico e acústico); substituição da rede hidrossanitária e complementação da rede de captação das águas pluviais; execução das instalações elétricas, telefônicas, rede de dados, alarme e luminotécnica; construção de antecâmara de concreto armado e vidro temperado (36,52 m²), na área fronteira ao prédio; implantação de elevador hidráulico para portadores de necessidades especiais; pavimentação de pisos em granito, tábuas de madeira e madeira laminada; implantação de sistema de condicionamento e renovação de ar; recuperação de elementos de madeira (escada e forros); pintura geral; paisagismo e pavimentação do entorno do prédio.

Ao abrir suas portas, no dia 15 de agosto, o Museu da Universidade estará dando continuidade à história do prédio Curtumes e Tanantes como espaço de laboratório. Segundo sua diretora, Cláudia Alfaro Boettcher, também diretora do Departamento Cultural da UFRGS, um dos objetivos do Museu, que faz parte da Pró-reitoria de Extensão, é chamar a participação docente e discente da Universidade através de projetos em conjunto.

Estão programadas para o dia da reinauguração uma exposição principal e duas mostras. À entrada, no espaço principal, estarão expostos os trabalhos de 23 professores do Instituto de Artes, numa tentativa de ilustrar todo o desenvolvimento das artes plásticas no Estado e salientar os mestres que passaram pela UFRGS. Os trabalhos pertencem à Pinacoteca Barão de Santo Ângelo e foram selecionados devido à ação continuada dos artistas-professores na produção artística local. As obras estão agrupadas em quatro módulos, retratando diferentes momentos históricos e poderão ser vistas até fevereiro.

Uma das mostras estará no mezanino. São doze aquarelas de Joaquim da Fonseca, retratando as fachadas dos prédios que fazem parte do patrimônio da Universidade. À esquerda de quem entra no Museu está localizada também a sala Multimeios, com quarenta lugares, destinada a pequenas exposições e palestras. No dia da reinauguração, esse espaço mostrará o trabalho organizado pelo professor Peter Weibel. Faz parte desse pacote programático uma seleção de 25 projetos artísticos em vídeo, cd-rom, de 1997 a 2000.

Weibel, estará realizando palestra sobre o tema da exposição no dia 26 de agosto, às 19h com entrada franca. Esta promoção acontece em colaboração com o Instituto Goethe.

Mesmo antes de sua inauguração no novo prédio, o Museu já desenvolvia projetos com alunos para fixar a imagem do novo espaço: um grupo de estudantes do Núcleo de *Design* de Superfície do Instituto de Artes que criou uma série de produtos tendo como estampa o frontão do então Curtumes e Tanantes para ilustrar canecas, *bottoms*, marcadores de livros, e camisetas. Todos esses produtos estarão à venda na loja do Museu.

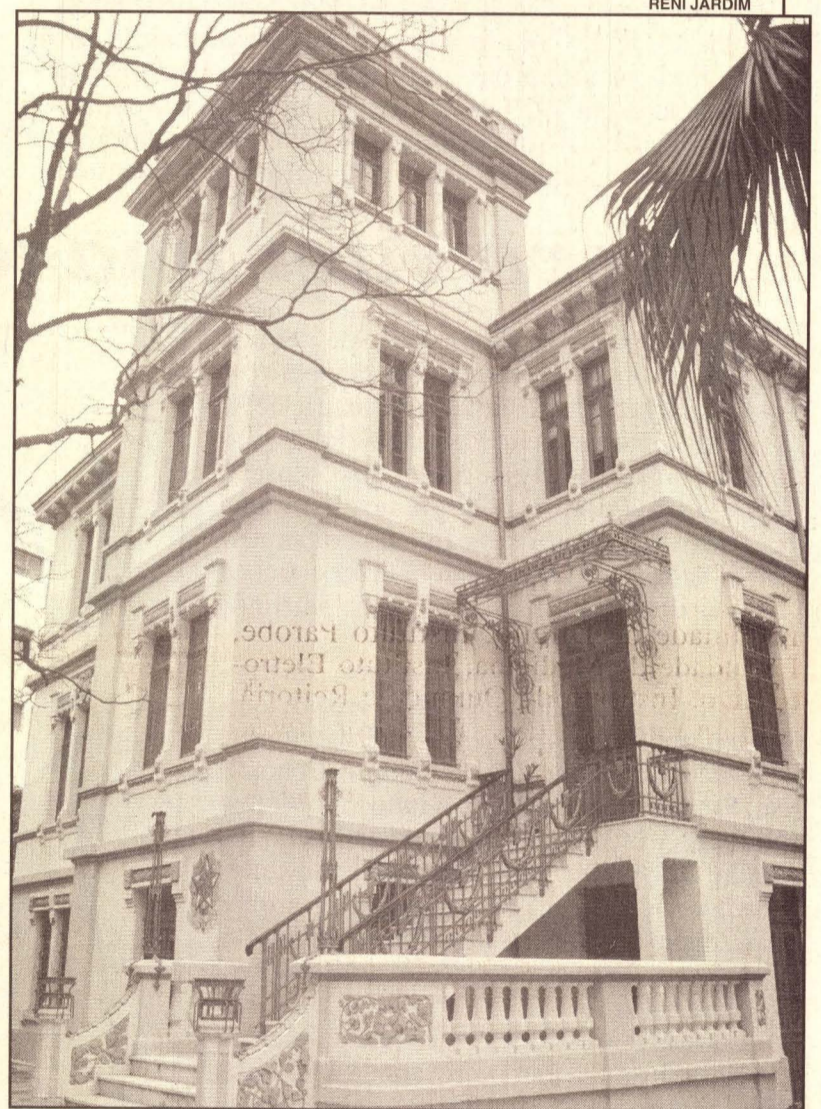
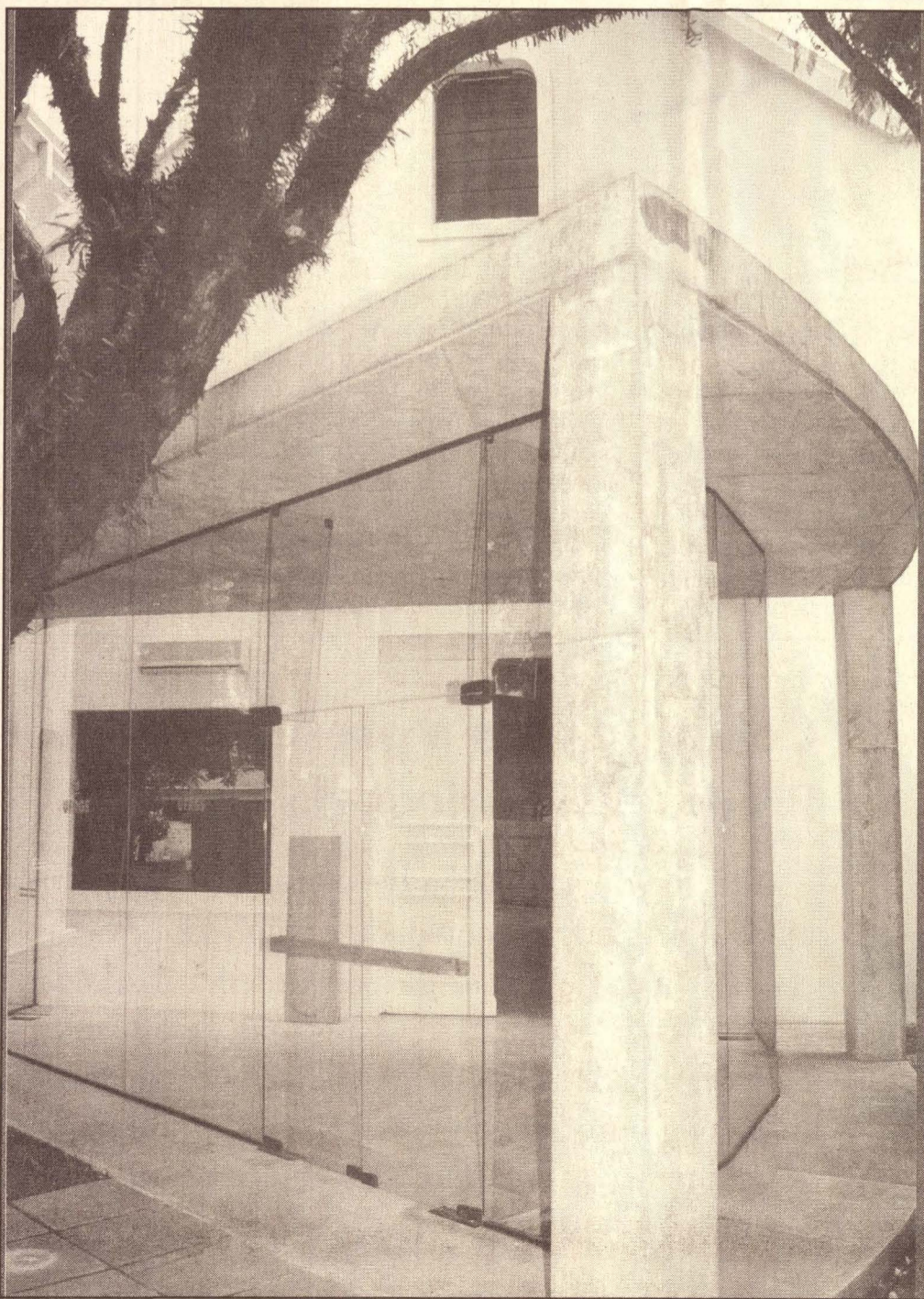
Antes de ser transferido para o novo espaço, o Museu, criado em 1983, ocupava uma sala no segundo andar da Reitoria, tendo como objetivo promover exposições e projetos especiais de difusão científica, tecnológica, artística e cultural. Sempre atuou junto às escolas, divulgando exposições e atividades diversas, momentos em que recebeu grande quantidade de estudantes de escolas públicas e privadas. Os seis funcionários do Museu estão entusiasmados com a mudança para o novo prédio, depois de 19 anos em uma única sala e realizando exposições no Salão de Festas.

Fazem parte do acervo cerca de dez mil imagens que guardam a memória da Universidade, através de fotos de todos os seus prédios históricos, da vida contemporânea da instituição e também da Porto Alegre antiga. Aos poucos, essas imagens estão sendo disponibilizadas no site www.museu.ufrgs.br. A partir de 1991, o acervo incorporou o material documental organizado pela Comissão de História da UFRGS. Uma das metas do Museu é realizar o mapeamento de todos os acervos existentes nas diferentes unidades da UFRGS para registrá-los em imagens no seu site.

Outra função que deve ser intensificada pelo Museu, segundo sua diretora, é a prestação de consultoria às diversas unidades da Universidade para que cada uma delas possa acondicionar, adequadamente, seus respectivos acervos. Atualmente, graças à doação da Fundação Vitae, instituição de apoio e fomento à iniciativa de entidades, o Museu tem um dos mais avançados sistemas de conservação documental. É o arquivo denominado Reserva Técnica, uma sala especialmente climatizada (entre 18 e 23 graus), equipada com arquivos especiais para receber este tipo de documentos.

A partir de 15 de agosto o Museu não só vai estar mais próximo da comunidade acadêmica como também da cidade. Localizado próximo ao Parque da Redenção, abrirá de segunda-feira a sábado, das 10h às 19h. Assim, tanto os estudantes como os visitantes do parque poderão ir ao Museu para conhecer o antigo prédio Curtumes e Tanantes e apreciar os trabalhos em exposição.

RENI JARDIM



RENI JARDIM

Rádio da Universidade

Muitos dos ouvintes que sintonizam o prefixo 1.080 AM para ouvir a Rádio da Universidade não imaginam que foi um engenheiro que começou a idealizá-la. Em 1948 o professor da Escola de Engenharia, Antônio Alberto Goetze, sonhava com a utilização do rádio nas suas aulas de construção de transmissores. Inicialmente o que ocorria no atual endereço da Rádio eram previsões meteorológicas, através da seção para este fim ligada ao Instituto Astronômico e Meteorológico da Escola de Engenharia. O prédio foi construído entre 1920 e 1921, a partir do projeto de Adolph Alfred Stern. Com a frente voltada para a rua que recebeu o nome Sarmento Leite em 1935, tendo à esquerda a Faculdade de Medicina, o prédio recebeu como vizinho, à direita, o edifício da Seção Feminina do Instituto Parobé (demolido em 1950 para dar lugar à Faculdade de Arquitetura).

As primeiras transmissões, entretanto, foram feitas somente em 1951, quando foi instalada uma pequena estação difusora de ondas curtas numa sala do Instituto Eletrotécnico. Eram transmitidas informações do Observatório Astronômico e ensinamentos didáticos. Em 1954 aumentou o propósito de um serviço de radiodifusão cultural de alta qualidade. Quatro anos depois, a Rádio foi oficialmente inaugurada, contando com modernos equipamentos para a época, que proporcionavam melhores condições técnicas. Na década de 90 houve mais uma renovação de equipamentos e iniciou-se o processo de informatização e automação.

Recentemente, o então prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, propôs à Câmara de Vereadores a liberação de recursos para a recuperação do prédio, que desde 1960 é ocupado pela Rádio da Universidade. A aprovação foi unânime.

Hoje a rádio opera com dois estúdios: o maior, com miniauditório, onde fica o piano de meia-cauda Gotrian-Steinweg adquirido em 1951 e outro, menor, para a gravação dos programas diários. Depois do dia 15 de agosto, quando seu prédio será entregue à comunidade, juntamente com o do Observatório e o do Curtumes e Tanantes, a Rádio organizará visitas acompanhadas nas terças e quintas-feiras para quem deseja conhecer as instalações da emissora ou o antigo prédio.

A construção deste edifício ousou na concepção de suas formas para a época em que foi erguido. Sem planta nem fachada, quase que procurando subverter o princípio da simetria, a construção testemunha o começo do rompimento de regras e padrões até então rigidamente impostos pela arquitetura vigente. O prédio tem três pavimentos e uma sala mais acima que completa a torre. Internamente, não existe corredor em função da planta. Foi concebido de forma agrupada. Assim, os ambientes comunicam-se através de uma área central de distribuição.

As obras de restauração promovidas através da Campanha de Patrimônio Histórico começaram no dia 3 de dezembro de 2001. Primeiro foi feita a drenagem periférica do prédio. Depois foram recuperadas as alvenarias e rebocos, as cimalkas e os frisos, os pisos de ladrilho, a hidráulica, esquadrias, escadas, forros, piso e estruturas de madeira do telhado. Em seguida houve a recuperação da rede de dados e das instalações elétricas, telefônicas, hidrossanitárias e pluviais. Por fim, houve o estudo de cores, a pintura externa e interna, e a instalação do sistema de ar condicionado.

Refap adota prédio da Faculdade de Direito

RENI JARDIM



Formalização do acordo entre a Refinaria Alberto Pasqualini e a UFRGS



O prédio do Direito foi escolhido em homenagem a Alberto Pasqualini

A Campanha de Preservação dos Prédios Históricos, iniciada em julho de 1999, ganhou importante parceria com a formalização, no dia 3 de julho passado, do acordo entre a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) e a UFRGS. O investimento, no valor de R\$ 2 milhões, está destinado à restauração do prédio da Faculdade de Direito, construído entre 1908 e 1910, numa concepção do arquiteto Hermann Otto Menchen. A escolha do Direito como prédio a receber a contribuição da Refap é uma homenagem da direção da empresa a Alberto Pasqualini, formado em 1929 nesta Faculdade. Seu nome consta do Livro do Centenário da Faculdade de Direito como um dos alunos que se destacaram na vida pública. Em 1950, Alberto Pas-

qualini foi eleito senador da República quando notabilizou-se como relator do projeto da Petrobrás e pela fundamentação técnica de seus pareceres em outros importantes projetos.

A licitação e o gerenciamento das verbas estarão a cargo da Faurgs (Fundação de Apoio à UFRGS) através da Secretaria do Patrimônio que, além da elaboração do projeto de recuperação, realizará e fiscalizará as obras. Desde a criação da campanha os arquitetos e bolsistas dos três departamentos da Secretaria – projetos, obras e marketing – fazem pesquisas para contribuir tanto no trabalho de divulgação da campanha quanto na execução das obras. Segundo o secretário do Patrimônio Histórico, Christoph Bernasiuk, a previsão de duração das obras é de um ano. Duran-

te este tempo, a Refap efetuará repasses mensais, sendo que no dia 18 de julho foi feito o primeiro depósito.

“Um prédio antigo prevê desmonte e reconstrução, e as surpresas aparecem mesmo é no andamento do trabalho”, diz o secretário. As reformas principais a serem executadas são: recuperação do telhado, recuperação da parte elétrica e hidráulica, impermeabilização e tratamento externo. Do detalhamento, fazem parte os reparos dos adornos e a pintura. As aberturas requerem um trabalho especializado, sendo que muitas delas serão reconstruídas. A pintura dos murais também exige tratamento qualificado. Até mesmo a iluminação será especial para que não afete os painéis. (JS)

Novo site: imagens podem ser vistas em 360 graus

A Campanha de Preservação de Prédios Históricos lançou novo site durante a cerimônia de celebração da parceria entre a UFRGS e a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no dia 3 de julho. Mais ágil e contendo 65 ilustrações, o site www.ufrgs.br/predioshistoricos conta histórias curiosas e mostra como pessoas físicas e jurídicas podem fazer doações para as obras de restauração desse patrimônio de Porto Alegre.

Quem acessa o site pode conhecer um pouco da história de cada um dos doze prédios tombados pelo Estado: Escola de Engenharia, Château, Castelinho, Observatório Astronômico, Faculdade de Direito, Instituto Parobé, Instituto Eletrotécnico, Faculdade de Medicina, Rádio da Universidade, Curtume e Tanantes, Instituto de Química e Faculdade de Agronomia. Além de fotos, há também desenhos das fachadas e uma série de informações interessantes e curiosas.

Entre as curiosidades está o fato de que, em 1920, no Instituto Parobé, foi criada uma seção feminina destinada a preparar “condutoras de trabalhos domésticos e rurais”. E, no terreno onde foi erguido o antigo prédio da Faculdade de Medicina eram realizadas touradas num ambiente de circo. Fatos curiosos como esses são seguidos por relatos que reafirmam a importância da UFRGS para a história gaúcha.

Foi no prédio Curtumes e Tanares, por exemplo, que em 1910 funcionou o primeiro curso de Tecnologia do Couro, único na América Latina. Por isso até hoje o prédio leva este nome. O conhecimento dessas histórias pode servir de referência na hora de adotar um prédio.

A diretora e gerente de projetos da Aldeia Design, arquiteta Tatiana Antomazzi Brugalli, responsável pela criação do novo site, é ex-aluna da UFRGS, como outros seis funcionários da Aldeia. Ao ser procurada por integrantes da Secretaria de Patrimônio Histórico para replanejar o site existente, Tatiana não só aceitou a proposta como a transformou em apoio. Segundo ela, é uma forma de reconhecimento do papel marcante que a Universidade assumiu em sua vida. A empresa vai manter atu-



alizadas as informações de acompanhamento das obras.

Tatiana afirma que o objetivo de sua equipe é emocionar ex-alunos, alunos e mesmo os porto-alegrenses que admiram esses prédios, todos com mais de 90 anos. Por isso, Tatiana procurou tornar este patrimônio mais evidente, utilizando muitas imagens e fotos. Pressionando o cursor sobre um dos prédios em destaque, é até possível dar uma volta de 360

graus, num passeio virtual. Há também fotos dos prédios reformados além de aquarelas do professor Joaquim da Fonseca.

“Precisamos dar valor à universidade pública e conservá-la para que nossos filhos e irmãos tenham a mesma oportunidade de receber ensino gratuito e de qualidade”, diz Sabrina Clausen Pereira Michelin, uma das 22 pessoas que registraram no site um depoimento de adesão à campanha. Ela é formada em Engenharia Metalúrgica pela UFRGS onde faz

10.846 – ICMS, na qual as empresas que financiarem projetos culturais poderão compensar até 75% do valor aplicado como ICMS a recolher, limitado a 3% do saldo devedor de cada período de apuração. No caso de empresas de economia mista, a compensação pode ser de 90%. O projeto do prédio conhecido como Château está aprovado no Sistema Estadual de Financiamento de Incentivo às Atividades Culturais. (JS)

pós-graduação.

Para decidir o tipo de doação que se deseja fazer, basta clicar sobre o ícone apropriado. As doações podem ser feitas através de pessoa física ou jurídica. Na declaração do imposto sobre a renda, pessoas físicas podem deduzir do imposto de renda devido 100% do valor doado, desde que a quantia abatida não ultrapasse 6% desse imposto. Existem quatro formas de contribuição: débito em conta corrente; bloqueto de cobrança (carnê com parcelamento mensal); depósito no Banco do Brasil em contas disponíveis pelo telefone (51) 3316-3018; ou cheque nominal a FAURGS/prédios históricos/UFRGS (diretamente na Secretaria de Patrimônio Histórico).

As contribuições de pessoa jurídica podem ser feitas tanto através do que prevê a Lei Rouanet, artigo 18, onde pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do imposto de renda devido os valores destinados, no período de apuração, a projetos culturais. A dedução não pode ultrapassar o teto de 4% do imposto devido. Há também a lei

Colabore com a preservação dos Prédios Históricos da UFRGS.

Participe da campanha de preservação dos Prédios Históricos da UFRGS. Com a ajuda dos alunos, comunidade e empresas privadas, já conseguimos restaurar 3 dos 12 prédios, que fazem parte da história do nosso Estado.

Contribua, pedindo seu carnê ou débito em conta à Secretaria do Patrimônio Histórico, e doe a quantia que puder. Você recebe de volta 100% do valor doado, desde que este não ultrapasse 6% do valor do imposto a pagar.

Colabore. Ajude a UFRGS a manter a Universidade cada vez mais viva e bonita. É para o bem de todos nós.

Universidade Viva

IM CRIATIVIDADE E PROFISSIONAL

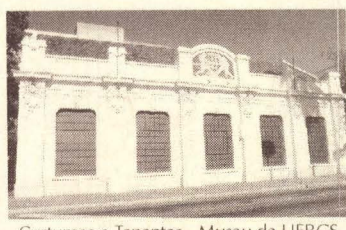
FOTOS: ARQUIVO DA UFRGS



Rádio da Universidade



Observatório Astronômico



Curtumes e Tanantes - Museu da UFRGS

O risco está mesmo no Brasil?

•ELIANA RAFFAELLI
Jornalista

Duas questões ganham destaque quando se fala em risco-Brasil: Os indicadores refletem efetivamente a realidade econômica de um país? E, diante das sucessivas fraudes contábeis promovidas por empresas americanas, será que o risco maior para os investidores se concentra realmente no Brasil?

A expressão risco-país ganhou nos últimos meses popularidade ímpar no Brasil. Referida diariamente em noticiários, na imprensa e até mesmo nas conversas informais, parece resumir ou explicar tudo o que acontece atualmente quando o assunto é economia ou política. O aumento do dólar, a alta da inflação, o crescimento do candidato da oposição nas pesquisas eleitorais, a manutenção dos juros em patamares elevados: todas estas variáveis são justificadas ou influem no risco-Brasil.

Sob esta ótica, o mais preocupante é que, com a instabilidade econômica verificada nas últimas semanas, a temida taxa está aumentando de forma vertiginosa, colocando o Brasil como o segundo país mais arriscado para se investir no mundo, atrás apenas da cambaleante Argentina, e à frente de países africanos empobrecidos, como a Nigéria, e da instável Colômbia, que além de uma economia combatida luta contra o poderio do narcotráfico. A mais popular classificação hoje na América Latina, a Embi+, do banco americano JP Morgan, atribui ao Brasil um índice de 1.700 pontos, o que significa que para conseguir negociar seus papéis no exterior o País tem de pagar uma taxa adicional de 17 pontos percentuais acima do valor pago pelos títulos americanos (considerados os mais seguros do mundo).

O empresário, economista Mauro Knijnik, ex-professor da disciplina Economia Brasileira na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), afirma que as empresas que fazem as classificações de risco, chamadas de agências de *rating* (avaliação), utilizam critérios técnicos, altamente burocratizados, resultando em um número frio, que transparece uma situação em um dado momento.

“Dentro de critérios formulados previamente, uma pessoa sentada em Nova York ou em Paris identifica se determinado país está mais sensível a flutuações financeiras e qual a variação do nível de endividamento. Estas avaliações, geralmente, não levam em conta as peculiaridades dos países”, diz o economista, que já foi secretário da Fazenda do Estado e, atualmente, dirige uma empresa de consultoria para novos investimentos.

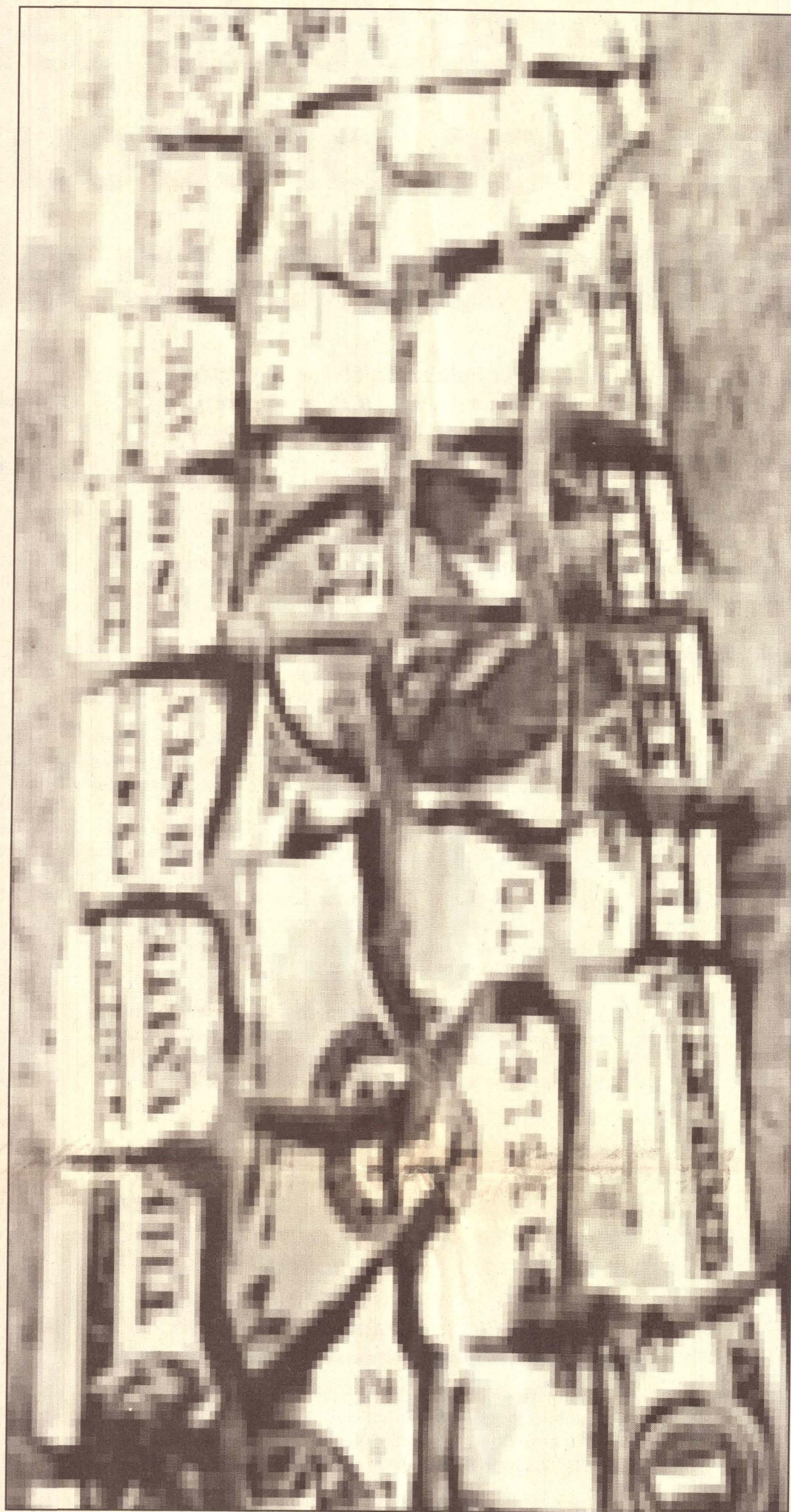
Na realidade, seria inviável que as agências dispusessem de uma equipe de técnicos com conhecimentos específicos sobre cada país, entre centenas que são avaliados. Ainda mais se for considerado que algumas destas classificações são feitas diariamente, como é o caso do Embi+. Outras agências, como a Moody's e a Standard & Poors, fazem classificações periódicas, cada uma com metodologia própria, com ênfase na análise das negociações e preços dos títulos da dívida externa.

Entretanto, fatos recentes têm colocado em questão a eficácia dos sistemas de avaliação, lembra o professor de finanças e mercado de capitais da Escola de Administração da UFRGS, Gilberto Kloeckner. “O caso asiático é marcante. Antes da crise de 1997, as agências mantinham inabalável há meses o risco daqueles países, situação que foi alterada após a eclosão da crise. Porém, se um país está com possibilidade de quebra, isso não ocorre de uma hora para outra, ou seja, os indicadores vêm deteriorando aos poucos, o que não foi captado pelas taxas.”

Knijnik acrescenta que é discutível o critério que permite a realização de avaliações diárias ou até mesmo mensais. “Além disso, há dúvidas sobre a margem de erro, já que não há um órgão que fiscalize estas empresas.” Outro aspecto a considerar é a dificuldade na comparação dos países, pois as condições e potencialidades de cada um são variáveis. “Seria o mesmo que comparar o nível de glicose no sangue de habitantes de várias partes do mundo. Em algumas regiões, é normal a taxa ser maior, de acordo com o clima e com o tipo de alimentação”, exemplifica. “É difícil estabelecer uma comparação, pois não existe uma norma internacional aceita por todos. Por isso, creio que não há seriedade maior nestas avaliações.”

Que o Brasil está vivendo um momento difícil do ponto de vista econômico, não há dúvida. Nos últimos anos, houve um crescimento acentuado da dívida interna. Em 1994, o endividamento da União, Estados e municípios correspondia a 30% do produto interno bruto (PIB), índice que saltou para 56% em maio deste ano. A dívida externa também aumentou cerca de 40% no período, atingindo a marca de US\$ 210,8 bilhões em março de 2002. “O governo que assumir, independente do partido, vai se deparar com um quadro difícil a ser administrado, e terá que tomar duas medidas urgentes: renegociar a dívida externa e promover um audacioso programa de fortalecimento da indústria nacional”, projeta Knijnik.

O professor Gilberto Kloeckner afirma que é justamente esta perspectiva sombria, associada à possibilidade de um candidato de esquerda ascender ao poder, que tem influído nos preços dos títulos da dívida externa, resultando na elevação da



taxa de risco. “A vitória do candidato da oposição é algo preocupante para os investidores, pois ele pode tentar resgatar a dívida social e não se ater tanto ao déficit público.”

Embora este componente não possa ser desprezado, boa parcela dos economistas e analistas de mercado considera que o próximo presidente não terá muita margem de manobra, nem possibilidade de fazer grandes rupturas, em razão das amarras do atual modelo, baseado na dependência do capital internacional. O próprio banco JP Morgan divulgou relatório recente no qual indica que o clima eleitoral não é mais motivo para os escassos investimentos no Brasil. Agora, a culpa pela fuga de capital recai sobre o crescimento modesto que a economia nacional vem registrando nos últimos anos. Em 2001, o PIB cresceu cerca de 2% e para este ano se espera um índice pouco inferior.

No entanto, como a estagnação da economia nacional e o crescimento do endividamento não são fenômenos novos, faltam elementos para explicar por que somente agora o risco país disparou. E será que é apenas no Brasil que os investidores enfrentam risco crescente?

A resposta vem do próprio país que abriga boa parte das agências de *rating*. Os Estados Unidos, meca do capitalismo, está vivendo uma das mais graves crises financeiras pós-1929, quando houve o *crash* da bolsa de valores americana. A maior falência da história, a da gigante de energia Enron Co., em dezembro passado, foi apenas o ponto de partida de uma sucessão de escândalos, envolvendo fraudes contábeis, executivos reverenciados no mundo corporativo e até mesmo o presidente da República.

A Enron era um dos ícones da nova economia. De pequena empresa voltada à exploração de gás natural passou a ser a sétima colocada entre as maiores corporações americanas, com um total de três mil subsidiárias, 20 mil empregados e volume de negócios de US\$ 100 bilhões em 2000. No entanto, boa parte desta pujança era ficção contábil. Para esconder as falcatruas responsáveis por inflar os resultados, a companhia contou com o apoio da auditoria Arthur Andersen, que até queimou documentos comprometedores quando o escândalo veio à tona.

Só isso já seria suficiente para abalar a credibilidade do mercado de capitais, já que todos os mecanismos de fiscalização falharam grosseiramente. Contudo, os respingos chegaram à Casa Branca ao serem reveladas conexões entre a empresa e políticos americanos, inclusive o atual presidente. George W. Bush recebeu entre 1993 e 2000 US\$ 623 mil da Enron, que tem sede em Houston, Texas, base eleitoral do presidente. Desde 1989, a empresa doou US\$ 5,9 milhões a políticos, sendo que dos 435 deputados atuais, 188 tiveram suas campanhas financiadas pela companhia de energia. Dos 100 senadores, 71 receberam verbas. Embora não tenha sido provado favorecimento indevido, fica um sentimento de impotência.

Impotência, sobretudo, dos 100 milhões de investidores domésticos, entre funcionários públicos, profissionais liberais, donas de casa, comerciantes e trabalhadores que contribuem para fundos de pensão lastreados em ações. Para ter idéia do que o mercado de capitais representa nos Estados Unidos, mais de 70% da poupança interna dos americanos está aplicada em ações, enquanto no Brasil este percentual fica abaixo de 5%. Apenas a Bolsa de Nova York tem uma capitalização de US\$ 10 trilhões, ao passo que a brasileira é de US\$ 200 bilhões.

Depois da Enron, foram divulgados semanalmente novos capítulos da novela das fraudes contábeis, e a Justiça dos Estados Unidos ao lado da Securities and Exchange Commission (SEC) – órgão regulador do mercado de capitais americano, correspondente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil – apertou o cerco. Como resultado, várias concordatas foram solicitadas e diversas investigações estão em andamento, envolvendo empresas como a Qwest (telecomunicações), Adeptia (cabos), Xerox (tecnologia), Merck (farmacêutica) e WorldCom (telecomunicações), apenas para citar alguns exemplos.

A WorldCom é a protagonista até agora do que pode ser considerado o segundo maior escândalo. A companhia, vice-líder no segmento de telefonia de longa distância nos EUA e controladora da Embratel no Brasil, revelou no final de junho que fabricou lucros nos últimos cinco trimestres. O artifício consistia em colocar custos operacio-

nais, a exemplo de gastos com manutenção de rede, como investimentos de capital. Assim, ocultou despesas e inflou o lucro bruto em US\$ 6,33 bilhões em 2001 e em US\$ 1,36 bilhão no primeiro trimestre de 2002.

George Bush se enrolou também nas explicações sobre um empréstimo de US\$ 180 mil que tomou da Harken Energy, empresa da qual foi executivo na década de 80. O crédito tinha por finalidade comprar ações da companhia, estratégia que agora vem sendo criticada pelo próprio presidente. Bush está sendo investigado também pela venda das ações em alta, poucos dias antes de a SEC constatar a existência de operações supostamente fictícias para ocultar prejuízos, o que derrubou o preço das ações. Além disso, demorou 34 semanas para informar à SEC sobre a venda, quando a legislação determina que o órgão seja informado no ato.

O vice de Bush também está na mira. A entidade judicial Watch, que investiga corrupção entre funcionários do governo, pediu a abertura de um processo contra o vice-presidente Dick Cheney e contra a empresa petrolífera Halliburton, da qual ele foi executivo, por práticas contábeis supostamente fraudulentas que resultaram em supervalorização das ações da companhia.

A sucessão de escândalos já levou a perdas de US\$ 2,4 trilhões no mercado de valores americano. O volume é expressivo, se for considerado que o PIB dos Estados Unidos está na faixa de US\$ 10 trilhões anuais. Em consequência, ganhou corpo uma crise de confiança que está abalando não apenas os Estados Unidos, como também os mercados asiáticos, europeus e latino-americanos.

“Todo sistema foi colocado em xeque, embora não se tenha hoje condições de dimensionar os reflexos da crise. Será necessária uma reformulação na legislação para evitar que casos como este se repitam”, afirma Gilberto Kloeckner. Um efeito direto disso, conforme o professor, é que haverá uma ampliação da cautela no mercado. Os bancos, por exemplo, tendem a ser mais rigorosos nos critérios de concessão de empréstimos.

Mauro Knijnik considera que há fatores favoráveis em meio a toda essa turbulência. “O saldo positivo é a transparência, ou seja, quando as coisas aparecem e são identificados e punidos os culpados. No momento, não está havendo nenhuma excepcionalidade em relação à história. O que estamos vendo é que há mecanismos de controle, de acompanhamento das empresas e democracia, que permite que saibamos o que está se passando.”

O prêmio Nobel de Economia do ano passado, o americano Joseph Stiglitz, autor do livro “Globalização e seus Descontentes”, obra que em breve ganhará versão em português, defendeu idéia semelhante em entrevista publicada recentemente. Para ele, um dos principais ganhos da globalização foi a transparência, que gerou um sistema mundial de pressão. Prova disso é que hoje os Estados Unidos estariam envergonhados diante do mundo em razão dos escândalos contábeis.

A perspectiva de que o Brasil possa atrair investimentos diante da instabilidade nos Estados Unidos é afastada por Kloeckner. Para ele, não deverá ocorrer grande migração externa de recursos. Contudo, internamente, a tendência é que mais investidores abandonem temporariamente as bolsas de valores e procurem aplicações em renda fixa. Já Knijnik vê o Brasil como um porto seguro em potencial para os investimentos externos que possam se deslocar do Norte. “O Brasil é um dos países com mais atrativos, por seu tamanho, por sua potencialidade, por suas condições. Nos momentos de crise é que se fazem os grandes investimentos”, afirma o economista.

Risco-Brasil - 2002 (em pontos)

Abril	733
Maio	879
Junho	1.706
Julho	1.780

Fonte: JP Morgan

Dívida Interna

Brasil União, Estados e Municípios (% do PIB)	
1994	30,02
1995	30,56
1996	33,28
1997	34,35
1998	41,71
1999	49,18
2000	49,43
2001	53,25
2002*	56,00

* Até maio

Dívida Externa*

Brasil (em US\$ bilhões)	
1994	148,30
1995	159,26
1996	179,93
1997	199,99
1998	241,64
1999	241,47
2000	236,16
2001	209,90
2002**	210,80

* Pública e privada, sem deduzir as reservas do BC
** Até março

RENATO JANINE RIBEIRO

“A universidade tem que começar a se preocupar com o destino do que ela faz”

Renato Janine Ribeiro é professor titular de Ética e Filosofia Política da USP e mestre em Filosofia pela Universidade Panthéon-Sorbonne. Como convidado, veio a Porto Alegre e foi um dos conferencistas do III Salão de Extensão, realizado na UFRGS. Em entrevista a Clovis Ott e Laís Chaffe, do Jornal da Universidade, falou sobre o papel da Universidade na produção e difusão da cultura humanística; situou a sociedade atual de acordo com a base cultural que tem disponível; propôs mudanças de rumos; criticou a televisão que é apresentada no Brasil e sugeriu a Internet como a grande solução para, junto com a Universidade, educar, formar e informar os cidadãos, fora da mediocridade e dos interesses, comerciais e políticos, dos meios de comunicação tradicionais.

Jornal da Universidade – No atual modelo de universidade pública, qual o lugar que a cultura ocupa e o que precisa mudar?

Renato Janine Ribeiro – O atual lugar ocupado pela cultura, não só na universidade pública, mas na sociedade, é o do beletismo, das belas letras, da coisa bonita que divulga. Nós temos a idéia de que as artes, a cultura, são uma coisa alegre, uma coisa agradável, um enfeite, um adorno. No começo do governo Fernando Henrique a cultura se inseria em 0,5% no orçamento do governo federal, a ciência e tecnologia em 0,35%, ou seja, sete vezes mais, e ainda assim esse 0,35% da ciência e tecnologia eram menos do que a margem de erro com qual elaboraram o orçamento da União. Nós temos hoje uma situação em que, socialmente, a cultura aparece como um primo muito pobre das atividades estatais e sociais. Temos que indagar de que maneira a cultura pode ser dinâmica, como escora a cidadania e o conhecimento criativo.

maiores do que as sociedades anteriores tiveram. Então quanto mais tem abertura para as obras de qualidade, outras informações, maiores as chances de você encontrar seus caminhos.

JU – Para descobrir quem eu sou é preciso uma série de informações que são dadas no ambiente universitário. Não é preciso uma base cultural sólida para colocá-la nesse patamar na universidade?

Ribeiro – Essas formações informações são dadas de maneiras diferentes. O que mais me inquieta são aquelas pessoas que não chegam a receber. A cultura pode ser um instrumental muito positivo. Para isso lida com outros imaginários, abre outros espaços. Perguntar se são dadas as informações? Não são. As informações ainda são muito insuficientes, mesmo numa sociedade de tantas informações quanto a nossa.

JU – A cultura deveria fazer pesquisa nas ciências humanas. Mas a nossa maior fonte de informação, hoje, não é a televisão que introduz costumes, dita regras e moda, elege e derruba governos, molda a língua e os hábitos?

“Nós estamos numa sociedade em que o encontro de sua individualização, o processo de descobrir, de construir quem eu sou é complexo, exige que a aparência de figuras sociais sejam maiores do que as sociedades anteriores tiveram.”

Ribeiro – Eu não concordo. A televisão mexe dentro de certas possibilidades. A televisão tem uma potencialidade muito grande, é um meio de comunicação, um meio cultural, por assim dizer, mais forte na nossa sociedade, mas não acho que seja onipotente.

JU – E quanto à Universidade, ela corre atrás do prejuízo ou não? Os alunos chegam despreparados, apenas com a formação social doméstica, com a má formação do ensino básico, informado pela ótica ou pelos interesses dos meios convencionais de comunicação de massa. Ele chega sem preparo, sem a base cultural sólida. Qual a alternativa?

Ribeiro – Eu não vejo chance. Quando houve a degradação do ensino médio, vários colegas meus defenderam a tese que a Universidade não deveria compactuar com isso e, portanto, deveriam reprovar maciçamente os alunos que não tivessem preparação para, assim, forçar a melhoria do ensino médio. Mas não houve condições de fazer essa chacina de alunos. Seria antidemocrático. Não há muitas alternativas, a não ser a Universidade tentar, de alguma maneira, compensar isso. Politicamente não há muita alternativa. Como a Universidade faz muito bem a parte da pesquisa e, como a graduação passa a lidar com alunos despreparados, o risco é grande, porque você investe mais e mais na pesquisa e deixa os despreparados despreparados, ou então a graduação perde em destaque dentro de uma universidade boa.

JU – E quanto ao espaço para experimentação na Universidade? O aluno está sendo suficientemente estimulado?

Ribeiro – Tem muito que se fazer experimentação em novas formas de cursos, novas formas de relações e, quando os recursos são escassos, é necessário multiplicar os contatos. Um exemplo são os museus da Universidade de São Paulo. Nós temos quatro museus principais, sendo o Museu do Ipiranga o mais conhecido. O Museu do Ipiranga é um museu que tem uma das maiores visitações do Brasil, mas são de escolares. Em compensação tem os outros museus, o Museu de Arte Contemporânea, que é um bom museu. A maioria esmagadora dos professores, estudantes e funcionários da USP nunca pisou nele. É uma coisa absurda, ter no Campus um museu que é pouco conhecido da própria comunidade universitária. Se se conseguisse que todos os professores, funcionários e alunos, visitassem esse museu uma vez que fosse, conseguiríamos, de alguma forma, um vínculo maior deles em vários sentidos: com obras de arte de qualidade, com a própria universidade, com sentimento maior de pertencer a universidade, enfim, uma troca afetiva maior.

Quando dirige a Cooperação Internacional da USP obrigou as pessoas, que recebiam recursos nossos, a divulgar via e-mail, quando ia falar, a conferência que ia dar, isso circula pouco. A comunicação circula pouco. Não estou falando no sentido jornalístico só. Estou falando no sentido dos pesquisadores se comunicarem entre si, dos ambientes se comunicarem e do desperdício extraordinário que se tem com a falta disso.

JU – O senhor não acha que pode ser uma questão de mentalidade, de se entender educação como um aluno sentado e o professor ensinando, só com transmissão de informação? A informação não faria parte da educação, da formação do aluno?

Ribeiro – Isso é uma qualidade brasileira que poderia chamar por duas palavras: individualismo e falta de diálogo. Vivemos numa sociedade onde o individualismo é muito forte. Primeiro, a agregação de esforços sociais para fazer alguma coisa é muito menor em nosso país e, segundo, o diálogo no Brasil é muito precário. É muito mais frequente as pessoas ficarem somente no seu espaço e conversarem pouco. Aceitar a postura monológica, o monólogo, que é adotada por muitos professores, convém a muitos alunos.

JU – A que o senhor atribui esta ausência de diálogo?

Ribeiro – Isso é um fenômeno histórico. Tem a ver com vários elementos, com uma formação ibérica que, por sua vez, passa pela Inquisição, pelo Catolicismo mais hierárquico, no qual a liberdade de expressão é contida e por causa disso as pessoas se acostumaram a repetir o que o poderoso disse, muito mais do que a discutir. Encontrar uma sociedade como a norte-americana, ou a francesa, na qual a experiência do diálogo e a discussão é muito mais antiga, para nós é incomodo. No Brasil, não gostamos que discordem da gente, ao passo que existem sociedades em que uma discussão de freqüente desacordo é normal e saudável. Acho até que no Rio Grande do Sul o desacordo é vivenciado melhor do que em outros Estados.

JU – Então isso seria uma coisa atávica no Brasil?

Ribeiro – Eu não usaria o termo *atávico*, porque aí se naturaliza o efeito relevante do que eu estudei? Que fizemos em antropologia? Fizemos algo em alguma coisa? Em que isso pode modificar nossa vida? Se houver esse tipo de discussão, conseguiremos dar um salto. É preciso comunicar o que se está fazendo. O que chega à sociedade é muito pouco.

JU – E conseguiremos nos desfazer disso?

Ribeiro – Uma alternativa é incentivar o próprio diálogo. Acho que essa idéia de colocar em contato as áreas dentro da universidade, dentro da sociedade, favorece isso. Disponibilizar mais informação, fazer com que se citem as obras de arte, que a produção seja conhecida. Com a Internet é possível se colocar

JU – Mas aí estamos considerando um ambiente muito restrito, um ambiente universitário. Fora dele, como o *Big Brother*, *Casa dos Artistas*, novelas etc. têm, é grandes temas de discussão da imensa maioria da população?

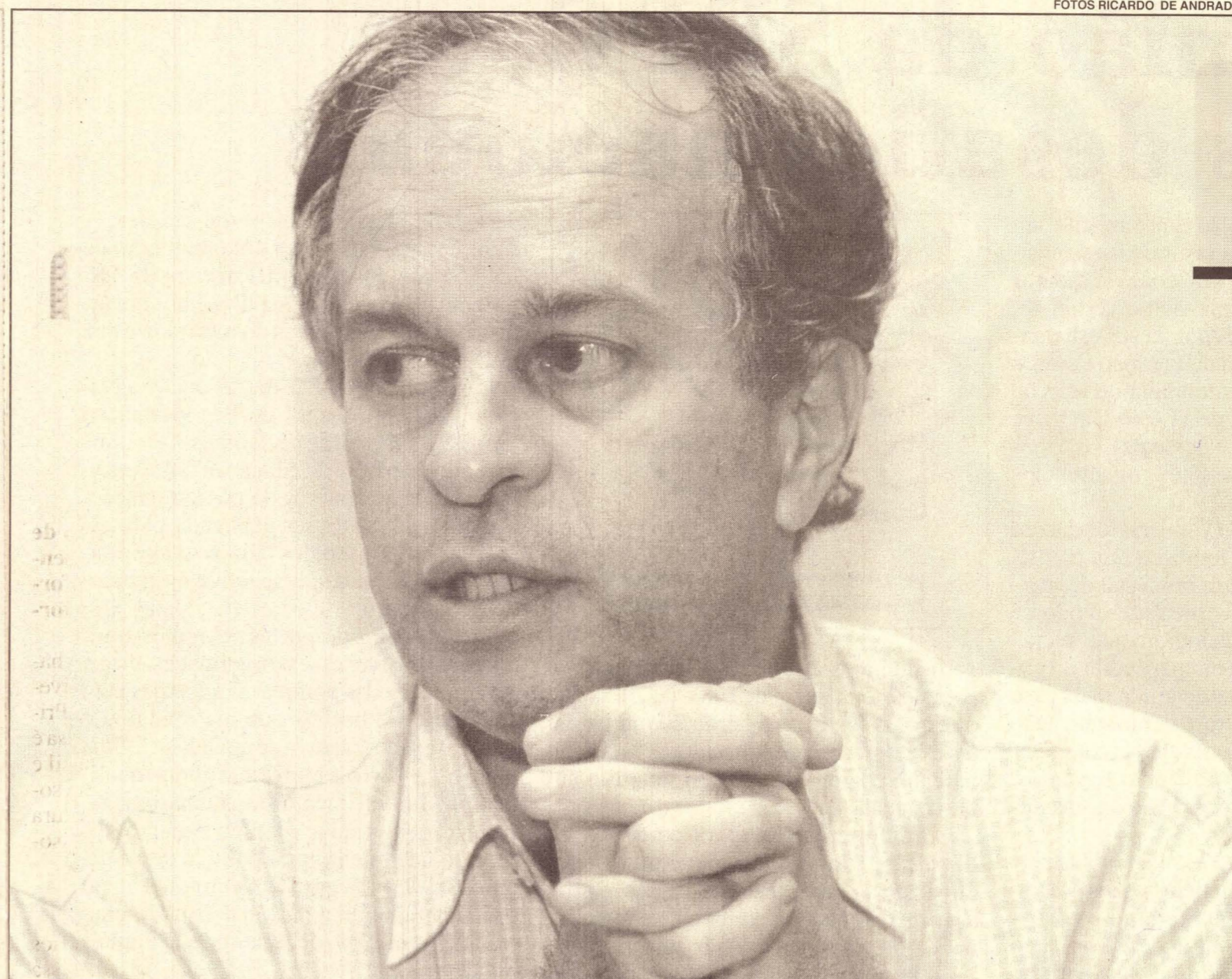
Ribeiro – Eu não concordo. A televisão mexe dentro de certas possibilidades. A televisão tem uma potencialidade muito grande, é um meio de comunicação, um meio cultural, por assim dizer, mais forte na nossa sociedade, mas não acho que seja onipotente.

JU – E quanto à Universidade, ela corre atrás do prejuízo ou não? Os alunos chegam despreparados, apenas com a formação social doméstica, com a má formação do ensino básico, informado pela ótica ou pelos interesses dos meios convencionais de comunicação de massa. Ele chega sem preparo, sem a base cultural sólida. Qual a alternativa?

Ribeiro – Eu não vejo chance. Quando houve a degradação do ensino médio, vários colegas meus defenderam a tese que a Universidade não deveria compactuar com isso e, portanto, deveriam reprovar maciçamente os alunos que não tivessem preparação para, assim, forçar a melhoria do ensino médio. Mas não houve condições de fazer essa chacina de alunos. Seria antidemocrático. Não há muitas alternativas, a não ser a Universidade tentar, de alguma maneira, compensar isso. Politicamente não há muita alternativa. Como a Universidade faz muito bem a parte da pesquisa e, como a graduação passa a lidar com alunos despreparados, o risco é grande, porque você investe mais e mais na pesquisa e deixa os despreparados despreparados, ou então a graduação perde em destaque dentro de uma universidade boa.

JU – E prepara para outras mudanças, outras oportunidades?

Ribeiro – Nós estamos numa sociedade em que o encontro de sua individualização, o processo de descobrir, de construir quem eu sou é complexo, exige que a aparência de figuras sociais sejam



FOTOS RICARDO DE ANDRADE

“É preciso tirar a cultura simplesmente do papel de enfeite, do papel de adorno que ocupa, sobretudo para as classes dominantes, que a vê como um fator de distinção de classe.”

esquerda no país.

JU – As concessões são dadas pelo governo...

Ribeiro – Sim, mas também as pessoas não vão à luta. Não precisa de concessão para abrir um *site* na Internet. Por que praticamente não tem um *site* informativo de esquerda na Internet? Não é o poder que está inviabilizando isso. É a falta de iniciativa dos interessados. Podia se ter um *site* de esquerda mais atuante, sem ser faccioso, só que ninguém faz. Não vamos confundir isso com o *site* do PT, ou dos demais partidos. Estou falando de um *site* de informações, que use bem a batalha da mídia. Estou achando que essa batalha da mídia pode ser travada a baixo preço com a Internet. Não vejo os motivos de não se usar este canal.

JU – A difusão do conhecimento gerado na Universidade, tudo o que realiza, propõe, constrói, produz, está, praticamente, dependendo dos meios de comunicação convencionais. Que outro meio, e qual a possibilidade de a Universidade tem de, por seus próprios meios, fazer esta difusão?

Ribeiro – A Universidade é lugar de formação mais que de difusão. Formação é muito mais intenso, muito mais profundo, mais demorado. Existe uma parte substancial desse conhecimento que vai, depois, sendo apropriado socialmente de maneiras bem diferenciadas. Quando se procura um dentista, por exemplo, vamos utilizar as capacidades que ele aprendeu na Universidade para ganhar dinheiro. Isso é uma apropriação privada do conhecimento. O mais delicado é o caso do conhecimento gerado nas ciências humanas que não é apropriado de maneira tangível, de uma forma física, mas na consciência das pessoas. Uma vez saindo o processo dos muros da Universidade você não está controlando mais nada. Você está formando profissionais sem se perguntar para quem está indo o investimento público nesse feito. Da mesma forma não se está perguntando das descobertas de ponta das ciências humanas, o que isso está alterando e fazendo incorporar pela sociedade. O fundamental é: como se pode fazer em relação à pesquisa e na formação de recursos humanos que há dentro da Universidade para que seja apropriada socialmente? Para que sociedade estamos construindo isso? Nessa sociedade a apropriação privada prevalece de longe. Na Universidade, muita gente está descontente com essa desigualdade social. E cabe à Universidade discutir isso.

JU – Como é possível a difusão das humanidades e dos valores culturais ao mesmo tempo em que há alta evasão no ensino básico e superior?

Ribeiro – Primeiro, vamos falar da crise no valor da cultura. Eu começaria dizendo que no Brasil a cultura não é um valor, pelo menos, não tanto quanto poderia ser. Estamos numa sociedade que está valorizando muito o prazer imediato, que não dá muito pouco espaço para o próprio conhecimento que, de modo geral, não é muito valorizado. Esse tipo de valorização é uma dificuldade muito grande, porque debilita qualquer projeto de construção das pessoas com o sujeito. Há algum tempo atrás, quem fazia uma operação plástica ocultava o fato. Hoje, o que nós temos é uma narrativa, o orgulho de ter feito a cirurgia plástica. É a cultura do *making of*. Em vez de reduzir o valor de mercado, aumenta. Isso é uma novidade fantástica. O assustador é a significação cultural disso para a sociedade como um todo. É a desqualificação do cultural e isso é muito inquietante.

JU – Há setores segundo os quais a universidade não prepara o aluno para o mercado de trabalho, pois ele já vem despreparado.

Ribeiro – Já vamos identificar um acordo muito claro a que as lideranças acadêmicas e empresariais têm que chegar. A Universidade não está a serviço do mercado. A universidade tem um tempo básico, e que não pode ser efêmero. Porque não fazer uma cooperação, um convênio e, no caso do jornalismo, por exemplo, com os jornais pagando devidamente os profissionais da Universidade, e estes dando melhores cursos de treinamento dentro do próprio jornal?

JU – Essa cooperação ou esses convênios não ficariam inviabilizados em um sistema que quer ter os menores custos, investindo o mínimo possível, para auferir o mais alto lucro? Não ficaria difícil este tipo de relação da Universidade com o mercado.

Ribeiro – A Universidade tem sub-utilizado os seus instrumentos para intervir na sociedade. A Universidade deveria pensar mais, tematizar mais internamente como ela vê a sociedade. Quando se pensa na aplicação prática da ciência, exata e biológica, é muito simples: o intermediário para chegar as pessoas é o mercado, são bens e, eventualmente, serviços que elas produzem. No caso das ciências humanas, a relação delas não é tanto com o mercado mas com o público, e aí passa pela mídia. O nosso relacionamento principal com a sociedade é a mídia. Nós temos que esquentar mais o que a mídia incorpora do saber acadêmico e científico, ligando para Universidade, consultando os artigos, mas também de maneira muito mais ampla, na formação do pessoal de trabalho etc. O que incorpora o que não incorpora. A Universidade poderia meditar melhor sobre essa pauta acadêmica e dizer o que não nos convém disso. Além disso, podemos eventualmente, colocar novas questões.

“O que eu não vejo é pesquisadores universitários se reunirem e dizerem: qual é a nossa mensagem essencial para a sociedade?”

pobreza, dificuldades econômica. No ensino superior a evasão tem a ver com uma dificuldade de localização de seu espaço na realização pessoal. Está muito difícil hoje, para quem tem um pouco mais de sensibilidade, encontrar seu espaço de realização pessoal sem passar por trâmites. As opções se tornaram mais fá-

ceis, e a sociedade está tão dura que fica difícil mesmo essa seleção. A evasão se torna o caminho de quem está tentando encontrar o seu caminho. Uma pessoa que estuda 4 ou 5 anos de engenharia, um curso extremamente puxado, e depois descobre que quer ser cantor ou nutricionista, desperdiçou o seu tempo, desperdiçou uma vaga na faculdade que outro poderia ter cursado. É um fenômeno bem mais complicado do que apenas se mudar os currículos.

JU – Qual a sua opinião sobre a Universidade treinar mão de obra para o mercado de trabalho.

Ribeiro – Eu sou contra treinar mão de obra para o mercado de trabalho, não só porque é imoral mas porque é inútil. Imoral porque a Universidade não deve se colocar a serviço do mercado, e inútil porque o mercado fará isso muito melhor que a Universidade. Além disso, modificará suas rotinas muito mais rapidamente.

JU – Há setores segundo os quais a universidade não prepara o aluno para o mercado de trabalho, pois ele já vem despreparado.

Ribeiro – Já vamos identificar um acordo muito claro a que as lideranças acadêmicas e empresariais têm que chegar. A Universidade não está a serviço do mercado. A universidade tem um tempo básico, e que não pode ser efêmero. Porque não fazer uma cooperação, um convênio e, no caso do jornalismo, por exemplo, com os jornais pagando devidamente os profissionais da Universidade, e estes dando melhores cursos de treinamento dentro do próprio jornal?

JU – Essa cooperação ou esses convênios não ficariam inviabilizados em um sistema que quer ter os menores custos, investindo o mínimo possível, para auferir o mais alto lucro? Não ficaria difícil este tipo de relação da Universidade com o mercado.

Ribeiro – A Universidade tem sub-utilizado os seus instrumentos para intervir na sociedade. A Universidade deveria pensar mais, tematizar mais internamente como ela vê a sociedade. Quando se pensa na aplicação prática da ciência, exata e biológica, é muito simples: o intermediário para chegar as pessoas é o mercado, são bens e, eventualmente, serviços que elas produzem. No caso das ciências humanas, a relação delas não é tanto com o mercado mas com o público, e aí passa pela mídia. O nosso relacionamento principal com a sociedade é a mídia. Nós temos que esquentar mais o que a mídia incorpora do saber acadêmico e científico, ligando para Universidade, consultando os artigos, mas também de maneira muito mais ampla, na formação do pessoal de trabalho etc. O que incorpora o que não incorpora. A Universidade poderia meditar melhor sobre essa pauta acadêmica e dizer o que não nos convém disso. Além disso, podemos eventualmente, colocar novas questões.

JU – Temos potentes redes de televisão aberta, comerciais, lutando por altos índices de audiência com programas semelhantes, de baixíssimo nível, consistência cultural e nível. Não poderíamos aproveitar esse público certo e cativo para transmissões que trouxessem alguma programação cultural e informativa para o crescimento das pessoas?

Ribeiro – A televisão no Brasil está em péssimas mãos. A imprensa escrita no Brasil está praticamente toda comprometida com setores da sociedade. Não tem uma imprensa escrita diária de esquerda no Brasil. Em todos os países da Europa tem. Se tivesse uma imprensa diária de esquerda, pela Internet, você acessaria. Com o rádio, por exemplo, cujo custo de manutenção é muito baixo, dá-se o mesmo. No entanto, não se tem rádio de



“A Universidade poderia ter um papel mais ativo em considerar qual é o conhecimento relevante que está gerando, qual é a formação relevante e de que maneira isso interfere na sociedade.”

JU – A Universidade deveria cobrar algum tipo de retorno desse profissional que saiu de uma instituição pública? Se ele está ou não, de alguma maneira, retribuindo para sociedade a formação que ela lhe proporcionou, financiando seus estudos gratuitos?

Ribeiro – Não vejo como legalmente se poderia fazer isso. Mas se pode formar esse profissional para habilitá-lo mais para isso do que para outra coisa. Você pode ver quais são os nichos de enriquecimento pessoal de apropriação privada do meio público e, não digo acabar com eles, mas incentivar o que vai no sentido da apropriação mais social, e isso pode-se fazer mexendo nos currículos. Se pode e deve incutir nos alunos de graduação, desde o início, a percepção que a Universidade é paga pela sociedade, e sobretudo, por gente mais pobre do que eles. E a partir disso tentar montar um senso de responsabilidade social, que sinto extremamente inexistente nos nossos formandos.

JU – Todo esse sentimento humanista, de responsabilidade de nossa sociedade, só poderia ser dado pela Universidade Pública. Mas o que se vê são tentativas para o seu enfraquecimento, cortes de cada vez maiores de verbas e a proliferação de instituições privadas com características empresariais e objetivos lucrativos.

Ribeiro – Estou pensando basicamente nas universidades públicas que, de modo geral, são as melhores. A Universidade tem que começar a se preocupar com o destino do que ela faz. Tem que começar a se preocupar com quem se apropria e de que maneira se apropria dos bens públicos que gera e geriu. Estamos lidando com vagas, formando gente, pesquisando, fazendo ciência, encontrando saberes, e a maneira como tudo isso é apropriado é pelo simples jogo do mercado. A Universidade poderia ter um papel mais ativo em considerar qual é o conhecimento relevante que está gerando, qual é a formação relevante e de que maneira isso interfere na sociedade.

Reunião da SBPC discute os desafios nacionais

Entre os temas discutidos no encontro realizado em Goiás estavam o acesso à universidade, os modelos de avaliação e a mercantilização do ensino, além da constatação de que, nas próximas décadas, o Brasil já será um país de idosos.

Em breve, o Brasil se tornará um país de idosos. Uma das razões dessa transformação é a queda na taxa de fertilidade das mulheres, que vem acompanhada pela diminuição da mortalidade infantil. Essa questão, apoiada em dados do Censo 2000, foi discutida por especialistas durante a 54ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada de 7 a 12 de julho, na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, com o tema central Ciência e Universidade Rompendo Fronteiras.

Em 1950, a percentagem da população composta por pessoas com mais de 65 anos era de 6,2%. Em 2000, esse percentual subiu para 19,6%. Diferente da década de 50, quando o país tinha uma população em forma de pirâmide, com uma base maior formada por crianças e um topo (afunilado) de idosos, em 2000 houve uma retangularização, com um alargamento do miolo, correspondente à idade adulta.

O novo retrato brasileiro se delinea também em outros países. "No mundo, a proporção de idosos superou a de crianças em 1998", afirmou Elza Berquió, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), durante o simpósio População Brasileira: Principais Mudanças e Tendências. As apresentações fizeram parte do ciclo temático *Projetando o Brasil - Censo 2000*, que teve a participação de 15 pesquisadores em cinco simpósios.

Os dados mostraram que a mulher brasileira está tendo menos filhos. A taxa de crescimento da população, que era de 2,99, entre 1950 e 1960, passou para 1,64 no período de 1991 a 2000. Em 1940, a fecundidade feminina era de 6,16 filhos em média por mulher. Em 2000, é de 2,35, diminuição que teve início na década de 60, a partir do advento da pílula anticoncepcional.

De acordo com especialistas, caso não ocorram mudanças nestas tendências demográficas, as previsões para a futura população de idosos brasileiros são pouco animadoras: haverá menos gente em idade produtiva para sustentar uma crescente população inativa.

DESAFIOS

Além de discutir a estrutura etária do país, outros dois ciclos temáticos da SBPC Sênior movimentaram a reunião. Por uma Agricultura Sustentável contou com cinco simpósios, três conferências e 18 pesquisadores, e Preparando a Universidade do Futuro compreendeu seis simpósios que debateram sobre o acesso dos estudantes à universidade, e o financiamento e a avaliação dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Os desafios para o acesso dos estudantes à educação superior, suas possibilidades de

expansão e diversificação também estiveram em pauta. O acesso às instituições de ensino superior passou a ser reduzido a partir de 1911, quando foi adotado o vestibular, impondo barreiras de entrada aos estudantes. Para o professor da UFG João Ferreira de Oliveira, nem a autonomia de seleção dada às universidades pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) modificou os processos seletivos adotados pelas instituições.

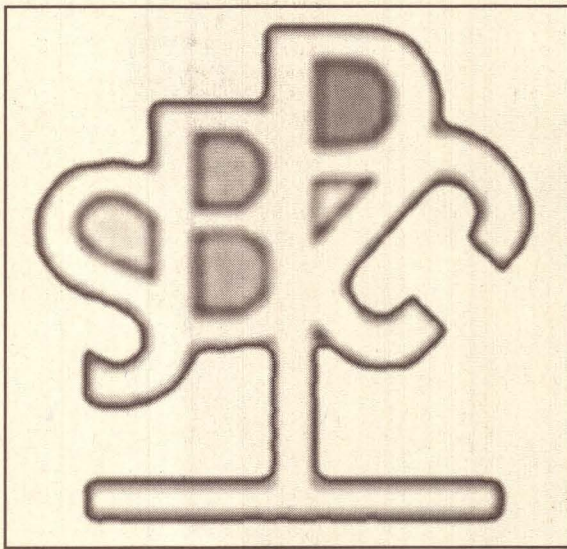
Durante o simpósio Universalização do Acesso, o professor lembrou que o ensino passa, hoje, por um processo de mercantilização. E o governo federal não dá sinais de que pretenda incrementar recursos para a educação, em particular ao ensino superior, agravando ainda mais esse processo. Para Oliveira, a democratização do acesso não será possível sem o aumento dos investimentos da União e estados, e sem uma ampliação dos gastos com educação básica.

As discussões sobre a universidade permearam também os modelos atuais de avaliação e como eles interferem na contribuição social das instituições. Coube ao professor da Unicamp José Dias Sobrinho discorrer sobre o assunto a uma platéia de estudantes de graduação e pós-graduação. Na opinião de Dias, a universidade não pode privilegiar os interesses do mercado em prejuízo de uma formação mais abrangente e completa aos profissionais que forma. Por isso, defende que é necessária "uma avaliação ética e democrática, que verifique o cumprimento de seu compromisso e responsabilidade social e que analise os efeitos sociais dos trabalhos produzidos nas instituições".

Hoje, existe um modelo que prima pela avaliação quantitativa das universidades, que dá prioridade ao número de trabalhos publicados. Esse sistema de avaliação é bem visto pelo mercado, que exige profissionais cada vez mais especializados. O modelo vigente interessa também ao governo, que se beneficia ao mostrar um aumento da competitividade. "Qualquer avaliação erra se é concentrada em detalhes e quantificações. O concreto seria avaliar se a universidade cumpre sua função pública, verificar os significados sociais dos trabalhos produzidos e serviços oferecidos pelas instituições. Precisamos de um novo conceito de universidade", defendeu.

O professor acredita que a falta de investimento público e o aumento indiscriminado de cursos nos últimos anos, também contribuíram para a queda de qualidade do ensino no Brasil. Para ele, muitos dos novos diplomas são direcionados somente para a formação de profissionais para o mercado de trabalho, gerando uma deturpação do papel da universidade.

Durante a 54ª reunião, o sistema de pós-graduação também foi alvo de debates. "Fazer ciência é fácil, produzir ciência é que é o desafio", declarou o pró-reitor da UFBA, Jailson Bittencourt, durante o encontro Eixos Mobilizadores da Pós-graduação Brasileira. Para ele, o Brasil quando comparado a outros países, ainda não é competitivo comercialmente. Como exemplo, citou o desempenho da Coreia. Dados do Ministério da Ciência e Tecnologia mostram que 90% dos cientistas brasileiros estão dentro das universidades e dos ór-



gãos públicos e, em 2001, o número de patentes geradas foi de cerca de 2000. Enquanto isso, a Coreia gerou 20 mil patentes e lá, 60% dos pesquisadores estão trabalhando dentro de empresas e 40%, nas universidades.

Como alternativas para corrigir essa distorção, Bittencourt enumerou os principais eixos mobilizadores da pós-graduação. A formação de pessoal em quantidade foi o primeiro a ser mencionado. "Ainda temos poucas pessoas engajadas em ciência no país", afirmou o pró-reitor, lembrando que a universidade não deve formar só pesquisadores, mas também técnicos.

Embora se concentre mais no litoral e na região Sudeste, o sistema de pós no Brasil é bastante favorável ao aumento da formação de pessoal. O segundo eixo de mobilização seria uma maior abrangência do sistema, gerando uma reversão da corrente de estudantes que migram para o Sudeste.

O envio de jovens cientistas brasileiros para o exterior, evitando-se assim a formação de uma ciência endógena, foi o último eixo apresentado. Para que isso aconteça, Bittencourt aponta a desburocratização do sistema de doutorado da Capes como caminho. Ao concluir, ressaltou a importância de um investimento continuado e abrangente a todos os sistemas - principalmente na formação de mestres - e maior interpenetração das áreas, com a chamada "promiscuidade intelectual".

PESQUISA

Já os problemas enfrentados para a concessões de bolsas e as possíveis soluções para o fomento da pesquisa de pós-graduação no país foram levantados durante o seminário Políticas de Distribuição de Bolsas de Pós-graduação. O representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Luiz Loureiro, apontou como um dos problemas a dificuldade de assegurar recursos de custeio. Essa política de distribuição de bolsas, na opinião dele, peca por não garantir cobertura financeira para a manutenção dos projetos ao orçamento destinado à pesquisa, o que frequentemente impossibilita a realização de projetos.

A falta de reajuste das bolsas concedidas pela Capes e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi outro dos problemas levantados. Entretanto, Loureiro lembrou que a prioridade da Capes não é garantir reajuste às bolsas que concede, mas esten-

der o benefício a novos pesquisadores. A Capes conta, hoje, com um orçamento de R\$ 540 milhões. Em 2001, foram R\$ 515 milhões. Hoje, são cerca de 13 mil bolsas distribuídas para alunos do mestrado e dez mil para doutorado.

Para o representante da Associação Nacional dos Estudantes de Pós-graduação (ANPG), José Menezes Gomes, "estamos vivendo o apagão da educação". A evasão dos alunos dos cursos de pós-graduação, segundo ele, pode ser explicada pela escassez de bolsas, pelos baixos valores pagos e pela falta de perspectiva no mercado de trabalho.

Entre as teses propostas pelos palestrantes para resolver essas dificuldades, está a continuidade das políticas já adotadas para concessão de bolsas, que, na opinião de Loureiro, são "sólidas e de qualidade". Uma outra sugestão é valorizar critérios qualitativos em detrimento dos quantitativos, como produtividade e tempo para pesquisa. E, ainda, melhorar a política de distribuição de bolsas para a pós-graduação no país estimulando a pesquisa fora do eixo Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Sul do país.

Além da SBPC Sênior, houve a Jornada de Científica, organizada em torno de 34 áreas temáticas e contando com 3.500 painéis, apresentados pelos estudantes de iniciação científica. Paralelamente à reunião, foram realizados eventos na UFG. O SBPC Jovem, dedicado a alunos de ensino básico e que completa dez anos de existência, teve dois eixos: Mostra de Ciência Nacional e Encontro com Pesquisadores, com alunos de ensino médio.

Cerca de 200 alunos de 17 Estados exibiram 62 projetos, sendo cinco selecionados entre os mais relevantes. A 1ª Expoeducação abordou questões referentes às políticas públicas e ao cotidiano escolar do ensino básico, através da apresentação dos resultados dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos por pesquisadores em educação. Além disso, o público pôde conferir a Expociência, o SBPC Comunidade e o SBPC Cultural.

Segundo o assessor especial da Reitoria da UFG, José Luis Domingues, passaram pelo encontro cerca de 50 mil pessoas. "A reunião foi um convite à reflexão sobre o profundo impacto decorrente do desenvolvimento científico sem precedentes ocorrido nas últimas décadas", diz Domingues. Fundada há mais de 50 anos, em 1948, a SBPC é uma entidade civil, sem fins lucrativos, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do país. Todos os anos, promove reuniões em diferentes pontos do país, com a participação de 70 sociedades científicas das diversas áreas do conhecimento. Milhares de pessoas, incluindo cientistas, professores, estudantes e profissionais liberais, participam do megaevento. A próxima reunião da SBPC, em 2003, será realizada em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com apoio especial da Prefeitura de Recife. Foi decidido também, pelo Conselho e pela diretoria da Sociedade que em 2004 a 56ª reunião será sediada em Cuiabá, Mato Grosso. (CF)

Professora do Instituto de Letras é eleita presidente do Conselho Internacional de Estudos Canadenses



Zilá Bernd

Nos próximos quatro anos, a professora da pós-graduação do Instituto de Letras da UFRGS, Zilá Bernd vai coordenar os trabalhos do Conselho Internacional de Estudos Canadenses, que agrega instituições de 24 países e tem sua sede em Ottawa (Canadá). Essa é a primeira vez, nos 21 anos da entidade, que um latino-americano é eleito presidente. "Querem envolver a América Latina em programas de bolsas", justifica a professora.

Para Zilá, seu empenho junto à Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan), que presidiu de 1999 a 2001, também colaborou para a indicação de seu nome. Há 22 anos ela vem trabalhando para integrar a UFRGS com universidades de língua francesa e inglesa. Em 1980, criou no Instituto de Letras o Núcleo de Estudos Canadenses do País. Em convên-

io entre a Embaixada do Canadá e a UFRGS, a entidade oferece bolsas com duração de um mês e de dez meses.

Os interessados podem obter maiores informações e preencher formulários no site www.abecan.com.br ou ainda através do e-mail da Abecan abecan@letras.ufmg.br. Uma das modalidades de bolsa é oferecida a estudantes interessados em incluir na sua pesquisa algum conhecimento produzido no Canadá. Fazer, por exemplo, entrevistas com personalidades locais ou realizar pesquisa em museus ou bibliotecas canadenses. Estas bolsas são de cinco mil dólares e tem a duração de um mês. "Já foram contemplados mais de 200 estudantes brasileiros", contabiliza a professora.

O segundo programa de bolsa tem duração de dez meses, no valor de 12

mil dólares. Essas bolsas são oferecidas a quem curse ou tenha interesse em cursar mestrado ou doutorado. Para concorrer, os interessados devem apresentar projeto consistente e a indicação de coorientação. Quem quiser mais informações sobre bolsas e congressos pode solicitar a inclusão de seu nome no boletim eletrônico do International Council for Canadian Studies (ICCS - CIEC) através do e-mail gleclair@iccs-ciec.ca. No dia 4 de junho passado, Zilá esteve na França, integrando a banca para defesa de tese de doutorado da primeira brasileira a participar do acordo de cotutela entre a UFRGS e a Université Paul Valéry (UPV), em Montpellier. Foram seis anos de estudos, durante os quais, Luciane Rassier, dividiu seu tempo entre as atividades de professora de português da UPV e suas aulas como aluna

do curso de doutorado. Com a defesa da tese *Labirinto hermético de Raduan Nassar*, Luciane obteve de uma só vez dois diplomas, um pela universidade francesa e outra pela UFRGS.

É fato inédito", diz Zilá. Quando viajou para Montpellier para integrar a banca de Luciane, a professora levou toda a documentação necessária para registrar oficialmente a ocasião, conforme prescreve o conjunto de regras do Instituto de Letras da UFRGS no que diz respeito à obtenção do título de doutor.

Este acordo entre a UFRGS e a UPV, firmado em 1995 e revalidado em 2000, já tem mais um brasileiro indicado para a bolsa de pós-graduação. É Sérgio Levenfous, que em breve parte para a França, onde ficará apenas dois anos na UPV. O restante do estudo será realizado em Porto Alegre. (JS)

Nova droga contra a aids está sendo testada em Porto Alegre

●CARLA FELTEN
Jornalista

O T-20, apresentada durante a 14ª Conferência Internacional de aids, realizada em Barcelona, de 7 a 12 de julho, integra uma nova classe de medicamentos, a dos inibidores de fusão. Essa droga começa a ser testada em cinco pacientes do Hospital de Clínicas e é mais uma esperança no combate à doença.

O trabalho está sendo desenvolvido pelo professor do curso de Pós-graduação de Medicina e responsável pelo Ambulatório de HIV/aids, Eduardo Sprinz, e por uma equipe de pesquisadores. Ao contrário dos outros medicamentos usados no combate à doença, o T-20, desenvolvido pelos laboratórios Timeris e Roche, impede a entrada do HIV nas células de defesa do organismo – o linfócito T, com receptor CD4. Segundo Sprinz, os pacientes selecionados já não respondiam satisfatoriamente ao tratamento, apresentando carga viral alta e defesas imunológicas baixas. A droga injetável será ministrada duas vezes ao dia em conjunto com os anti-virais, para ajudar a prevenir os riscos de resistência do HIV ao tratamento.

Até agora, os médicos contavam com coquetéis que atacavam duas enzimas do vírus, a transcriptase reversa e a protease. Já o T-20 não permite que o vírus entre na célula. “Essa droga vem como representante de uma nova família de medicamentos”, diz Sprinz. Para penetrar no CD4, o HIV libera uma proteína, chamada de GP41, que garante a fusão. Por afinidade química, o T-20 é atraído pela GP41 e atrapalha seu processo de entrada na célula. O Hospital de Clínicas será o único no Estado a realizar os testes do medicamento.

Os avanços nos medicamentos nos últimos sete anos vêm proporcionando maior sobrevida e melhor qualidade de vida às pessoas portadoras do HIV. Porém, a epidemia continua a se disseminar pelo mundo. Mais de 22 milhões de pessoas já morreram em razão da doença, e quase 40 milhões estão contaminadas com o vírus – um terço delas tem entre 15 e 24 anos. Os países em desenvolvimento ainda são os mais atingidos, representando 95% do total de soropositivos do planeta, sendo que três quartos estão na África subsaariana. Em 2000, quase 5,3 milhões de pessoas foram contaminadas pelo vírus, sendo 3,8 milhões de africanas.

A dificuldade dos países pobres em impedir o avanço da aids – devido ao preço dos medicamentos imposto pelos laboratórios e às carências de programas de prevenção – estiveram em pauta durante a conferência em Barcelona. Mais político do que médico, o encontro foi marcado por protestos, realizados por integrantes de organizações não-governamentais contra os laboratórios que produzem medicamentos antivirais. Os países ricos também não escaparam de um punção de orelhas. Caberia aos países desenvolvidos destinar uma verba de US\$ 10 bilhões ao Fundo Global contra a aids, tuberculose e malária, mas o valor arrecadado até agora foi de cerca de US\$ 2 bilhões. O Fundo é destinado aos países economicamente mais necessitados e com riscos de crescimento rápido em incidência de uma, duas ou três das enfermidades.

Para o professor visitante do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Veriano Terto Júnior, ainda falta vontade política por parte dos governos de países do Primeiro Mundo em combater a aids. Presente no encontro em Barcelona, Terto Júnior assistiu a uma discussão sobre o orçamento dos Estados Unidos, que destina US\$ 400 bilhões à defesa, valor maior que a soma do investimento dos demais países. “O dinheiro existe no mundo, o problema é que ele está mal distribuído. Se sabemos que o medicamento funciona, estamos esperando o quê?”, questiona Terto. Na avaliação do antropólogo e colaborador do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa), Marcos Benedetti, também convidado para a conferência, os países africanos subsaarianos ou os do Caribe não têm força política para exigir contribuições. “Cabe à sociedade civil pressionar e cobrar dos países doadores”, declara.

Enquanto o dinheiro não chega para viabilizar os tratamentos, populações africanas correm o risco de ser dizimadas. Os índices de pessoas infectadas são de 31% em Lesoto, 33% em Zimbábue e 33,4% na Suazilândia. Um milhão de crianças africanas já perderam os pais por causa da aids, e as previsões não são otimistas: cálculos indicam que, dentro de poucos anos, 28 milhões de crianças com menos de 8 anos estarão órfãs no continente. Mas o campeão mundial em pessoas contaminadas é Botsuana. Mesmo tendo uma renda *per capita* sete vezes maior do que a média dos países da África subsaariana e as minas de diamante mais lucrativas do mundo, é o país mais atingido pela epidemia: 39% dos adultos têm HIV e a expectativa de vida é de menos de 40 anos. E mais de 50% das gestantes que



Enquanto o dinheiro para o tratamento não vem, populações africanas estão sendo dizimadas



vivem no norte do país estão infectadas. O Governo vem adotando medidas de prevenção e passou a distribuir gratuitamente remédios para os doentes.

Programa brasileiro é elogiado na Conferência em Barcelona

No Brasil, desde 1996, é obrigatória a distribuição da medicação gratuita a todos os portadores do HIV. É um dos poucos países do mundo a ter essa iniciativa. Aliado a isso, o governo adotou um programa de prevenção que tem servido de modelo para outros países. Durante a Conferência em Barcelona, o país foi elogiado por sua atuação no combate à aids. O trabalho de prevenção passa por campanhas publicitárias, controle nos bancos de sangue e bancos de leite, e transmissão vertical em gestantes soropositivas.

Existe também uma contribuição importante das ongs, que desenvolvem um trabalho de sensibilização com homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis. A prevenção não encontra barreiras geográficas e vai desde os grandes centros urbanos até a selva amazônica. “O Brasil abriu frente em todas as áreas. Estamos com a epidemia estabilizada”, comemora o coordenador do Programa Aids do Hospital de Clínicas e professor de Epidemiologia da UFRGS, Jair Ferreira. Todos os anos, cerca de 25 mil pessoas são contaminadas no país. Ao todo, são mais de 100 mil pacientes em tratamento. “Quando falamos em números, temos a falsa impressão de serem altos. Precisamos levar em conta que o Brasil é o quinto país do mundo em população”, lembra Ferreira.

Feitas as contas na ponta do lápis, a Organização Mundial da Saúde (OMS) concluiu que o Brasil vem economizando, e muito, com a compra de medicamentos. Medicados, os pacientes têm o número de internações hospitalares reduzidas e podem levar uma vida normal, sem depender da previdência. Em 2000, o país gastou US\$ 300 milhões, mas segundo a OMS, economizou US\$ 270 milhões. Em 2001, foram US\$ 240 milhões e uma economia de US\$ 290 milhões.

A redução de gastos de um ano para outro não

significa que o governo tenha comprado menos, mas negociado de forma enérgica os preços dos produtos com os laboratórios, barateando os custos. Além disso, no último ano, assumiu papel de liderança internacional na luta com a Organização Mundial do Comércio (OMC) pelo direito à produção de genéricos para a aids. “Nós acabamos tendo uma vitória diplomática, porque o programa brasileiro tem mostrado sua efetividade e pode ser adaptado a outros países”, diz Ferreira. Atualmente, o Brasil fabrica oito dos 15 medicamentos usados no coquetel antivírus.

A atuação da sociedade brasileira teve uma contribuição importante nessa evolução contra a epidemia. “O governo não adotou essas medidas simplesmente porque é bonzinho. Houve um movimento social intenso que fez com que o Estado cumprisse o seu papel”, diz Célia Ruthes, presidente do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids, de Porto Alegre. Segundo Célia, os primeiros casos de aids registrados no país, na década de 80, foram em pessoas de classe média e alta. Do grupo, faziam parte intelectuais, artistas e formadores de opinião, que questionavam o alto preço dos medicamentos e viam a saúde como dever do Estado. “Essas pessoas tinham consciência política de seus direitos e deram uma enorme contribuição”, diz Célia.

Disseminada, a aids chegou também às vilas e morros. E apesar dos avanços da medicina, os contrastes econômicos e culturais da população pesam. Para Célia, a aids é também um fenômeno político-social, e inclui direitos humanos, pobreza, vulnerabilidade e desenvolvimento. Como exemplo, cita a dificuldade dos desempregados na luta contra as enfermidades ocasionadas pela aids. “O governo dá o remédio, mas muitas vezes, o doente não tem o que comer, impossibilitando a continuidade do tratamento”, protesta a presidente.

Levar informação dos riscos de contaminação à população mais carente é um dos desafios enfrentados pelas ongs. Diante das inúmeras dificuldades de sobrevivência, muitos acabam desenvolvendo uma percepção temporal. “Como falar em riscos a longo prazo, se o presente delas é marcado pela insegurança social?”, questiona Benedetti.

Mesmo com as dificuldades, o trabalho de conscientização persiste. Em alguns países, a situação é diferente. Por exemplo, um em cada seis chineses jamais ouviu falar na aids. Na China, estudo realizado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e pela Comissão de Planejamento Familiar com sete mil pessoas mostrou que, entre os que afirmaram conhecer a doença, quase 90% ignoram como ela pode ser diagnosticada e 77% não sabem que seu contágio pode ser evitado com o uso de preservativos.

O assunto, quando chega, vem muitas vezes, envolto em preconceitos e tabus. “O Brasil levou 21 anos para veicular uma campanha para os homossexuais”, critica Benedetti. Já os Estados Unidos adotaram como forma de prevenção o discurso de abstinência do sexo entre os jovens. Em 2001, o secretário de defesa americano, Collin Powell, foi chamado de traidor pelo governo, por ter mostrado um preservativo num programa exibido pela MTV. “Enquanto isso, os filmes de Hollywood exibem cenas de sexo todos os dias”, ironiza Terto. Para a professora-adjunta do Departamento de Antropologia Ceres Víctora, dizer aos jovens para não manterem relações sexuais porque se pega aids é o mesmo que afirmar que a sexualidade é perigosa. “O falso moralismo é um dos nós mais difíceis de desatar. Como fazer prevenção nesse contexto?”, pergunta.

No Brasil, um episódio recente também provocou polêmica e despertou indignação, só que ‘tratou-se de um desserviço’, segundo Célia. As cenas exibidas no programa Big Brother Brasil, da Rede Globo de Televisão, mostraram dois participantes da casa fazendo sexo embaixo do edredom sem o uso de preservativo. “A mídia, muitas vezes, passa informações deturpadas e coloca água abaixo nosso trabalho de prevenção”, protesta Célia. Enquanto a ciência trabalha para a descoberta de uma vacina, a aids continua gerando estigmas, medos e culpa. A descoberta de novos medicamentos e exames já mostraram ser possível controlar o HIV. “O preconceito é, hoje, a principal epidemia”, alerta Célia, que parafraseia Albert Einstein: “É mais fácil quebrar um átomo do que quebrar o preconceito”.

Biofísica faz análise de radioatividade

FOTOS RENI JARDIM

Amostras enviadas por firmas exportadoras brasileiras passam pelo laboratório da UFRGS, atendendo a normas internacionais estabelecidas após o acidente na usina atômica de Chernóbil.

Antes de chegarem ao mercado externo, produtos alimentícios passam por laboratórios especializados, onde são submetidos a análise de radioatividade. No Rio Grande do Sul, poucos profissionais desempenham esse trabalho, que desde 1989 vem sendo realizado no Departamento de Biofísica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por uma equipe coordenada pelo professor titular aposentado Eloy Julius Garcia.

Todos os meses, são analisadas na Universidade cerca de 15 amostras fornecidas por 51 empresas exportadoras cadastradas, a maioria proveniente dos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. A equipe analisa diferentes produtos, como farelo de soja, soja em grão, algodão, óleo de amendoim, gelatina, milho em grão, fumo em talas e em folha, café solúvel, leite em pó, carne de gado, frango e peixe. Mas o trabalho também inclui análise em barras de ferro ou em substâncias usadas para a preparação de cosméticos. "Já reprovamos uma amostra de produto que entraria na composição de um pó facial", conta Garcia.

O trabalho na Universidade é realizado em um espectômetro, onde um cristal de iodeto de sódio, contendo pequena contaminação de tálio (metal) interage com a radiação gama, emitida pelos radionucleídeos (isótopos radioativos). Com essa interação, é possível contar as radiações gama emitidas e sua classificação. Depois de analisado um quilo ou um litro do produto, a equipe emite um laudo às empresas. Por precaução, parte do material é guardado por seis meses, para eventual comprovação.

As normas internacionais vêm estipulando o limite de 300 beckeréis – nível de radioatividade – por quilo. Mesmo tendo níveis bem abaixo do permitido, com uma média de cinco beckeréis, o Brasil vem atendendo às exigências para exportação. Às vezes, porém, os resultados surpreendem. "Já encontramos 80 beckeréis em grãos de soja. A partir de 50 beckeréis, já consideramos preocupante", conta Garcia.

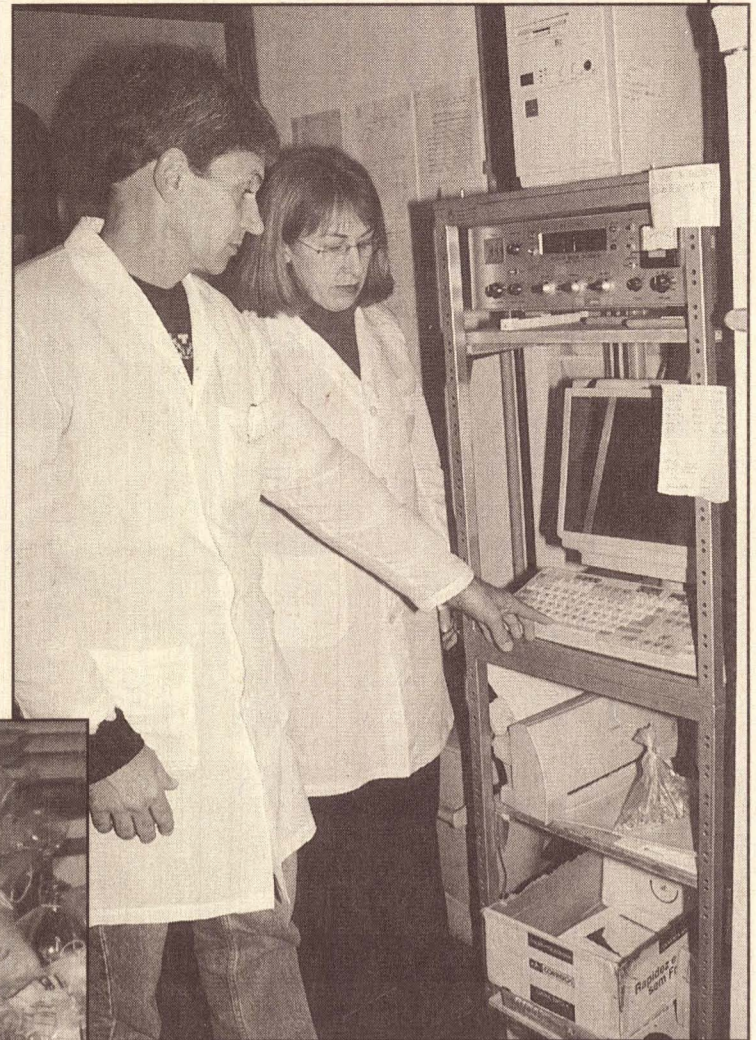
A regra de controle começou a valer há cerca de 16 anos, quando o mundo assistiu, atônito, ao maior acidente nuclear do planeta. Na madrugada de 26 de abril de 1986, um acidente no quarto reator do Centro Nuclear de Chernóbil, no norte da Ucrânia, produziu uma explosão e colocou no ar grande quantidade de partículas radioativas, pondo em risco a saúde de quase toda a população da Europa. Os produtos industrializados europeus ficaram em quarentena. Safra inteira foram perdidas, causando enormes prejuízos aos agricultores. "A partir desse episódio, passou-se a exigir uma medição, estipulada inicialmente em 600 beckeréis", índice bas-



Professor Eloy Julius Garcia



Produtos alimentícios que vão para análise



Espectômetro conta as radiações gama

tante elevado na opinião do professor. "O importador teve o cuidado, porém, de não impor regras discriminatórias. As que valem para a Rússia são as que valem também para o Brasil", diz Garcia.

Segundo o professor, além do acidente nuclear, outras razões levaram os importadores a exigir garantias. Primeiro, alguns países compram produtos de fora e, mais tarde, revendem esse produto. "É possível que um país sem contaminação radioativa compre grãos, por exemplo, da Rússia e exporte para um terceiro país." A segunda razão é a existência da radioatividade natural, presente no solo e nas rochas, como as de urânio e tório. Um grupo de estudantes do Departamento de Física

da UFRGS vem analisando, rochas de diferentes localidades do Estado, todas já catalogadas pelo departamento de Geociências. O trabalho, em fase de conclusão, definirá os graus de radioatividade, mostrando se há a necessidade da adoção de medidas de proteção.

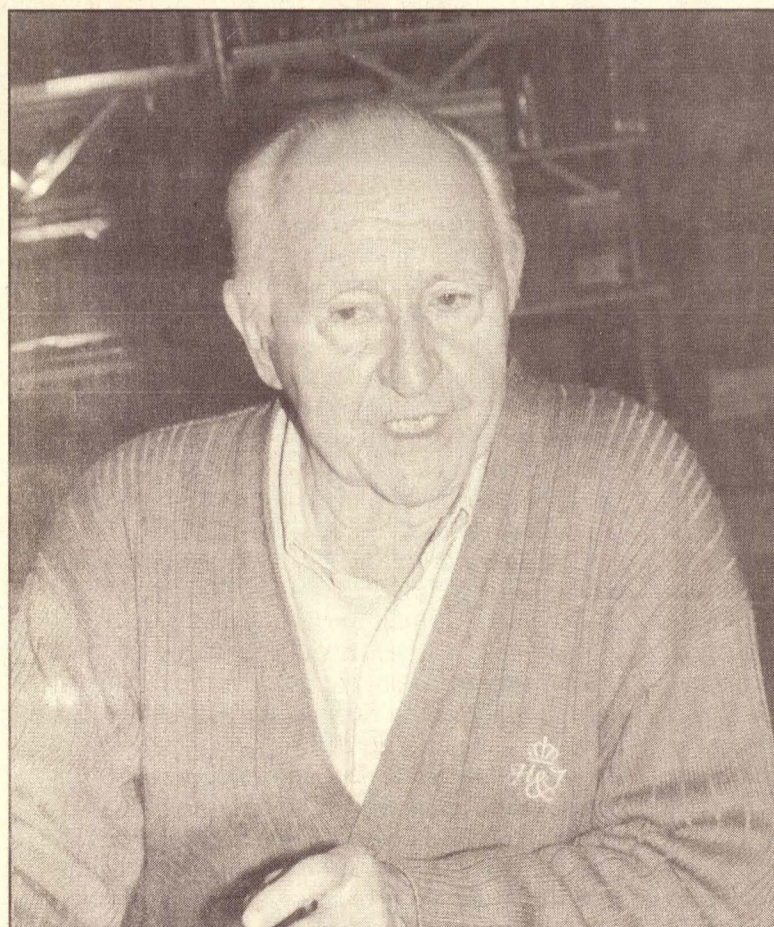
Outro fator preocupante quanto à radiação nos produtos é a adubação nas lavouras, que provoca a contaminação do solo e das plantas, com a presença do fosfato e do urânio. "Uma parte desse material pode ser incorporada à cadeia alimentar. No momento, não há problema, mas um descuido pode acarretar prejuízos à saúde humana." De fato, o risco na agricultura existe. Há cerca de dez anos,

uma análise realizada em São Paulo revelou que uma marca de cigarros, entre as mais caras vendidas no país, apresentava elevados índices de urânio. A explicação estava nas folhas nobres de tabaco, que levavam maiores quantidades de adubo.

Além da radioatividade natural, a possibilidade de incidentes, como o que aconteceu em Goiânia, há 15 anos, também é real. Em 1987, um aparelho de radioterapia contendo célio-137 foi encontrado por dois homens e vendido ao dono de um ferro-velho. Durante a desmontagem do aparelho, foram expostos ao ambiente 19,26 gramas de cloreto de célio-137. O material, um pó branco semelhante ao sal de cozinha, despertou o interesse pela coloração que adquiria no escuro, azulada e brilhante. Encantado com o brilho do pó, o dono do ferro-velho passou a mostrá-lo e a distribuí-lo a amigos e parentes. Quatro pessoas morreram e 129 apresentaram contaminação corporal interna e externa.

O lixo contaminado resultante do maior incidente radiológico do mundo está armazenado em cerca de 1.200 caixas, 2.900 tambores e 14 contêineres, em um depósito construído na cidade de Abadia, em Goiás, vizinha a Goiânia, onde deverá ficar por, pelo menos, 180 anos. (CF)

Médico doa acervo de memória desportiva à Esef



Henrique Licht doou um acervo com 6.599 itens para o Centro de Memória do Esporte

O Centro de Memória do Esporte (Ceme), da Escola de Educação Física (Esef), recebeu a doação de um acervo com 6.599 itens, incluindo fotos, vídeos, pôsteres, cartazes, medalhas, flâmulas, livros, jornais, selos, ingressos de competições e troféus. Para se ter uma idéia do volume do material, se fosse colocado em mesas, ou em painéis para pôsteres, seria necessária uma área equivalente a três quadras de basquete ou 3 mil metros quadrados.

O doador do acervo é o médico desportivo Henrique Licht, que ao longo de 30 anos foi comprando materiais ou recebendo colaborações de amigos e aficionados do esporte. As aquisições começaram em 1950, quando Licht participou como observador, pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, dos Jogos Olímpicos em Munique, na Alemanha.

A paixão pelo esporte veio graças à influência da família. Seus pais e tios foram ligados à prática do remo e participaram da direção de clubes. Não demorou muito para Licht seguir os passos dos pais. "Minha turma do Colégio Anchieta, em 1936, praticava remo. Desde esse tempo, fiquei ligado ao esporte, colaborando com federações", conta.

Junto com essa paixão, veio também o desejo de guardar fragmentos da história desportiva mundial. À medida que a coleção ia aumentando, nascia também a vontade de tornar públicos esses objetos. Em 1986, Licht apresentou uma proposta de criação de um museu ao governo do Estado. Em 1998, uma nova tentativa foi feita com a Prefeitura de Porto Alegre. Durante esse período, várias pessoas, inclusive de outros estados, procuraram adquirir a coleção.

Mas a escolha pela Esef, segundo Licht, acabou seguindo um caminho natural e afetivo. Na década de 50, ele ingressou no curso de Medicina da Educação Física e do Desporto, na UFRGS. Anos depois, foi professor substituto na Esef. Quando foi criado o Centro Olímpico, em 1970, ele recebeu convite para ser o primeiro diretor. Mais tarde, foi assessor de esportes. O fato de sua mulher e filhos terem se formado na UFRGS também ajudou a somar pontos na hora da escolha.

A indexação do acervo levou três meses para ser concluída. Foi realizada pela professora Silvana Vilodre Goellner e pela técnica-administrativa Berenice Machado Rolim. A meta da Escola e de Licht é formar um banco de dados e organizar exposições temáticas. Há material histórico sobre todas as modalidades esportivas do Rio Grande do Sul. Também há documentos de

inaugurações, legislações e os primeiros programas de competições, como a de natação, em 1910, ou o primeiro campeonato de esgrima, em 1927.

Na parte olímpica, o público terá a oportunidade de apreciar medalhas, 394 cartões postais, retratando uma variedade muito grande de jogos, e 185 distintivos. O acervo conta também com 119 fitas VHS, 371 flâmulas, os mais diferentes ingressos de olimpíadas e de jogos de inverno e verão, 175 livros relativos à área olímpica, 20 medalhas olímpicas, 15 medalhões e 30 moedas. O colecionador amalhou ainda recortes de jornais, somando 2 mil reportagens, todas catalogadas. "Esse material será muito interessante para pesquisa", diz Licht. A coleção apresenta ainda 423 selos e uniformes de algumas modalidades esportivas.

Para Licht, o material de maior valor é a primeira medalha olímpica do Brasil, de 1920, com estejo original. Já existem réplicas desta medalha no Brasil – todas feitas em São Paulo –, incluindo a de participação. Trata-se da medalha de bronze do atirador Dario Barbosa nos jogos Olímpicos de Antuérpia, na Bélgica. A "preciosidade" foi doada pela sobrinha do atirador e amiga do médico Gilda Barbosa. Além da medalha, foram doados os passaportes, a lista dos passageiros do navio que transportou a delegação brasileira e 20 fotografias, todas em perfeito estado e com dedicatórias. Outro destaque da coleção, de acordo com Licht, é o programa de uma olimpíada que não se realizou, ou seja, os Jogos da Finlândia, em 1940. O programa foi adquirido pelo filho de Licht, num antiquário de Helsinque.

Um dos nomes mais ilustres da lista dos cerca de 40 colaboradores que vêm contribuindo com Licht é o do ex-presidente da FIFA João Havelange, que enviou recentemente ao professor fitas de vídeo e a documentação olímpica das cidades candidatas. "Minha esperança é que essa ação sirva de incentivo para que outras pessoas que ainda possuam documentos, não só os da área olímpica, mas de qualquer outro tipo de modalidade, façam doações ao acervo, para que tenhamos aqui, no Centro Olímpico, uma realidade que era um sonho: um centro de memória do esporte", diz Licht.

Segundo a coordenadora do Ceme, Silvana Goellner, o primeiro contato com a reitora Wraha Maria Pannizi já foi feito. "Estamos começando a preparar uma cerimônia de oficialização do acervo, prevista para julho", informa Silvana. De acordo com a professora, o ato de doação de Licht foi um grande impulsionador da continuidade do trabalho: "O próximo passo será a construção de um prédio com condições específicas para abrigar esse acervo." Para isso, a Universidade se comprometeu com a Esef na elaboração de um projeto.

"Além da pesquisa, queremos trabalhar com ensino e extensão integrados, e não termos um local onde haja apenas exposições temporárias ou permanentes. O acervo deverá ser também uma possibilidade de consulta e pesquisa, não só para pesquisadores, mas também para pessoas interessadas, escolas de ensino fundamental e médio", diz Silvana. (CF)



Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos inaugura prédio

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

O prédio, de 150 m², inaugurado no dia 2 de agosto, teve proposta aprovada pelo Consum e foi construído com investimentos dos fundos de Infra-estrutura. Essa construção e após reformas nas instalações já existentes, o Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos do Instituto de Química da UFRGS dá o primeiro passo para o recolhimento, processamento e destinação dos resíduos produzidos na Universidade. E se habilita a retomar a liderança nacional na área de rejeitos químicos.



Prédio recém-inaugurado vai possibilitar a análise de dioxinas e furano

DIOXINAS E FURANO

“O novo prédio é dedicado especificamente à análise de dioxinas e furanos, duas classes de substâncias orgânicas de alta toxicidade. É preocupação constante dos órgãos governamentais e dos órgãos reguladores a possibilidade de detectar a presença ou não desses agentes poluentes em vários substratos, água, solo ou ar. Nosso laboratório vai trabalhar não só no monitoramento dos gases de combustão do equipamento de que dispomos – para ver se as modificações realizadas pelo processo de combustão estão gerando substâncias tóxicas, como furano e dioxinas – mas também vai se dedicar a trabalho com a comunidade, na identificação dessas substâncias no solo e na água. Em geral, essas substâncias são decorrentes de tratamentos térmicos inadequados de substâncias químicas ou de material sintético. Se resultarem de processo de queima, podem ser encontradas na atmosfera, de onde vão migrar para o solo e para a água.” (MAA)

UTOPIA DA PRODUÇÃO LIMPA

“Se produz determinado bem, essa produção gera rejeito, que é colocado em situação de tratamento e sofre processo de descarte final. Hoje, a visão das tecnologias limpas diz que o rejeito é o resultado do mau uso da matéria-prima: se estou produzindo dessa forma, estou perdendo dinheiro. Em vez de gerar rejeitos, deveria estar gerando um sub-produto. A utopia da produção limpa é que o rejeito de um processo produtivo seja matéria-prima de um processo produtivo acoplado. Ou que esse rejeito volte para o início da cadeia de produção e sirva para gerar um bem. Se trabalha visando a não-geração de dioxinas e furano, utilizando tratamento térmico adequado de materiais e substâncias químicas (alguns materiais naturais também podem produzir essas substâncias). Então, devo diminuir os rejeitos, gerando produtos comercializáveis e diminuindo o impacto sobre o meio ambiente, mesmo que disponha de uma estação de tratamento no fim do tubo.” (MAA)

A NATUREZA REAGIRÁ

“A civilização está sufocada pelo problema do lixo. Durante a Eco-92, Michail Gorbachev, ex-primeiro-ministro da ex-União Soviética, disse que estava certo de que a natureza acharia uma solução para o problema da poluição, só não sabia se o ser humano estaria incluído nessa solução. Essa declaração, um tanto dramática, vem se tornando cada vez mais real no nosso cotidiano. A quantidade de lixo gerada no

mundo vem aumentando gradativamente, em especial o lixo tecnológico, que não existia há dez anos. Hoje, em países asiáticos, nos Estados Unidos e na Europa vemos aterros ou lixões formados por cargas de computadores, teclados, monitores de vídeo. Os consumidores desses bens são quase que empurrados a renovar seu ‘acervo tecnológico doméstico’ a cada dois anos. Mas isso é um ciclo muito complexo para ser mexido, porque envolve geração de emprego, geração de renda.” (MAA)

MUDANÇA DE HÁBITOS

“Quando a questão do meio ambiente surgiu na Europa e nos EUA, a ação principal era comandar e controlar, e os agentes promotores da qualidade ambiental eram os advogados e os policiais. Já, nas décadas de 80 e 90, a visão não era mais comandar e controlar e sim dar assistência legal e técnica para que as leis fossem cumpridas. E os profissionais que passaram a cuidar da questão eram economistas, engenheiros e cientistas das mais variadas áreas. A terceira fase, na qual nos encontramos agora, está voltada para a questão da mudança de hábitos. Não vai ser através da ciência, nem através de ações tecnológicas que vamos resolver o problema da matéria-prima pós-consumo (ou lixo). Temos que mudar os nossos padrões. Esse é o novo desafio, e o Centro já nasce com essa visão: desde o início, trabalhar qualquer desenvolvimento tecnológico com esse enfoque de mudança do padrão de consumo.” (MAA)

UNIVERSIDADE LIMPA

“Apresentamos à Pró-reitoria de Infra-estrutura o projeto chamado Universidade Limpa que propõe ação coletiva gerenciada pela alta administração da Universidade na gestão não só de resíduos sólidos mas também de resíduos químicos. A ideia foi comparar a UFRGS com um município com 22 km² com quatro centros urbanos (o *campi* do Vale, Saúde, Eset e Central) localizados ao longo de um rio (o Arroio Dilúvio) no qual deságuam seus esgotos. E que tem uma área rural, a Estação Agronômica, que também deve ter problemas com resíduos tóxicos. A ideia é que o Centro promova essa discussão, de forma que mais e mais profissionais se agreguem, porque as soluções nascem da prática da transdisciplinaridade, são competências diversas, migrando para buscar soluções. Não serão os químicos, os biólogos, os engenheiros que vão encontrar essas soluções e sim o conjunto desses profissionais trabalhando harmonicamente.” (MAA)

Projeto Química Limpa gerou ideia do Centro e aumentou o cuidado com o meio ambiente

Foi o Projeto Química Limpa – coordenado pela diretora-substituta do Instituto de Química, professora Anelise Gerbase – que gerou a ideia de criar o Centro de Gestão de Resíduos Químicos. Agora os laboratórios buscam se reestruturar, visando a aumentar as condições de segurança dos que trabalham e entre os alunos já existe preocupação sobre a influência que um processo vai ter sobre o meio ambiente.

Esse projeto teve início no segundo semestre de 1997 e se desenvolveu até o primeiro semestre de 2002. Propunha formar químicos interessados na defesa do meio ambiente, profissionais que incorporassem essa questão em suas atividades cotidianas e não seguissem o ponto de vista da “tecnologia fim de tubo”, que se contenta com a criação de uma estação de tratamento de resíduos ao final do processo. Era preciso rever e otimizar processos, reduzir a produção de resíduos e buscar transformá-los em matéria-prima pós-consumo, terminologia que surgiu dentro do Projeto.

A prática ajudou a reduzir o custo operacional do Instituto de Química e diminuiu a incidência da exposição das pessoas a produtos químicos: reduzindo a escala, reduz-se a exposição. Mas, principalmente, mudou o hábito do futuro profissional de química, que passou a trabalhar com mais consciência em seus procedimentos diários. Além disso, posicionou o Instituto de Química no cenário nacional, dentro da temática de segurança química. Tanto que de 11 a 13 de setembro o Instituto estará sediando o II Encontro Nacional de Segurança em Química.

O assunto é novo no âmbito acadêmico, não apenas no Brasil. Recentemente, dois representantes do Environment Protection Agency, agência americana de proteção ambiental, em seminário ministrado na Escola de Administração da UFRGS, informaram que nos Estados Unidos essa questão recém começa a ser tratada de forma profissional, no sentido de observar as condutas legais e estabelecer metodologia técnico-científica devidamente certificada.

“O Projeto Química Limpa é eminentemente educacional”, diz o professor Marco Aurélio Araújo. Segundo o diretor do Centro de Gestão de Resíduos Químicos, a comunidade começou a ver o programa ambiental não apenas como uma oportunidade de realização de pesquisa mas também como uma oportunidade de interação com a sociedade através de projetos de extensão. E essa sociedade pode ser classificada como intramuros e extramuros. “As outras unidades da UFRGS também careciam desse tipo de visão de gestão de resíduos químicos no seu dia-a-dia. E isso foi antes do surgimento da lei federal que, em setembro de 2001, estabeleceu a figura do responsável legal pela geração dos resíduos químicos.”

Essa lei não posiciona claramente as universidades na questão da poluição causada por resíduos químicos, e sim a questão das organizações privadas. O Instituto mantém contato com a Sema e com a Fepam, parceiras no Centro de Gestão para a geração de conhecimento, de modo que a questão possa ser tratada inclusive sob o ponto de vista legal, gerando subsídios para o aperfeiçoamento das leis que protegem o meio ambiente. “Essas leis passarão a incidir não só sobre as indústrias mas sobre o setor de serviços e o setor educacional”, diz Araújo.

Processo começou nos anos 80

O diretor do Instituto de Química, professor Dimitrios Samios, lembra que o processo começou no início dos anos 80, quando o Instituto se transferiu do Campus Central para o Campus do Vale, levando seus resíduos. No fim dos anos 80, passou a enfrentar o problema de recolher e tratar todos os resíduos, livrando o meio ambiente (esgoto, riacho etc). Iniciou plano de recolhimento e incluiu a primeira noção de gestão dos resíduos, passando após para o tratamento. Resíduos ácidos têm que ser neutralizados, misturas precisam ser separadas para que se reutilize uma parte e se elimine o resto.

“Há três anos começamos novo projeto: chegar institucionalmente no nível de centro auxiliar, conforme o Estatuto da Universidade, que daria todo o apoio para superações relacionadas com resíduos químicos. Primeiro para a Química, depois para as outras unidades.” A Fapergs (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul) financiou a compra de equipamentos especializados de cromatografia para fazer análise especial de gases ou de líquidos. Esses equipamentos já estão disponíveis no Instituto e serão instalados nas novas dependências recém-inauguradas. O grande incinerador, doado pela companhia Luftec, já opera em forma experimental para criar condições de incineração, fase que ainda não foi alcançada.

BASE FÍSICA

Todo o sistema de recolhimento tem que contar com uma base física, por isso foi construído o espaço de laboratórios, projeto apresentado à Reitoria para ser incluído no projeto Fundo dos Fundos, que financiou valor aproximado de 80 mil reais. O restante veio via Faurgs, com o recolhimento do próprio Instituto de Química, por serviços que presta. O prédio tem aproximadamente 150 m² de área, e foi construído em forma funcional, para incluir parte para análise e parte para projetos-piloto. Ele está próximo ao incinerador, de forma a permitir acoplamento das emissões junto aos equipamentos do Centro.

A construção do novo prédio e as reformas necessárias nas instalações já existentes custaram cerca de 145 mil reais. Com isso, o Centro dá o primeiro passo para fazer a gestão: recolhimento, processamento e destinação dos resíduos, que podem ser tratados ali ou mandados embora. Uma parte dos equipamentos já está instalada provisoriamente na central analítica do Instituto de Química e será transferida para o Centro. Outra parte deverá ser adquirida através de projetos futuros, que os professores, junto com os servidores técnico-administrativos vão poder aplicar. São equipamentos analíticos para o acompanhamento das emissões gasosas. Além do cromatógrafo gasoso e do espectrômetro de massa, outros equipamentos serão adquiridos via projetos.

O próximo passo é a compra do equipamento grande, financiado via Fapergs, e sua instalação no laboratório, com os filtros adequados, renovação do ar, eliminação de poluição externa. Esse laboratório é totalmente isolado por sistemas que eliminam a presença de componentes externos, pode fazer análise de elementos perigosos. “Isso vai permitir, pela primeira vez no sul do Brasil, análises para dioxinas”, garante o diretor do Instituto.

Dimitrios Samios considera que a fase atual é intermediária. “Tratamento de resíduos é problema antigo do setor de química. Conseguimos levar até este ponto de ter um Centro para assumir esse trabalho, mas a visão da atual direção do Instituto de Química é que isto tem que ser ampliado, passar para um nível de centro interdisciplinar, de forma a atender toda a universidade, bem como atender a demanda da sociedade fora da universidade. Não para tratar resíduos mas para dar orientação e mostrar o caminho cientificamente correto. E este é o papel da Universidade.”

RETOMANDO A LIDERANÇA

“Cerca de 3 mil estudantes circulam pelo Instituto de Química que, além do bacharelado, licenciatura, química industrial e pós-graduação, oferece algum tipo de formação para frequentadores de mais 11 cursos da Universidade. Dos 74 professores do Instituto, 71 são doutores, um dos mais altos índices de qualificação entre seus congêneres no Brasil. O Instituto foi o primeiro do país a se preocupar com a questão ambiental, com a destinação dos resíduos gerados e a estabelecer um setor de tratamento, em 1980. Foi investindo nessa ideia ao longo das várias administrações, às vezes de forma modesta, às vezes de forma intensa. Mas, esse pioneirismo já foi ultrapassado por universidades do Estado de São Paulo, que organizaram equipes com o cunho profissional necessário a esse tipo de tratamento. Há cerca de dois anos e meio, o IQ decidiu criar o Centro de Gestão, e agora já tem condições de retomar a liderança nacional na área de rejeitos químicos. Mesmo porque nenhuma universidade brasileira dispõe de instalações e equipamentos de que dispomos.” (DS)

Uma parte dos equipamentos do Centro está instalada provisoriamente na central analítica do Instituto de Química e em breve será transferida para o Centro. Outra parte deverá ser adquirida através de projetos futuros. O Centro já recebeu apoio para contratar técnicos via Faurgs, mas o trabalho básico será feito em colaboração entre professores e especialistas em química, sob a coordenação do diretor Marco Aurélio Araújo, assessorado pelo diretor-substituto, professor João Henrique Zimhoff dos Santos, e por um conselho de representantes dos professores, técnicos-administrativos e alunos. Nos últimos anos o professor Araújo teve grande atuação na área de gestão ambiental de resíduos químicos, na criação de um grande grupo de trabalho junto ao ILEA, o Giga. E teve experiência de cooperação com vários setores, da Prefeitura de Porto Alegre ao governo do Estado, passando pelo Pólo Petroquímico.

O Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos foi gerado pela equipe do Projeto Química Limpa, da qual o professor Marco Aurélio participou, do início, em 1997 até 1999. A primeira comissão iniciou seus trabalhos há cerca de dois anos e meio, e o Centro está instalado no Instituto de Química, com secretaria, direção e um conjunto de prédios que englobam área de estocagem de reagentes e resíduos químicos, área para materiais sólidos, líquidos e gasosos, área de coleta e triagem, processamento em escala de bancada desses resíduos químicos. Esse processamento, hoje, está voltado para a recuperação dos solventes utilizados em laboratório e para seu reingresso ao almoxarifado do Instituto, reduzindo os custos de aquisição desses reagentes no mercado.

Há uma unidade que permite realizar processos de combustão. Hoje, órgãos governamentais carecem de centros que tenham equipamentos de combustão acoplados com equipamentos analíticos que permitam a avaliação das emissões gasosas decorrentes da queima de substâncias químicas. O equipamento foi doado pela Luftec, empresa gaúcha que tem sido parceira do Centro há mais de quatro anos. Doou equipamento de combustão, treina a equipe e mantém assistência técnica permanente e faz melhorias no próprio equipamento. Em troca obtém o desenvolvimento do próprio equipamento e de suas aplicações. “Cada aplicação precisa ser homologada pelo órgão governamental, e nós temos condições de gerar esses dados e fornecer ao órgão governamental, assim catalizando mais negócios no Rio Grande do Sul”, explica Araújo.

INTERAÇÃO

O Centro é um órgão auxiliar do Instituto de Química, seu foco principal na gestão e tratamento de resíduos químicos, mas foi planejado para agregar gradativamente outras unidades da UFRGS. E seu primeiro parceiro intramuros é a Faculdade de Farmácia para a qual já está processando resíduos. O professor Marco Aurélio Araújo considera inovadora a forma como é feita a interação com as unidades, que além dos resíduos que produzem diariamente, têm um passivo ambiental acumulado à espera de solução. Primeiro, uma equipe vai à unidade e treina multiplicadores, num total de 24 horas-aula. Esses multiplicadores vão elaborar os diferentes projetos necessários para que a unidade identifique e acondicione adequadamente seus resíduos e já inicie um processo interno de otimização de processo para gerar menos resíduos. Isso mexe, primeiro, com a questão da mudança de hábitos.

Depois desse primeiro contato, as unidades passam a gerar resíduos com menor complexidade de tratamento, em menor quantidade e já reaproveitando muito do que antes era jogado fora. O Centro, então, passa a receber os resíduos antigos na busca de uma solução conjunta. “Muitos dos tratamentos de resíduos se baseiam na escala”, explica o professor. “Se a escala é diminuta, o tratamento é inviável, mas se é grande já se torna viável. Também em termos logísticos é interessante para a Universidade ter um centro com essas características, porque facilita a interlocução com empresas que realizam o descarte final.”

Segundo Araújo, há resíduos com características extremamente perigosas e que não podem receber tratamento adequado nas instalações disponíveis. Esses resíduos são encaminhados a empresas especializadas, que realizam o trabalho. “Em vez de a Universidade estar contactando essas empresas para cada unidade, ponto a ponto, o Centro se propõe a fazer o trabalho de aglutinação das necessidades e encaminhamento do descarte final para as empresas.”

Reflexões sobre o teatro da província

●LUCIANO ALABARSE
Diretor de teatro *

Entre as questões que conflituam o fazer teatral em Porto Alegre estão as ambíguas relações com o "mercado" e a alta dependência dos benefícios estatais

Quando você assiste a uma peça de teatro, uma boa peça, sempre alguma coisa marcante acontece. Reflexões intelectuais, indagações estéticas, considerações sobre vanguarda e conservadorismo – por exemplo. Mas a recíproca também é verdadeira. Quando você tem a infelicidade de assistir a um espetáculo mal feito, o humor desce ao nível do calcanhar, e o seu aborrecimento parece não ter prazo para acabar. As considerações são todas catastróficas e atingem temas que vão da inutilidade do ato teatral em si até a indignação gritante da produção teatral local. Certo é que o teatro pode roçar o sublime ou indicar um nível baixíssimo de padrão criativo.

Em Porto Alegre, cidade que está fora do chamado "centro" brasileiro de cultura, todas essas considerações vêm a tona, para o bem ou para o mal, a cada estréia de peça nova aqui encenada. É interessante tentar identificar pelo menos algumas características que marcam o perfil da produção teatral gaúcha. Vamos a elas:

1 O fato de sermos capital de um estado de fronteira, periférica em relação às principais cidades do centro do país, cidade que, na expressão de Fernando Peixoto, produz um "teatro fora do eixo", deslocado naturalmente das grandes vitrines de nossa produção cultural, poderia ser, surpreendentemente inclusive, elencado como um fator benéfico, e não como um necessário problema a enfrentar. Isso porque alguns grupos de referência internacional (quando o assunto é qualificação teatral) estão localizados fora dos grandes centros nervosos da cultura, longe do burburinho das grandes megalópoles, afastados das pressões da mídia e dos modismos estéticos que sempre atormentam os trabalhadores de teatro. Esses grupos encontram nessas pequenas localidades cenário e condições favoráveis para se concentrarem exclusivamente no foco de sua produção.

Em Porto Alegre, apenas o grupo Oi Nós Aqui Traveiz, às vésperas de comemorar 25 anos de existência, poderia reivindicar legitimamente tal status, qual seja o de ser "referência" quando o assunto é teatro. Mas o Oi Nós seguramente não é o único grupo com trajetória validada pelo público e crítica externos (Falus & Stercus, Face Carretos e Stravaganza, entre outros, regularmente viajam com seus espetáculos, alguns recolhendo em larga escala elogios e prêmios pelos resultados alcançados). E nomes como Jairo de Andrade, Paulo Albuquerque e Maria Helena Lopes, que já não trabalham mais com a regularidade desejada, conseguiram ultrapassar nossa circunscrição com sucesso.

A par desses e de outros nomes que mereceriam ser citados (Néstor Monastério, Dilmar Mesias, Irene Brietzke), é realmente o trabalho do Oi Nós que se impõe além de nossas fronteiras como marco sólido do fazer teatral gaúcho. Não por acaso é o único desses grupos que, ao longo de sua trajetória, tratou de viabilizar um espaço-sede permanente (a Terreira da Tribo) para sua programação. Também não é por acaso que, nos últimos anos, o novo grupo a se destacar com encenações diferenciadas e provocadoras é o do Depósito de Teatro, cuja marca, desde o nome, é ter sede em um local alternativo, um ex-depósito, longe da zona central, na Avenida Benjamin Constant. A circunstância de contar com um espaço físico disponível e permanente, mesmo que a custo de muito suor e sacrifício, é o que os diferencia, e a seus espetáculos, do restante de nossos grupos. Essa característica lhes dá terreno para avançar, mais que outros, em suas relevantes pesquisas de linguagem cênica.

O fato de Porto Alegre não ser, por localização geográfica, vitrine midiática, justamente por estar longe demais das grandes capitais brasileiras, não deve ser visto como gerador das dificuldades de nossa criação artística. Mas a inexistência de espaços físicos disponíveis para que os grupos gaúchos trabalhem de forma mais sistemática e pertinente é elemento devastador quando o assunto é a excelência da produção que nasce aqui.

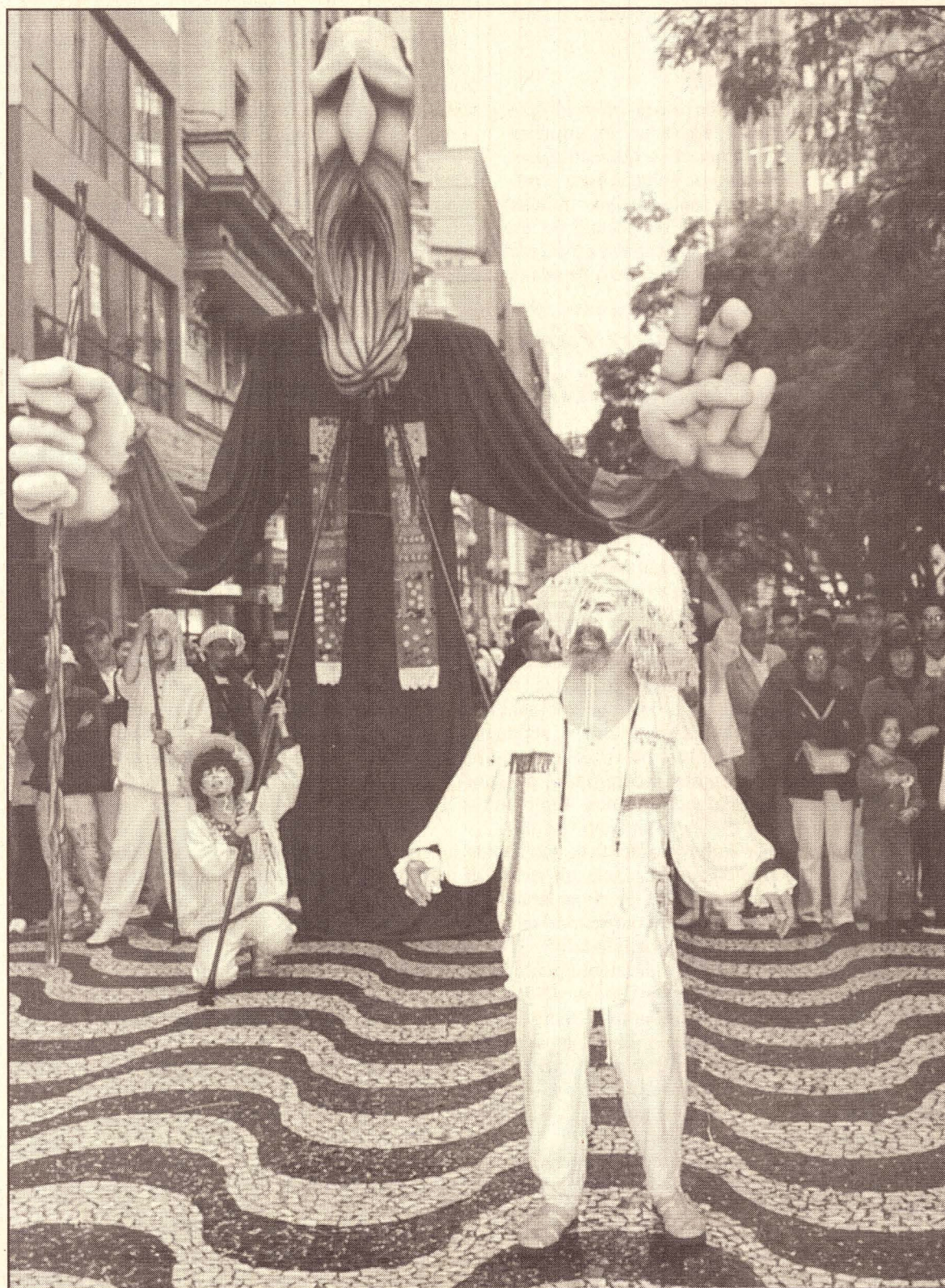
2 Outro fator relevante diz respeito às ambíguas relações que os grupos gaúchos estabeleceram com o que se convencionou chamar de "mercado". Em qualquer cidade civilizada, o movimento teatral apresenta nítidas diferenças entre os diferentes tipos de teatro oferecidos ao público. Nessas cidades, o teatro-arte convive tranquilamente com o teatro-entretenimento, e vice-versa. Em Porto Alegre, não; aqui, parece ofensa pessoal se referir a algum espetáculo com o adjetivo "comercial". Fugimos dessa palavra como o diabo foge da cruz. Alguns por opção, outros por vergonha, como se o fato de fazer teatro comercial fosse demonstração de inferioridade artística.

Qualquer que seja a verdadeira causa, é estranha essa ruborização, principalmente porque, cada vez mais, montagens fletam com todos os truques disponíveis para chamar a atenção da mídia. Queremos, sem exceção, virar fenômeno, com sessões invariavelmente lotadas e sucesso de crítica, de preferência. Algumas peças já conseguem, justiça seja feita, manter-se em cartaz por muitos



Só o Oi Nós Aqui Traveiz tem o status de "referência"

Na foto acima, o elenco de "Kassandra in Progress", espetáculo que estreou em 2001 e segue em cartaz: Tania Farias, Clélio Cardoso, Renan Leandro, Sandro Marques, Diego Comerlato, Carla Moura, Roberta Darkiewicz, Paulo Flores, Luana Fernandes, Marta Hass e Nara Brum. Abaixo, o Oi Nós na rua com "A Saga de Canudos", de 2000, que também continua a ser apresentado



anos. Mas são exceções, por enquanto. O grosso de nossas temporadas é preenchido com peças de nível e alcance médios, tanto de resultados artísticos quanto de ressonâncias na mídia.

Aceitar esse fato não é tão simples como parece. Sempre surge um Zorro vingador defendendo a idéia de que o teatro gaúcho não deve nada ao que se faz no resto do mundo. Não é bem assim. E só vamos crescer quando admitirmos, serenamente, que não somos o melhor teatro brasileiro, e também quando tentarmos equacionar a existência do teatro comercial entre nós, sem tanto preconceito e, principalmente, sem mascará-lo com a aura de teatro artístico que não possui. Somos, enfim, uma comunidade de artistas de porte médio, com altos e baixos, como a maioria do resto do mundo, aliás.

3 Não é de hoje que as informações relevantes sobre criação teatral chegam com atraso em Porto Alegre. (E talvez não só as relativas à área teatral, mas isso já seria outro artigo, e quero refletir sobre teatro, especificamente). O que vemos aqui, com raras exceções, nos chega defasado e, muitas vezes, através de grupos carbonos do original, o que só piora as coisas. Em nome dessas novas referências, muita gente repudia o embasamento sólido do ensino e da técnica teatral em benefício de novidades de eficácia duvidosa.

O resultado artístico, em especial no que diz respeito à qualidade de nossos atores, deixa muito a desejar. São normalmente os veteranos que salvam a pátria, sob a suspeição das novas gerações, de que o que estão fazendo é "cavalo" (!). Isso sem falar que as circunstâncias físicas em que trabalhamos, quase todos dependentes de salas oficiais, todas com demanda excessiva e agenda fragmentada, norteiam a realização de uma cenografia cada vez mais pobre, pobreza que rapidamente se alastra a todas as outras áreas do espetáculo cênico. Não se trata aqui da pobreza estética proposta por Grotowski. Trata-se de falta de condições físicas e financeiras para produzir em plenitude, e isso é sério e lamentável.

4 Jogar às esferas dos governos municipal e estadual a responsabilidade pela crise estética que caracteriza nossa produção atual é atitude cada vez mais adotada pela classe teatral, mas não concordo com isso. O que se observa hoje, no Rio Grande do Sul, é decididamente questionável. Cada vez mais atrelados à dependência dos benefícios estatais, os projetos cênicos parecem se moldar a um modelo adequado a receber este aval, no que diz respeito a valores, prazos e inclusive temáticas, cujo perfil seja ideológica e financeiramente palatável pelas comissões estabelecidas, pelos editais em vigor e "políticas" culturais vigentes.

Remando contra a maré dessas tendências, e declarando posição totalmente favorável a tantas quantas leis de incentivo, concursos, prêmios e benefícios puderem ser oferecidos aos profissionais de teatro, reivindico, ao mesmo tempo, a ampla desburocratização dessas leis e ausência de qualquer tutela ideológica que venha a nortear nossa produção. A arte teatral, do jeito que vai aqui, cada vez corteja mais a liturgia oficial. E, definitivamente, escapar do mercado para cair no oficialismo burocrático do governo, qualquer governo, para mim traz as mesmas ciladas e os mesmos resultados empobrecedores.

5 A formação de nossos profissionais, enfim, é o último ponto desta reflexão. Na década de 70, tínhamos um Departamento de Arte Dramática (DAD) da UFRGS com espaço e importância marcantes na vida cultural da cidade. Hoje, esta inserção me parece diluída e inexistente, pelo menos em relação ao papel anteriormente desempenhado pelo curso. Hoje, escolas independentes, como a de Zé Adão Barbosa e as turmas iniciantes que saem da Terreira da Tribo e do Depósito de Teatro parecem mais preparadas para o ofício.

Minha sensação é que o DAD renunciou à cidade, voltando-se para dentro da Universidade, com um calendário de ações direcionado prioritariamente para esse público interno. Antes, o espetáculo anual da escola era esperado como um dos grandes momentos teatrais da temporada. Hoje, existe uma mostra de alunos direcionada, salvo melhor juízo, para a própria comunidade universitária. Todo o trabalho desenvolvido na Universidade me parece muito mais distante da vida teatral de Porto Alegre do que antes. E é claro que não se pode imputar aos alunos responsabilidade sobre isso.

Reunidas em um único artigo, ordenadas uma após outra, estas reflexões podem trazer a falsa idéia de que não vejo luz no fim do túnel, e que estamos condenados à mediocridade irreversível. A vida mostra, porém, que posturas catastróficas são substituídas pelos acontecimentos da assim chamada "vida real". E é do próprio fazer teatral gaúcho, impregnado por todas as suas contradições, que eu espero venham os fatos que desmintam e/ou transformem tais constatações.

* Luciano Alabarse formou-se pelo DAD/UFRGS em 1974. Depois de oito anos atuando na Secretaria da Cultura de Porto Alegre, primeiro como coordenador de Artes Cênicas e a seguir como diretor da Usina do Gasômetro, retomou este ano sua atividade teatral. Está em cartaz com a peça Almoço na Casa do Sr. Ludwig, já apresentada em Porto Alegre, Curitiba e Salvador.

A história da filosofia no Rio Grande do Sul

● **LUIZ OSVALDO LEITE**

Professor no Instituto de Psicologia

Resultado de 30 anos de pesquisas, começa a tomar forma o livro sobre os pensadores gaúchos

Em entrevista ao *Jornal da Universidade*, publicada na edição de março deste ano, afirmei que meu grande sonho seria escrever uma História da Filosofia no Rio Grande do Sul. Este sonho, que não é só futuro, já começou a se realizar de modo parcial com mais de 30 artigos publicados ao longo dos últimos anos – e uma meia dúzia aguardando sua vez.

Por que História da Filosofia?

Sempre me chamou a atenção a pequena presença do pensamento rio-grandense nos estudos sobre a filosofia no Brasil, com pequenas exceções como o exame do castilhismo. Este fato me motivou, cerca de 30 anos atrás, a começar pesquisas sobre o tema, coletando e examinando a bibliografia esparsa existente, e chegando hoje a um acervo muito expressivo. Nesta tarefa, recebi confortante estímulo externo. Entre outros, o padre Henrique de Lima Vaz S.J., recentemente falecido, me escrevia: “Seu projeto de pesquisa, seja em vista do material já reunido, como igualmente levando em conta o interesse e a importância do assunto para a história das idéias no Brasil, é perfeitamente válido. Meu saudoso amigo Luis Washington Vita, que estava reunindo uma importante documentação sobre filosofia no Brasil quando a morte prematura o colheu, acentuava a necessidade de pesquisas regionais nesse campo (por exemplo, Nordeste, Minas, Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul), dada a fisionomia intelectual própria e as tradições culturais diversas dessas regiões, como também pelo fato de que o estado disperso da documentação impõe inicialmente esse corte metodológico entre regiões culturais diversas e, nelas, entre as correntes diversas. Acredito que tal estudo poderá abrir caminho para uma nova fase, mais cientificamente documental, da história da filosofia no Brasil. Assim sendo, só posso estimulá-lo a realizar esse trabalho”.

A História que, como disse, de certa forma já

comecei a escrever, se debruçará, num primeiro momento, sobre o século XIX, o menos estudado e conhecido, examinando: 1) os teóricos que inspiraram a Revolução Farroupilha; 2) a Primeira Cadeira de Filosofia no Rio Grande do Sul, com seus primeiros ocupantes, respectivamente o padre Mestre João De Santa Bárbara (1786-1868) e Antonio Alves Pereira Coruja (1806-1889); 3) a contribuição dos jornais e revistas, veículos importantes para a difusão das idéias, dada a quase inexistência de livros especializados, com destaque para O Guahyba (1856), Atualidades (1867), Revista do Partenon Literário (1869), Reminiscências do Guaíba (1870), Eco do Ultramar (1876), Álbum de Domingo (1878), Culto às Letras (1880), A Federação (1884), O Contemporâneo (1886) e Letras e Artes (1899), entre outros; 4) as Agências Formadoras do século (Seminário de Porto Alegre, Ginásio Conceição de São Leopoldo, Colégio Militar de Porto Alegre); e 5) pensadores destacados.

Entre esses pensadores estão:

Joaquim Caetano da Silva (1810), que publicou, em Montpellier, *Quelques Idées de Philosophie Médicale*, a primeira tese de interesse filosófico no Rio Grande do Sul;

Francisco Luiz da Gama Rosa Jr (1852-1918), natural de Uruguaiana, autor que foi traduzido, ao que consta, por Max Nordau, que manteve correspondência com Herbert Spencer, e que pode ser considerado o fundador da Sociologia Brasileira;

Licínio Cardoso (1852-1926), nascido em Lavras do Sul, autor de *Diniaterapia Autônoma e Filosofia da Arte*;

Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), natural de Vila Rica, líder e pensador positivista;

José Araújo Ribeiro (1800-1879), autor da talvez mais criativa e original obra filosófica do período, *O Fim da Criação ou a natureza interpretada pelo senso comum*;

Karl von Koseritz (1834-1900), autor de *A Terra e o Homem à luz da moderna ciência*;

Graciano Alves de Azambuja (1847-1911), autor de onze artigos, um verdadeiro compêndio de filosofia, publicados na Gazeta de Porto Alegre;

Joaquim Salles Torres Homem (1851-1900),

autor do *Manual da Filosofia Escolar*;

João Gonçalves Viana (1890-1934), que escreveu os livros *Medicina Social e Tebaida*, com poemas de fundo nitidamente filosófico;

Gustavo Locher S.J. (1853-1942), autor do *Vade Mecum Filosófico*, obra que provocou grande polêmica, com ataques de Alcides Maya através do *Correio do Povo*.

O século XX, principalmente em sua segunda metade, vê o magnífico crescimento da Filosofia e, podemos afirmar, o seu fastígio. A criação de unidades de ensino superior, no final do século XIX e inícios do século XX, as quais deram origem à Universidade de Porto Alegre, mais tarde UFRGS, é um fato marcante. A Escola de Engenharia, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia foram locais em que a filosofia esteve presente de modo especial. Com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas (1931) e da Faculdade de Filosofia (1940), pelos Irmãos Maristas, estava lançada a pedra fundamental para a criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na mesma década de 40.

Na segunda metade do século, começam a ser criadas faculdades de Filosofia no interior do estado, muitas delas se constituindo em embriões de futuras universidades em Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, São Leopoldo, Caxias do Sul, Passo Fundo, Ijuí e Canoas. A instalação dos programas de pós-graduação, com mestrado e doutorado em Filosofia, eleva sumamente o nível dos estudos e das pesquisas filosóficas. UFRGS, PUCRS e Unisinos se rejubilam com seus cursos.

Na primeira metade do século, a filosofia se parte em duas grandes correntes, a Neo-escolástica e o Cientificismo/Positivismo. Na segunda metade, se instala um pluralismo filosófico, extremamente salutar e enriquecedor. Destaque-se: Neo-escolástica – Com a presença do capuchinho francês Frei Pacifico de Bellevaux (1873-1957) e o alemão Werner von und zur Mühlen (1874-1939), que deixaram discípulos ao seu redor, como a proeminência de Armando Câmara (se tornou chefe de Escola, foi reitor das duas universidades de Porto Alegre e senador da Re-

pública). Armando filosofou oralmente, à maneira de Sócrates, numa linha conservadora, diferentemente de outro discípulo, Ernani Maria Fiori, que nos últimos anos manifestou intensa preocupação social.

Positivismo – Com a liderança de Júlio de Castilhos, foi mais escola política do que filosófica.

Spencerismo – Com importantes figuras militares, como Rodolfo Pau Brasil, além de Alcides Maya, que prometeu uma obra sobre o tema, nunca publicada.

Fenomenologia e Existencialismo – Tendência mais atual, onde se sobressaem estudos sobre Jean-Paul Sartre, com Gerd Bornheim e Marcos Lutz Mueller; sobre Martin Heidegger, com Ernildo Stein; sobre Gabriel Marcel, com Urbano Zilles; sobre Albert Camus, com Alfredo Melo Becker; sobre Lévinas, com Pergentivo Pivatto e seu grupo; sobre Martin Buber, com Antônio Sidekun; sobre vários autores, com João Alberto Leivas Job e R. Figurelli.

Neo-hegelianismo – Com as reflexões de Carlos Roberto Cirne Lima, Denis Rosenfield, L.B. Puntel e Marcelo Aquino.

Marxismo – Tendência prejudicada pelos anos de clandestinidade, mas que permitiu o brilho de Otto Alcides Ohlweiler.

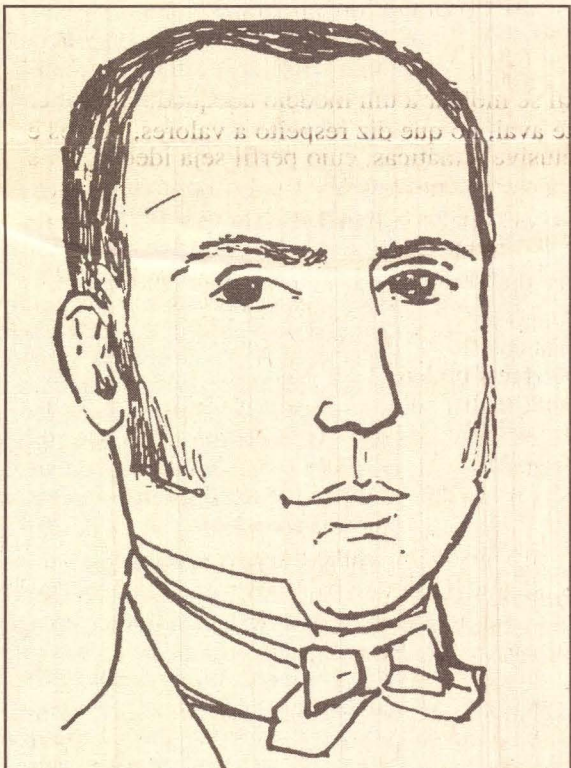
Kantismo – Com Januário Gaffré e Valério Rohden.

Filosofia Analítica – Com L.B. Puntel e Rejane Carrion.

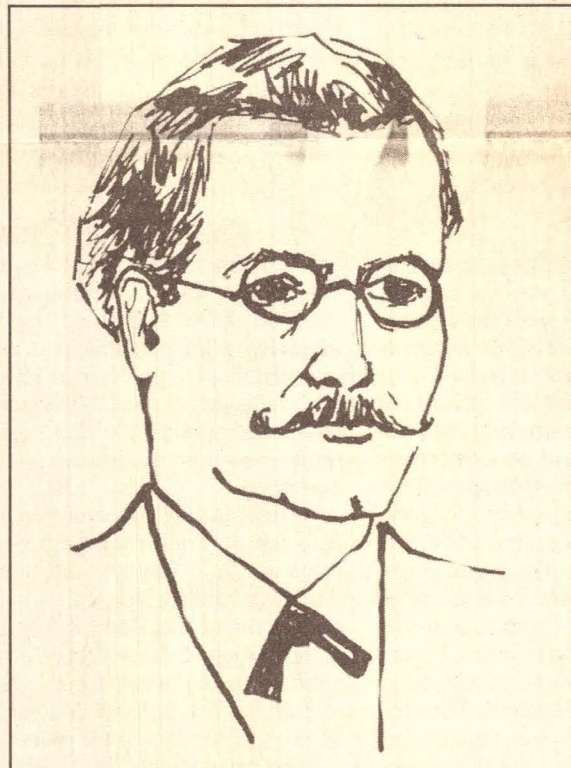
Todo o movimento filosófico da segunda metade do século XX repercutiu na área bibliográfica. Os pensadores desta metade não podem ser chamados exatamente de socráticos, como os da geração anterior. Publicaram e seguem publicando bastante, o que fez surgirem editoras universitárias e revistas especializadas.

Algumas questões especiais deverão ser analisadas em meu livro, entre elas o impacto do golpe militar de 1964 na Faculdade de Filosofia da UFRGS, com cassações e aposentadorias. Também registrarei peculiaridades como os pensadores gaúchos na diáspora, as cidades natais de nossos filósofos (que se espalham por todo o estado) e a língua em que os rio-grandenses filosofaram. Farei uma grande Cronologia da Filosofia no Rio Grande do Sul e uma Cronologia Comparada, em que os fatos rio-grandenses estarão ao lado dos brasileiros e dos pensadores universais.

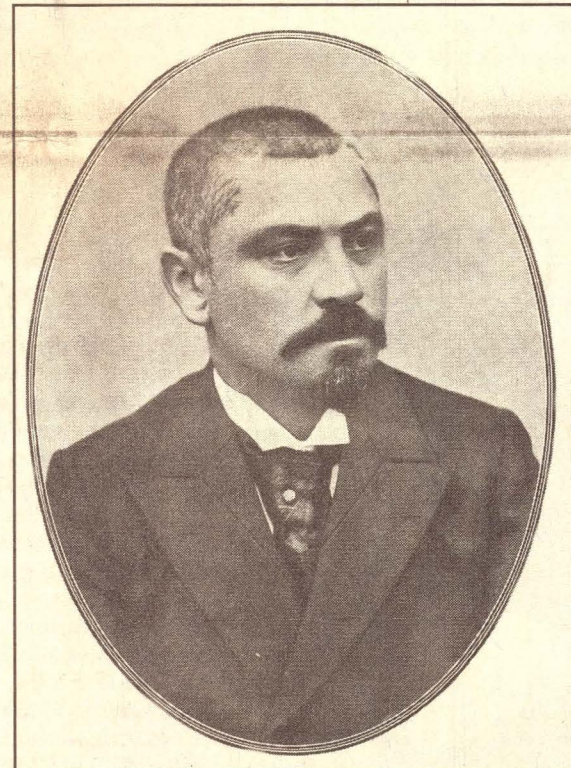
Entre as questões que serão abordadas está o impacto do golpe militar de 1964 na Faculdade de Filosofia da UFRGS



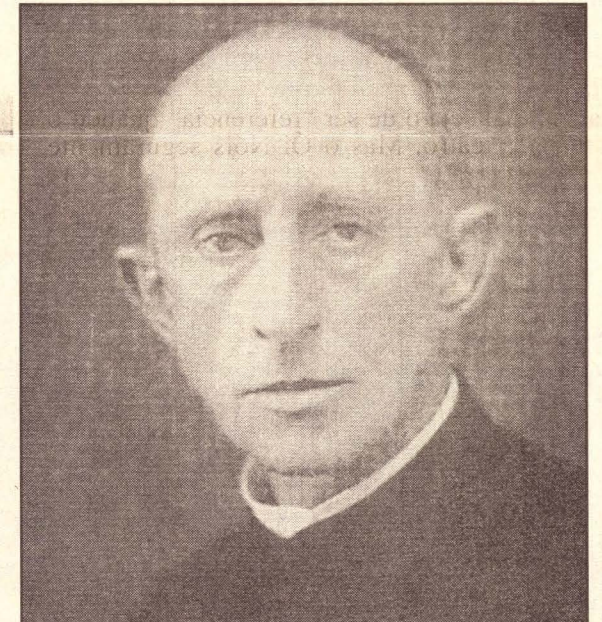
Antônio Alves Pereira Coruja



Carlos von Koseritz



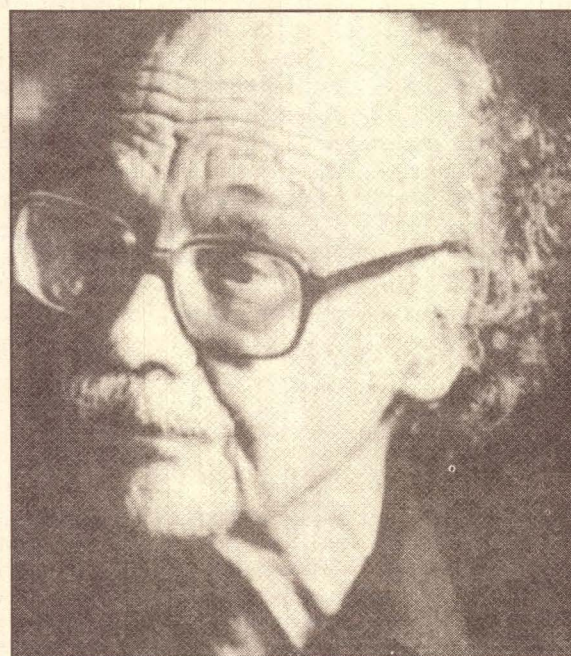
Júlio de Castilhos



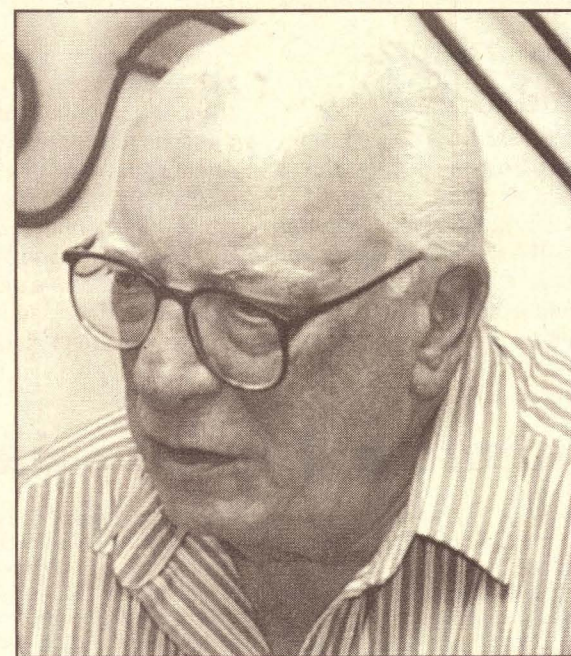
Padre Werner von und zur Mühlen



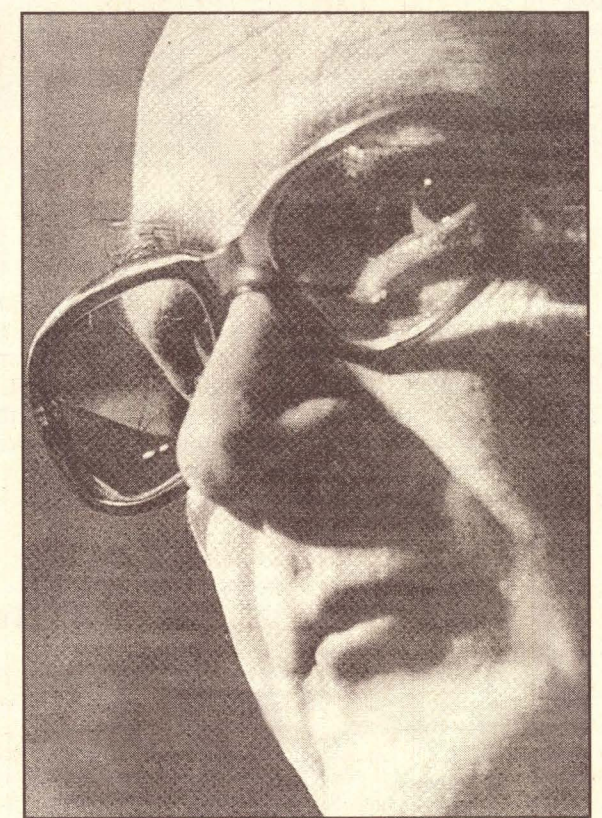
Armando Câmara



Otto Alcides Ohlweiler



Gerd Bornheim



Ernani Maria Fiori

“Quem não está comigo está contra mim”

“Os gaúchos filósofos, talvez em decorrência do seu socratismo, são *professores*. Ernani Maria Fiori estabeleceu uma caracterização dos professores de Filosofia que bem se aplica ao caso rio-grandense: ‘Há pensadores que são criadores de filosofia e, então, o magistério, para eles, é apenas a expressão de seu trabalho criador’. Os gaúchos filósofos não se situam neste grupo. Continua Fiori: ‘Há outros que são professores e que entendem que o magistério de filosofia deva ser uma reflexão filosófica feita em comum, no diálogo com seus alunos. E, então, se eles têm um certo amor à sabedoria, eles se fazem, neste exercício, filósofos’. Muitos gaúchos filósofos se localizam neste grupo. Mas, lamentavelmente, há alguns gaúchos filósofos ‘situados em um terceiro grupo: o daqueles professores que apenas repetem

conteúdos, sem nenhum esforço de criatividade’.

Os gaúchos filósofos são *européus*. Europeus exilados. A realidade brasileira e/ou latino-americana jamais fez parte de suas preocupações. Nem sequer a adaptação do pensamento alienígena à situação tropical e subdesenvolvida de nosso país ocupou-os. Os gaúchos filósofos não citam autores brasileiros. Viveriam de modo ajustado à realidade européia, como o fazem os gaúchos da diáspora, dividindo-se e subdividindo-se em escolas e subescolas, afirmando-se como kantianos, idealistas, positivistas, evolucionistas, neo-escolásticos, existencialistas, analíticos, personalistas, frankfurtianos e estruturalistas, citando Tomas de Aquino, Scotus, Kant, Hegel, Kierkegaard, Darwin, Comte, Spencer, Nietzsche, Heidegger, Sartre e, mais recentemente, Wittgens-

tein, Buber, Mounier, Ricoeur, Lévinas, Foucault, Habermas e outros. Talvez a europeização dos gaúchos filósofos explique sua *pouca originalidade*. O confronto com os europeus gera o temor e o tremor.

Mas a europeização não esfria os ânimos sul-brasileiros dos gaúchos filósofos. O caráter apaixonado da nossa latinidade se reveste de poncho e se mune de adaga e sai em defesa de sua concepção, do seu ponto de vista. Cientistas políticos já enfatizaram a forma particular de clivagem política existente no Rio Grande do Sul, expressa em padrão de polarização, seguramente o mais rígido e constante do país, com recuados antecedentes na história, traduzindo um peculiar comportamento passível de denominar-se *lato sensu* de bipartidarista (Leônidas Xausa e Francisco Ferraz). Este bi-

partidarismo dicotômico e maniqueu não se restringe à política, mas avança em outros setores culturais, inclusive na comunicação e no esporte. Na Filosofia, cria o espírito de ‘quem não está comigo está contra mim’. Neste contexto devem ser situadas famosas polêmicas rio-grandenses, como as de von Koseritz x jesuítas, Gustavo Locher x Alcides Maya, Paulo Arinos (pseudônimo de Moyses Vellinho) x Rubens de Barcellos, Erico Verissimo x Leonardo Fritzen.”

* Trecho do ensaio “Os gaúchos filósofos”, publicado na coletânea *Nós, os gaúchos* (Editora da Universidade/UFRGS, 1992). Nele, o professor Luiz Osvaldo Leite sistematiza pela primeira vez suas idéias sobre uma História da Filosofia no Rio Grande do Sul.

Nelson Souza, das glórias juvenis à arte na maturidade

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

Da sacada de seu apartamento, no 17º andar de um prédio moderno, defronte ao Parque Marinha do Brasil, ele enxerga a orla do Lago Guaíba, desde o Morro Santa Teresa até a Usina do Gasômetro. E pode apreciar o pôr-do-sol ao som dos pneus nos paralelepípedos da Avenida Borges. No outro lado do parque, está o asfalto da avenida que leva o nome de seu antigo professor no Curso de Arquitetura Edvaldo Pereira Paiva. Nesse cenário, Nelson Souza relembra os fatos que determinaram o rumo de sua vida. Desde as glórias juvenis do tempo em que jogava no Paladino Futebol Clube, em Gravataí, até as alegrias da carreira de projetista, arquiteto, professor e artista temporão, passando pelo terror oficial da ditadura militar.

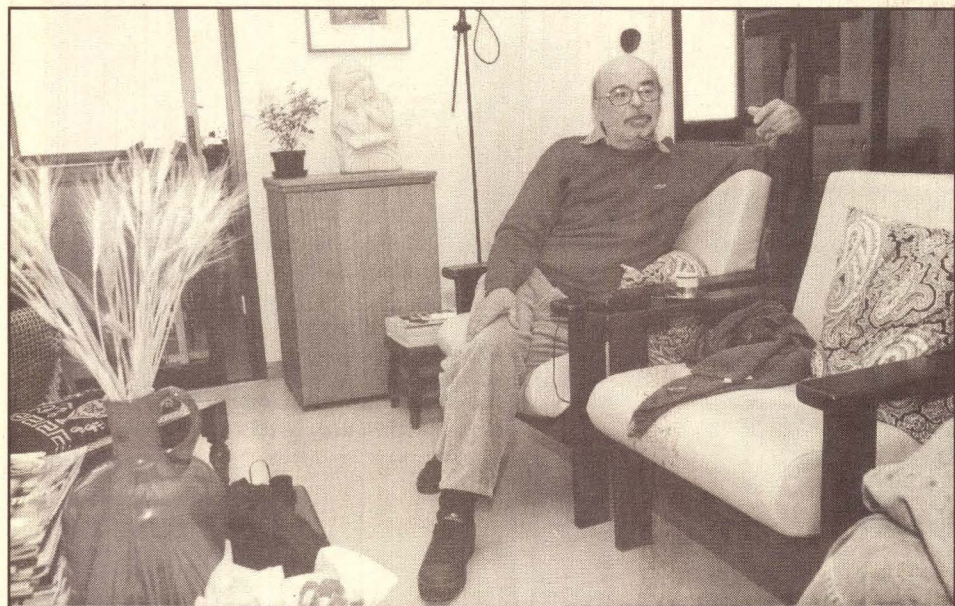
O nome é só esse, Nelson Souza, igual ao de outros 15 na lista telefônica de Porto Alegre. Nasceu no dia 10 de junho de 1925, em Gravataí, ainda distrito de Canoas conhecido como Aldeia dos Anjos. João Alves de Souza, o pai, era marceneiro, de uma família de pequenos proprietários rurais. Maria José, a mãe, teve oito filhos. Três ainda vivem: Ercília, Ciro e Nelson. Ercília, a mais velha, tem 85 anos e uma porção de filhos, netos e bisnetos. Ciro tem dois anos mais do que Nelson e está hospitalizado.

A família é numerosa e se dá relativamente bem. Em meados de julho, houve um encontro dos parentes em Gravataí trouxe gente até de Curitiba e de São Paulo. Um domingo antes, Ercília tinha vindo visitar o irmão para comunicar o nascimento de mais um bisneto, o que pode ter causado uma pontinha de inveja em Nelson, pai de dois filhos quarentões e solteiros.

Nelson teve uma infância de cidade pequena: a vida familiar, os vizinhos, os amigos, os desenhos, a bola de futebol. Começou com bola de meia, mas aos 12 ou 13 anos já jogava com bola de couro, camiseta e tudo, no Paladino Futebol Clube, que ostentava as cores azul e branco e se contrapunha ao Alvi-rubro, numa espécie de grenal de aldeia. O Paladino ainda existe, só que agora está mais voltado para o tênis. Mas nem o azul do Paladino o levou a torcer pelo Grêmio. A paixão pelo Internacional nasceu durante o período de estudante e dura até hoje, tendo resistido até mesmo à possibilidade de jogar no Tricolor e aos longos períodos de seca pelos quais o Inter passou e que levaram o filho, quando menino, a perguntar: "Pai, nós ainda somos colorados?"

Nelson era franzino e baixinho, mas gostava de jogar e jogava relativamente bem. Começou na ponta direita, onde quase sempre se começa. Depois ganhou outras posições e se firmou na meia cancha. A única posição em que nunca jogou foi a de goleiro. Em 1939, aos 14 anos, percorria de ônibus, diariamente, os 30 quilômetros entre Gravataí e Porto Alegre, pela faixa de concreto inaugurada seis anos antes. Levava uma hora, uma hora e pouco, lá

estudar na Escola Técnica Parobé, que funcionava num suntuoso prédio em estilo neo-clássico do Campus Central, que agora está sendo recuperado para abrigar a Biblioteca Central da UFRGS. Voltava no final da tarde. A partir de 1940, passou a interno no Parobé, num grupo pequeno, entre 20 e 30 alunos vindos do interior do Estado. Fez aí os estudos equivalentes ao primeiro e segundo graus. Gostava da escola, que tinha uma boa programação de ensino e muito esporte. Foi um tempinho bom em sua vida. Em função do estudo, Nelson vinha de Porto Alegre no sábado de manhã e volta na segunda-feira. Num certo período, ele e mais dois ou três companheiros eram buscados de carro em Gravataí para jogar em Porto Alegre, no Vila Federal, um clube de bairro (cidade baixa acho que ainda existe), pequeno mas bem estruturado. Às vezes, jogavam de manhã em Porto Alegre e de tarde em Gravataí.



Arquitetos na Europa do pós-guerra: obras de arte, escombros, reconstrução

Terminado o curso, cinco dos nove formandos fizeram uma viagem à Europa, acompanhados pelos professores Demétrio Ribeiro e Fernando Corona. Alguns dos formandos eram casados e levaram as esposas. Corona também. Ao todo, eram dez pessoas. Foi uma viagem modesta, embora um pouco ambiciosa: o plano era ficar seis

meses viajando. Ficaram um pouco menos. Os professores fizeram contatos previamente, garantindo algumas vantagens. Demétrio tinha vivido algum tempo na França, e Corona era espanhol. Os formandos também não perderam tempo em obter recursos, vendendo números de rifa e passando um "livro de ouro". A mãe de Nelson lhe

Enquanto a ditadura não vem

Na volta da Europa, foi convidado para ser assistente do professor Edgar Graeff na Faculdade de Arquitetura, criada em 1952. Lecionou de 1953 a 1964, quando houve o golpe militar e ele foi expurgado. Nas Obras Públicas, embora ainda fosse estudante, Nelson teve oportunidade de exercer a profissão: estava no terceiro ano e já recebia trabalhos como se fosse arquiteto. Tanto que a direção da Secretaria lhe propôs um contrato de projetista, que ele aceitou. Além do mais, trabalhava perto de dois de seus professores, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, para quem fazia alguns trabalhos nas horas vagas, à noite. Estava cursando o quarto ano, quando criou o projeto original do primeiro aeroporto Salgado Filho, com o apoio de engenheiros da Secretaria.

O sucesso no trabalho, a confiança no futuro e a graça de Priscilla levaram Nelson ao altar no dia 26 de maio de 1956. Ele tinha 30 anos, e Priscilla, formada em Farmácia pela UFRGS, tinha 28. Tiveram dois filhos: Ângela, que está com 44 anos, é arquiteta mas não trabalha na profissão; Jorge tem 41 e é artesão. Quando começou a dar aulas na Faculdade de Arquitetura, Nelson pediu demissão da Secretaria de Obras Públicas e montou seu próprio escritório, que seria desativado em 1962 em função de um convite irrecusável.

Seu ex-professor, o grande urbanista Edvaldo Pereira Paiva, autor do primeiro plano diretor de Porto Alegre, estava coordenando um

grupo de professores na criação do plano piloto da cidade universitária da UFRGS, no Campus do Vale e o convidou a participar. O plano, criado na gestão do reitor Eliseu Paglioli, foi alterado posteriormente, mas uma parte foi executada. Nelson foi contratado para desenvolver os trabalhos do Centro de Pesquisas Básicas junto com o professor e arquiteto Emil Bered. Mas continuou dando aulas na Arquitetura.

Assim, quando veio o golpe militar, foi atingido duas vezes: seu nome apareceu em dois decretos assinados por Castelo Branco, o primeiro dos "presidentes" da ditadura. Um decreto o demitia como arquiteto e outro o aposentava como professor. Nas justificativas, havia acusações — vindas de fontes como o III Exército e o Dops — de que ele usava certos instrumentos da docência, como pesquisas e seminários, para fazer subversão. "Alguém estudante que passou para o outro lado pode ter sugerido que havia subversão no meu trabalho. Tinha até um estudante que era do centro acadêmico e fazia parte da comissão que apontava os candidatos ao expurgo. Professores, também."

Quando Nelson foi expurgado, Priscilla estava afastada do trabalho sem vencimentos, para tratar do filho, que tinha sérios problemas de saúde. Nessa época, moravam numa casa no bairro Floresta, e as crianças da vizinhança vinham brincar no jardim, já que o Jorge não podia sair. Mas quando Nelson foi acusado de subversão, os pais não permitiram

oferecer suas economias. A primeira etapa foi feita de trem até Buenos Aires, onde embarcaram no Yapeyú, navio novo e confortável que fazia a terceira viagem para trazer levas de imigrantes europeus para a Argentina. Nelson conta que foi excelente navegar até Lisboa, com escala no Rio e em Fortaleza (para um desembarque). "Como havia poucos passageiros, éramos como donos do navio."

Em terra, viajaram em trens de categoria econômica e se hospedaram em pensões e hotéis baratos. O grupo não permaneceu coeso: dividiu-se, de acordo com as preferências por determinados lugares, reencontrando-se mais tarde. Lisboa, Madri, Barcelona, Toledo e Paris. Lausanne, Genebra, Milão, Veneza, Florença e Roma. Para comer, davam preferência aos restaurantes universitários. "Em Lisboa ficamos numa pensão. Em Paris, num hotelzinho simples, sem café e com banheiro coletivo, mas na Praça da Sorbonne."

Na Europa do pós-guerra, tiveram a oportunidade de apreciar tanto as obras da tradição francesa e italiana quanto o que estava sendo feito de novo em matéria de arquitetura. E puderam observar padrões que ainda não se conheciam aqui, como a pré-fabricação. "Para nós, foi importante ver as cidades históricas e também observar a reconstrução das cidades que haviam sido bombardeadas. Estava tudo em reconstrução, a Europa era um grande canteiro de obras."

Em Paris, viu-se a reconstrução de uma cidade que havia sido destruída. Mais que as crianças fossem brincar com seus filhos, e o jardim ficou vazio. "Não culpo eles — diz Priscilla — foi o medo, a polícia invadia as casas de madrugada, tirava as pessoas da cama..." Priscilla acha que deviam fazer um levantamento, do ponto de vista histórico, dos fatos acontecidos no período. Ver as consequências dos expurgos, o quanto abalou as famílias. "Nossa filha tinha sete anos quando isso aconteceu. Claro que o clima na casa mudou, mas a gente procurou amenizar os acontecimentos para não amargar a vida das crianças. Mas coisas terríveis aconteceram." Ela dá um exemplo dos mais leves: "Durante a noite, invadiram a casa onde a poetisa Lila Ripoll vivia com a mãe viúva e doente para revistar a biblioteca em busca de livros subversivos. Levaram, inclusive, um livro 'altamente perigoso', Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis. Parece piada, mas aconteceu."

A anistia, conquistada em 1979, permitia o retorno dos expurgados, mas Nelson não quis voltar, seria difícil integrar-se outra vez depois de ter a vida desorganizada. "A Universidade em que a gente atuava já não era mesma. Nós também tínhamos mudado muito. Dos que retornaram, acho que nenhum conseguiu se integrar totalmente." Para não perder o contato, alguns arquitetos e artistas plásticos se reuniram e montaram uma galeria de arte num casarão da Avenida Getúlio Vargas esquina com 17 de Junho. Era a Galeria

Espaço, onde começaram um movimento artístico. Desses grupos, faziam parte Zorávia Bettiol, Vasco Prado, Danúbio Gonçalves, Francisco Riopardense de Macedo, Demétrio Ribeiro, Enilda Ribeiro, Rogério Malinski e Nelson e outros.

Hoje, ele considera que a sua passagem pela Universidade como professor foi uma experiência boa. E, embora tenha sido uma etapa exílica e rica de sua vida profissional, foi um período da vida que passou. "Fechei os olhos para aquilo. Estava com quase 40 anos, tinha dois filhos, precisava reabrir o escritório, trabalhar." Então, reabriu o escritório e passou a trabalhar como autônomo. Especialmente na área hospitalar: fez alguns trabalhos em Caxias do Sul, Passo Fundo e Florianópolis, e é autor do projeto do Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre.

Agora que tem tempo de tomar seu chimarrão descansadamente, Nelson pode se dedicar à arte, fazendo esculturas e estudos de textura, depois de vários anos de aprendizado em cerâmica no Atelier Livre da Prefeitura e no atelier de escultor Danúbio Gonçalves. "Sempre gostei de cerâmica. Desde criança, quando estudava no Parobé, modelava, trabalhava com argila. Até montei um forno para queimar o barro em casa." A escultura e a pesquisa para o livro que está escrevendo fazem parte do seu lazer de aposentado. Ele também gosta de jardinagem, mas, isso, a idade e o fato de morar em apartamento não lhe permitem fazer.

Nelson acabou desistindo de jogar no Grêmio, mas não se arrependeu. De qualquer maneira, não era nenhum Ronaldinho, não tinha muito futuro mesmo, nem era sua perspectiva jogar futebol como profissional. Só gostava de jogar e queria ter alguma renda enquanto continuava os estudos. Continuou estudando, mesmo sem renda. Concluiu o curso no Parobé em 1945, com 20 anos de idade, e foi procurar emprego com sua habilitação em desenho técnico e edificações, com prática escolar em desenho artístico e modelagem.

Depois de trabalhar algum tempo numa empresa de engenharia, inscreveu-se em dois concursos para desenhista. Tirou o primeiro lugar no concurso das Obras Públicas e o segundo no da Prefeitura. "Havia poucos concorrentes, e eu tinha uma boa experiência no assunto", explica, com modéstia. Optou pelas Obras Públicas e foi nomeado pelo governador Walter Jobim.

Trabalhava à tarde e ocupava o resto do tempo em se preparar para o vestibular do Curso de Arquitetura no Instituto de Belas Artes, que na época ainda era uma escola autônoma mantida pelo Ministério da Educação. (A fusão desse curso com o que era mantido pela Escola de Engenharia deu origem à Faculdade de Arquitetura, em 1952.) Nelson ficou um ano se preparando, fez até um cursinho pré-vestibular no Colégio Farroupilha. Passou no vestibular em 1946, começou o curso em 1947 e se formou em 1951.

Trabalhava à tarde e ocupava o resto do tempo em se preparar para o vestibular do Curso de Arquitetura no Instituto de Belas Artes, que na época ainda era uma escola autônoma mantida pelo Ministério da Educação. (A fusão desse curso com o que era mantido pela Escola de Engenharia deu origem à Faculdade de Arquitetura, em 1952.) Nelson ficou um ano se preparando, fez até um cursinho pré-vestibular no Colégio Farroupilha. Passou no vestibular em 1946, começou o curso em 1947 e se formou em 1951.

ofereceu suas economias.

A primeira etapa foi feita de trem até Buenos Aires, onde embarcaram no Yapeyú, navio novo e confortável que fazia a terceira viagem para trazer levas de imigrantes europeus para a Argentina. Nelson conta que foi excelente navegar até Lisboa, com escala no Rio e em Fortaleza (para um desembarque). "Como havia poucos passageiros, éramos como donos do navio."

Em terra, viajaram em trens de categoria econômica e se hospedaram em pensões e hotéis baratos. O grupo não permaneceu coeso: dividiu-se, de acordo com as preferências por determinados lugares, reencontrando-se mais tarde. Lisboa, Madri, Barcelona, Toledo e Paris. Lausanne, Genebra, Milão, Veneza, Florença e Roma. Para comer, davam preferência aos restaurantes universitários. "Em Lisboa ficamos numa pensão. Em Paris, num hotelzinho simples, sem café e com banheiro coletivo, mas na Praça da Sorbonne."

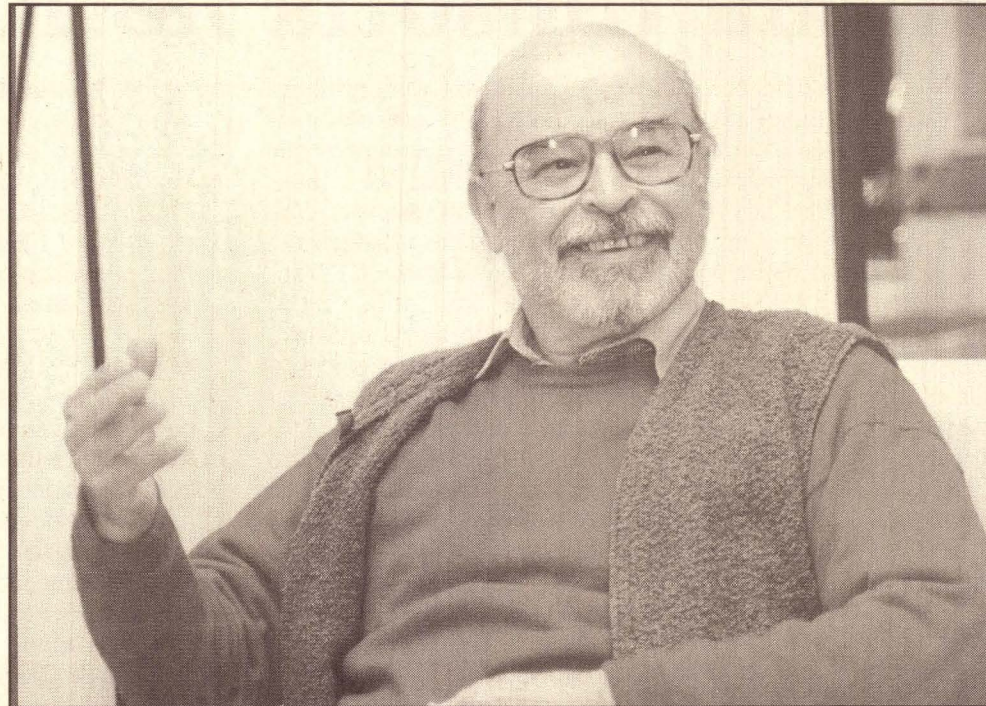
Na Europa do pós-guerra, tiveram a oportunidade de apreciar tanto as obras da tradição francesa e italiana quanto o que estava sendo feito de novo em matéria de arquitetura. E puderam observar padrões que ainda não se conheciam aqui, como a pré-fabricação. "Para nós, foi importante ver as cidades históricas e também observar a reconstrução das cidades que haviam sido bombardeadas. Estava tudo em reconstrução, a Europa era um grande canteiro de obras."

ofereceu suas economias.

A primeira etapa foi feita de trem até Buenos Aires, onde embarcaram no Yapeyú, navio novo e confortável que fazia a terceira viagem para trazer levas de imigrantes europeus para a Argentina. Nelson conta que foi excelente navegar até Lisboa, com escala no Rio e em Fortaleza (para um desembarque). "Como havia poucos passageiros, éramos como donos do navio."

Em terra, viajaram em trens de categoria econômica e se hospedaram em pensões e hotéis baratos. O grupo não permaneceu coeso: dividiu-se, de acordo com as preferências por determinados lugares, reencontrando-se mais tarde. Lisboa, Madri, Barcelona, Toledo e Paris. Lausanne, Genebra, Milão, Veneza, Florença e Roma. Para comer, davam preferência aos restaurantes universitários. "Em Lisboa ficamos numa pensão. Em Paris, num hotelzinho simples, sem café e com banheiro coletivo, mas na Praça da Sorbonne."

FOTOS RICARDO DE ANDRADE



SONHO DE ARQUITETO

"Meu sonho é completar um trabalho ao qual venho me dedicando desde que me aposentei. Num certo sentido, desde que entrei para a faculdade, que é um livro sobre arquitetura, uma pesquisa. E, mais do que isso, uma reflexão sobre um tema essencial: o que é arquitetura? as respostas que estão sendo dadas são corretas ou não? Claro que não há resposta única, a arquitetura não é a mesma coisa em todas as épocas. Quero apresentar uma visão crítica do processo arquitetural tal como se desenrola no mundo. Uma concepção teórica capaz de dar embasamento para desenvolver a crítica ao que o mundo está fazendo. É isto que desejamos que se faça para as pessoas morarem?"

ILUSÕES, ENGANOS E VÍCIOS

"Durante os nove anos em que fui professor do Curso de Arquitetura, tive um bom relacionamento com os alunos. Dividia com Graeff a matéria Teoria da Arquitetura, desenvolvendo a parte mais ligada a problemas imediatos, condições de edificação, processo de trabalho, pesquisa na área da espacialidade e da funcionalidade dos prédios. A experiência docente é muito importante para o profissional, e o contato com os jovens é instigante e gratificante, nos obriga a estudar e a não ficar apenas na prancheta. São jovens, cheios de ilusões, enganos e vícios. E a gente bota outros vícios neles, né? Mas faz parte dessa jornada, não tem como fugir."

SOCIOLOGIA? NEM PENSAR

"A universidade onde fui professor a partir de 1953 não é a mesma 50 anos depois. Mudou. Também mudou a consciência. Ter um jornal como o Jornal da Universidade nem se pensava. Quando passei a lecionar na Arquitetura, um grupo de estudantes de esquerda, ligados à Igreja, queria que se criasse a disciplina de Sociologia, o que o diretor da escola achava um absurdo. Cheguei a fazer um pequeno ensaio sobre o assunto para uma publicação que eles mantinham."

JUSTIFICANDO O GOLPE

"Em 1964, quando houve o golpe, o clima na faculdade mudou. Alguns professores aderiram logo, e as coisas começaram a se complicar. Em seguida vieram as acusações a vários professores. Na Arquitetura, uns sete ou oito. E, pelas acusações, estava claro que queriam atingir não a nós e sim à Universidade, que estava sob intervenção. Queriam justificar o golpe, queriam provar que a Universidade estava na mão de subversivos. Eu não pertencia ao Conselho Universitário nem à Congregação da Faculdade, mas eles diziam que eu pertencia a um grupo que tinha o controle da Faculdade."

1968, PIOR QUE 1964

"Em 1968, quando já havia um começo de mobilização entre estudantes e professores, e parecia haver uma perspectiva de abertura, veio o AI-5. Af, então, liquidou com tudo. Foi pior do que 1964, quando os militares ainda queriam criar uma aparência de formalidade legal e faziam acusações mas ofereciam direito de defesa. Em 1968, o expurgo foi feito por decreto, sem nenhuma preocupação em aparentar aspectos legais. Foi violência mesmo."

OS NOVOS BÁRBAROS

"Já em 1972, o turismo na Europa era uma invasão de bárbaros. Imagina agora. O turismo é terrível, é predador e não tem interesse cultural. Se tem, acaba perdendo. O que existe é negócio, negócio por trás de tudo e por dentro de tudo. E o pior é que não se vê nada com profundidade, só se olha, se fotografa, se registra e passa. Não importa se a obra é moderna ou antiga, a relação é muito superficial e nada enriquecedora. E nas visitas guiadas tem aquela conversa decorada de guia, que reúne todo mundo à sua volta, tenta falar sobre história em minutos e depois vem pedir uma ajudinha, porque o salário dele é baixo... É uma tragédia. Hoje não iria mais à Europa para esse tipo de viagem. Só se fosse para passar um mês em Paris."

ACREDITAR NA MUDANÇA

"O novo século já começou mal. Hoje as coisas estão mais tumultuadas: os acontecimentos são vertiginosos e traumáticos; a temporalidade é diferente e violenta. É inaceitável a forma como se vive hoje no mundo, e isso precisa mudar. Eu sou um privilegiado: não sou rico mas vivo bem. Mas a gente vê o que ocorre em redor, e isso é muito sério. Vivemos num país em que esse drama é maior ainda. A não ser em relação a países que estão no mesmo padrão, ou pior, como na África. Mas não podemos perder a esperança. Temos que ter uma visão solidária e otimista, senão ficaremos infelizes. Temos que acreditar que o mundo vai mudar. Esse é o aspecto mais importante da vida."

A TERRA TEM FUTURO

"Tive muitas alegrias na vida. Viver esta época já é uma grande alegria. Tenho consciência de que não poderia viver 100 ou 150 anos atrás, nem 100 ou 150 anos à frente. É nesta época que eu vivo. Tenho consciência de que não vivemos num mundo que está perdido. Acho que a humanidade tem futuro, que a Terra tem futuro. Agora, é uma luta constante. Na minha idade, as forças que tenho são cada vez mais limitadas, mas acho que é importante participar. Cresce no mundo a consciência de que isso é necessário. Um exemplo disso é o Fórum Social Mundial, que vem ocorrendo em Porto Alegre."